

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPGA**

LUIS MIGUEL ZANIN

São Paulo

2020

Luis Miguel Zanin

**LÓGICAS INSTITUCIONAIS E INOVAÇÃO GRASSROOT: UM ESTUDO EM
NEGÓCIOS VEGANOS**

**INSTITUTIONAL LOGICS AND GRASSROOT INNOVATION: A STUDY IN
VEGAN BUSINESS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Nove de Julho –
UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do
grau de **Doutor em Administração**.

**ORIENTADOR: PROF. DR. JÚLIO ARAÚJO
CARNEIRO DA CUNHA**

São Paulo

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Zanin, Luis Miguel.

Lógicas institucionais e inovação grassroot: um estudo em negócios veganos. / Luis Miguel Zanin. 2020.

147 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2020.

Orientador (a): Prof. Dr. Júlio Araújo Carneiro da Cunha.

1. Lógicas institucionais. 2. Complexidade institucional. 3. Hibridização de lógicas inovação. 4. Grassroot innovation. 5. Veganismo

I. Cunha, Júlio Araújo Carneiro da. II. Título.

CDU 658

LÓGICAS INSTITUCIONAIS E INOVAÇÃO GRASSROOT: UM ESTUDO EM NEGÓCIOS VEGANOS

Por

Luis Miguel Zanin

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Administração, sendo a banca examinadora formada por:

Prof. Dr. Júlio Araújo Carneiro da Cunha – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Prof^a. Dr. Leonardo Vils – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Prof. Dr. Marcos Rogério Mazieri – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Prof. Dr. Flávio Romero Macau – Edith Cowan University – Austrália

Prof. Dr. Dennys Eduardo Rossetto – SKEMA Business School

São Paulo, 31 de março de 2020.

AGRADECIMENTO

Antes de mais nada, agradeço a Deus a oportunidade de estar vivendo esta época, participar das mudanças que estão acontecendo e poder sonhar com as mudanças que ainda virão.

Agradeço aos meus pais, meu irmão e minha família por me darem todo o suporte para sempre poder estudar e escolher meus caminhos.

Agradeço a Paty, Dona Geni, Sidney, Luciana e Tiago, obrigado por me receberem de forma tão carinhosa nestes últimos e, apesar de tudo, vocês serão sempre família.

Agradeço aos meus colegas do PPGA por todo o companheirismo, trocas de ideias e momentos. Certamente fizeram desta caminhada, que é muito pesada, mais leve e divertida e ainda contribuíram para que saia dela com excelentes memórias.

Agradeço também a todos os professores do PPGA, os que passaram pelo programa e os que ainda estão, por serem os professores mais acessíveis, bondosos e “parceiros” que jamais imaginei encontrar em um programa de Doutorado. Dentre os professores, agradecimento especial ao meu orientador Júlio Araújo Carneio da Cunha por me aguentar estes anos e conduzir este processo. Agradecimentos especiais aos professores Leonardo Vils, Marcos Mazzieri e Priscila Rezende, tanto pelos ensinamentos em sala, quanto pelas valorosas orientações na banca.

Agradeço a Universidade Nove de Julho pelo projeto dos Programas de Pós Graduação, de tornar esta oportunidade acessível a diversas pessoas e investir nestes sonhos.

Agradeço aos meus sócios, minha equipe e todos os parceiros da Conquistar e da Integração pela paciência ao longo destes 4 anos. Por segurarem as pontas nos momentos em que tive que me ausentar para realizar este sonho.

Agradeço aos Lucas Segers pelas ajudas tecnológicas, sempre prestadas em cima da hora, mas que me salvaram a vida.

Antes de fazer o último agradecimento, peço desculpas caso tenha esquecido alguém. Este é o problema desta seção, ela é injusta, pois tantas pessoas passam por nossa vida nesta parte do caminho e nos ajudam muito mais do que elas imaginam, e não há como colocar todos em uma página. Então, além das desculpas, gostaria de estender os agradecimentos a todas as pessoas que me estenderam a mão para me ajudar em qualquer momento nestes últimos 4 anos, vocês contribuíram para esta tese virar realidade.

Por último, filho muito obrigado por existir e me dar forças para terminar isso, não sei expressar o quanto você foi fundamental para que isto acontecesse e sem você, além desta tese não existir, ela não faria sentido algum.

RESUMO

Este trabalho pretende contribuir compreendendo melhor como as lógicas institucionais, por meio da hibridização de diversas lógicas, influenciam a criação e aceitação de inovações em contexto de inovações *grassroot*. Assim, contribui para o campo da inovação também, compreendendo como a inovação acontece em um contexto de pressão de movimentos sociais, além de pressões ambientais, onde o sucesso de uma inovação não é medido apenas pelo resultado para as organizações, mas para a sociedade também. Para conseguir chegar a este objetivo esta tese está dividida em dois estudos. O primeiro é uma análise de pareamento bibliográfico para identificar as oportunidades de estudos em lógicas institucionais, complexidade institucional e hibridização de lógicas. O segundo é um estudo empírico que buscou identificar como e quais lógicas foram hibridizadas e como isso contribuiu para a emergência de inovações *grassroot* e como contribuiu para sua aceitação e disseminação. Para isso foram analisadas 52.423 postagens de 35 marcas veganas brasileiras atuante nos segmentos de moda, cosméticos, suplementos e feiras. Os resultados indicam que as foram hibridizadas lógicas pertencentes as ordens institucionais de comunidade, mercado e profissão e que, por haver diversas lógicas, nem todas atuam na compra de produtos veganos e que, apesar desta quantidade, estas lógicas resultam em comportamentos divergentes nem conflitos no campo.

Palavras-chave: Lógicas Institucionais, Complexidade Institucional, Hibridização de Lógicas Inovação, Grassroot Innovation, Veganismo.

ABSTRACT

This work aims to contribute by better understanding how institutional logics, through the hybridization of institutional logics, influence the creation and acceptance of innovations in the context of grassroots innovations. Thus, it contributes to the field of innovation too, understanding how innovation happens in a context of pressure from social movements, in addition to environmental pressures, where the success of an innovation is not only measured by the result for organizations, but for society as well. To achieve this goal, this thesis is divided into two studies. The first is an analysis of bibliographic coupling to identify study opportunities in institutional logic, institutional complexity and hybridization of logic. The second is an empirical study that sought to identify how, and which logics were hybridized and how this contributed to the emergence of grassroots innovations and how it contributed to their acceptance and dissemination. For that, 52,423 posts from 35 Brazilian vegan brands active in the fashion, cosmetics, supplements and fairs segments were analyzed. The results indicate that the logics belonging to the institutional orders of community, market and profession were hybridized and that, because there are several logics, not all of them act in the purchase of vegan products and that, despite these quantities, these logics result in divergent behaviors or conflicts in the field.

Keywords: Institutional Logics, Institutional Complexity, Hybridization of Logics, Innovation, Grassroot Innovation, Veganism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.1.1	Questão de Pesquisa	14
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Geral	14
1.2.2	Específicos.....	14
1.3	JUSTIFICATIVA PARA ESTUDO DO TEMA.....	14
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	15
2	INTRODUÇÃO	19
3	LÓGICA INSTITUCIONAL.....	21
4	MÉTODO	24
4.1	COLETA DE DADOS	25
4.2	PREPARAÇÃO DOS DADOS	25
5	RESULTADOS	26
5.1	PRODUÇÃO EM LÓGICAS INSTITUCIONAIS	26
5.2	EVOLUÇÃO DO TEMA	29
5.3	ANÁLISE DE PALAVRAS CHAVE.....	32
5.4	PAREAMENTO BIBLIOGRÁFICO	34
5.4.1	Análise <i>Cluster 1</i> – Complexidade Institucional	38
5.4.2	Análise <i>Cluster 2</i> – Pluralismo e Hibridização	41
5.4.3	Análise <i>Cluster 3</i> – Lógicas Institucionais e Empreendedorismo	43
5.4.4	Análise <i>Cluster 4</i> – Complexidade Intra-institucional, Retórica, <i>Coupling/Decoupling</i>	45

5.4.5	Análise <i>Cluster 5</i> – Legitimidade e Empreendedorismo Institucional.....	47
5.4.6	Análise <i>Cluster 6</i> – Lógicas Institucionais e Governança.....	49
5.4.7	Análise <i>Cluster 7</i> – Lógicas Institucionais, Prática e Discussões Conceituais	49
6	DISCUSSÃO	50
7	CONCLUSÃO	57
8	INTRODUÇÃO	60
9	REFERENCIAL TEÓRICO	63
9.1	LÓGICA INSTITUCIONAL	63
9.2	COMPLEXIDADE INSTITUCIONAL.....	67
9.3	GRASS ROOT INNOVATION	70
9.4	VEGANISMO	72
10	MÉTODO	74
10.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	74
10.2	COLETA DE DADOS	75
10.3	ANÁLISE DOS DADOS	77
11	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	79
12	DISCUSSÃO	107
13	CONCLUSÃO	110
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
	APÊNDICE A – ARTIGOS DA AMOSTRA	123

1 INTRODUÇÃO

Falar que a inovação é um tema importante, relevante e que vem ganhando espaço é um clichê, mas, embora o clichê seja verdadeiro, as afirmações feitas também são. Os estudos em inovação vêm crescendo nos últimos anos tanto em tamanho de publicações, quanto em áreas que estudam este tema, porém, apesar do crescimento, o campo oferece oportunidade de estudos (Rossetto, Bernardes, Borini, & Gattaz, 2018).

A teoria institucional durante as décadas de 1980 a 1990 priorizou estudos cujo foco era analisar como práticas se disseminavam entre as organizações, tornando-as similares (Dimaggio & Powell, 1983; Greenwood, Oliver, Sahlin, & Suddaby, 2008; Meyer & Rowan, 1977). No entanto, nos últimos anos, a partir os anos 2000, a teoria institucional passou a analisar como as instituições influenciam as mudanças, legitimando-as e como também são influenciados por ela (Battilana, Leca, & Boxenbaum, 2009; Micelotta, Lounsbury, & Greenwood, 2017; Thornton, Ocasio, & Lounsbury, 2012).

Além desta mudança nos estudo em teoria institucional, outro tema vem ganhando cada vez mais destaque, pois os estudos em inovação vêm crescendo nos últimos anos tanto em tamanho de publicações, quanto em áreas que estudam este tema, porém, apesar do crescimento, ambos os campos oferecem oportunidades de estudos (Durand & Khaire, 2017; Micelotta et al., 2017; Rossetto et al., 2018). Dentre os temas emergentes em inovação, podemos destacar as inovações *grassroot* (*grassroot innovation – GI*).

A GI é uma inovação da base para o topo que está ligada a movimentos sociais e localmente situadas, tendo, normalmente, uma forte preocupação ambiental, preocupando-se em desenvolvimento sustentável (Hossain, 2016, 2018). Além disso, como algumas formas de mudanças institucionais relacionadas as lógicas institucionais, originam-se das controvérsias presentes nas tecnologias vigentes, suas formas de exploração e implementação (Smith, Fressoli, & Thomas, 2014), normalmente desafiando o *status quo* das tecnologias e estruturas vigentes, promovendo novas formas organizacionais e sistemas de provisão (Seyfang & Haxeltine, 2012), desafiando as estruturas legais, regulatórias e institucionais já existentes no contexto institucional (Hossain, 2016).

A relação entre inovação e teoria institucional ainda oferecem gaps a serem estudados, pois, segundo artigos bibliométricos, a lente da teoria institucional foi pouco utilizada, para considerar o ambiente em inovação, sendo que foram mais utilizados a ecologia populacional,

por exemplo (Rossetto et al., 2018). Diferentemente da ecologia populacional, mais determinista (Tolbert & Zucker, 1999; Zucker, 1989), a teoria institucional pode considerar o caráter relacional dos atores envolvidos, na atuação e modificação do campo (Owen-Smith & Powell, 2008), bem como as contradições presentes no campo e as lutas de poder entre os atores (Micelotta et al., 2017). Todos estes são elementos importantes para as GI, pois esta surge como resposta a estas contradições e lutas presentes no campo, tendo seu foco mais para melhorias sociais e preservação ambiental (Seyfang & Longhurst, 2016).

Dentro as abordagens da teoria institucional que podemos considerar para analisar as inovações dentro de um contexto de GI há as lógicas institucionais. Podemos considerar as lógicas institucionais como crenças culturais e regras socialmente compartilhadas que moldam a cognição e comportamento dos atores e que, deste modo, provêm significados para os símbolos e práticas socialmente compartilhados, fornecendo critérios para legitimação (Friedland & Alford, 1991; Thornton et al., 2012). Assim, complementando a teoria neo-institucional que foi mais utilizada para explicar a disseminação e replicações de práticas, bem como a manutenção das instituições (DiMaggio & Powell, 1983; Haveman, 1993; Meyer & Rowan, 1977), as lógicas institucionais têm sido utilizadas não somente para explicar a disseminação de práticas, mas também para explicar o surgimento de novas práticas, mudanças institucionais, surgimento de novas instituições, bem como explicar variação de comportamentos das organizações dentro de um mesmo campo institucional (Edman, 2016a; Greenwood, Diaz, Li, & Lorente, 2010; Lee & Lounsbury, 2015).

Devido ao importante papel da comunidade e contradições existentes no para que uma GI aconteça, a teoria institucional, por meio do conceito de campo institucional e complexidade institucional, pode contribuir para a uma melhor compreensão de como a GI emerge e se dissemina suas práticas. Podemos considerar o campo institucional como o local onde indivíduos e organização interagem mais frequentemente entre si, do que com membros externos ao campo, e dividem e constroem um sistema de significados comum (Scott, 2014) e, considerando sua delimitação, são institucionalmente definidos e, juntos, representam uma reconhecível área da vida institucional (Dimaggio & Powell, 1983). Complexidade institucional, por sua vez, pode ser considerada um campo onde lógicas institucionais, muitas vezes divergentes, afetam o comportamento dos atores, sendo este campo, justamente pela sua complexidade, um palco e uma forma de explicar a mudança e inovação sob o ponto de vista da teoria institucional (Greenwood, Raynard, Kodeih, Micelotta, & Lounsbury, 2011).

Todos os conceitos citados aqui estão em crescimento e podem se complementar para melhor explicar o processo de criação e aceitação das inovações dentro de um ecossistema de inovação. Assim, este trabalho apresenta a seguinte questão de pesquisa: Como as lógicas institucionais influenciam o processo de disseminação de GI e o sucesso desta?

De modo a responder esta questão este trabalho terá como objeto de estudo as inovações praticadas por marcas veganas. A escolha deste objeto se deve ao alto crescimento do mercado vegano nos últimos anos (*Pesquisa de Opinião Pública sobre Vegetarianismo*, 2018). Além disso, o veganismo é tanto um estilo de vida, como um movimento social cujo emergência se deve as contradições presentes no modo de produção e consumo de produtos animais e tem ganhado força com as recentes preocupações ambientais e modo de vida saudável (Marletto & Sillig, 2019). Por último, este estudo também pode contribuir à teoria institucional por utilizar objetos mais materiais e tecnologias como formas de manifestação das lógicas institucionais (Cloutier & Langley, 2013).

Um dos motivos é que a maior parte dos estudos ainda estejam focados na mudança ao nível institucional, não em seus reflexos ao nível micro e aos objetos materiais e tecnologias do dia a dia, *gap* apontado em (Cloutier & Langley, 2013). Além disso, há estudos apontando a inovação como uma resposta a complexidade institucional (Vickers, Lyon, Sepulveda, & McMullin, 2017) e o processo de criação e lançamento destas inovações dentro deste contexto de complexidade institucional (Pahnke, Katila, & Eisenhardt, 2015), mas há poucos estudos analisando como a complexidade influencia a legitimação das inovações, ou ainda, como as inovações, como materialização das lógicas e mudanças institucionais, influenciam as próprias lógicas dentro do processo recursivo.

Há um grande espaço para estudar inovações grassroot e lógicas institucionais pois, apesar de toda uma campanha e discussão ambiental, ainda há grande mudança de hábitos a serem feitas, umas das formas de explicar esta variação de comportamento é justamente pela complexidade institucional, uma vez que nem todos os atores são afetados pelas mesmas lógicas e da mesma forma (Greenwood et al., 2011; Micelotta et al., 2017). Assim, ao analisar como as inovações grassroots se disseminam do seu nicho, um ambiente seguro e permissivo para testes (Hossain, 2018; Seyfang & Haxeltine, 2012) para outros ambientes, podemos entender também como estas novas práticas e inovações ganham significados ao transitar entre estes grupos.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Descobrir porque um determinado produto ou serviço dá certo, de certo modo, sempre foi uma das principais questões da administração. Há diversas formas de tentar entender este sucesso. Sob o ponto de vista da inovação, por exemplo, Christensen (1997) propõe a inovação disruptiva para explicar porque novos *players* tinham sucesso em lançar produtos mais simples e mais baratos do que atores bem posicionados no mercado. Esta mesma inovação disruptiva, pode ser vista também sob a óptica das lógicas institucionais. Por este ponto de vista, é possível que o ator mais bem posicionado tenha legitimidade em produto, mas não em outro. Sabendo que a legitimidade também gera expectativa (Suchman, 1995), é possível que ao oferecer um produto diferente do esperado, este ator perca espaço e, justamente pela falta de expectativa é possível, mas não falta de legitimidade, que novo player tenha tido sucesso. Deste modo, as lógicas institucionais, ao considerar um ambiente complexo, no qual diversas lógicas coexistem e influenciam os atores no campo de forma e intensidade diferentes (Greenwood et al., 2011; Thornton et al., 2012), podem ser uma adequada lente teórica para explicar as diferenças de desempenhos das inovações em diferentes contextos.

Como colocando anteriormente, o tema inovação em si continua crescendo e abrangendo cada vez mais áreas (Rossetto et al., 2018). Soma-se a isso o importante papel da comunidade com suas questões sociais e ambientais, frutos das contradições existentes nos campos institucionais e que são fruto para mudanças institucionais (Julie Battilana et al., 2009; Micelotta et al., 2017). Todos estes elementos são ingredientes para que a GI aconteça. Assim, a teoria institucional, por meio do conceito de campo institucional e complexidade institucional, pode contribuir para a uma melhor compreensão de como a GI emerge e se dissemina suas práticas. Podemos considerar o campo institucional como o local onde indivíduos e organização interagem mais frequentemente entre si, do que com membros externos ao campo, e dividem e constroem um sistema de significados comum (Scott, 2014) e, considerando sua delimitação, são institucionalmente definidos e, juntos, representam uma reconhecível área da vida institucional (Dimaggio & Powell, 1983). Complexidade institucional, por sua vez, pode ser considerada um campo onde lógicas institucionais, muitas vezes divergentes, afetam o comportamento dos atores, sendo este campo, justamente pela sua

complexidade, um palco e uma forma de explicar a mudança e inovação sob o ponto de vista da teoria institucional (Greenwood et al., 2011)

1.1.1 Questão de Pesquisa

Como um contexto de complexidade institucional pode influenciar a emergência, aceitação e disseminação de GI?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Analisar como surgem, são aceitas e se disseminam as GI em contexto de complexidade institucional.

1.2.2 Específicos

- Identificar as principais tendências e oportunidades de contribuição teórica para as lógicas institucionais
- Identificar os atores mais relevantes dentro o mercado vegano brasileiro.
- Identificar as lógicas institucionais presentes no mercado de marcas veganas brasileira.
- Avaliar como a complexidade institucional influenciou a criação, aceitação e disseminação das GI no mercado vegano brasileiro.

1.3 JUSTIFICATIVA PARA ESTUDO DO TEMA

Este tema se justifica pois ainda há espaço para compreender melhor como os atores atuam dentro de um contexto de complexidade institucional para criar inovações. Dentre as formas de inovação que vem ganhando destaque, as inovações sociais vem ganhando espaço e, dentre elas, podemos destacar a inovação *grassroot* (GI). Esta forma de inovação da base

para o topo que está ligada a movimentos sociais e localmente localizadas, tendo, normalmente, uma forte preocupação ambiental, preocupando-se em desenvolvimento sustentável (Hossain, 2016, 2018). Além disso, como algumas formas de mudanças institucionais relacionadas as lógicas institucionais, originam-se das controvérsias presentes nas tecnologias vigentes, suas formas de exploração e implementação (Smith et al., 2014), normalmente desafiando o *status quo* das tecnologias e estruturas vigentes, promovendo novas formas organizacionais e sistemas de provisão (Seyfang & Haxeltine, 2012), desafiando as estruturas legais, regulatórias e institucionais já existentes no contexto institucional (Hossain, 2016).

Outra contribuição teórica seria analisar como as lógicas institucionais influenciam a sociedade por meio de objetos mais tangíveis como produtos e tecnologias. Muitos dos estudos analisam a lógica por meio da linguagem e significado (Haveman & Gualtieri, 2017), porém, por ser um elemento importante da constituição da sociedade, há poucos estudos sobre sua influência de modo mais tangível (Cloutier & Langley, 2013). Além disso, o uso da teoria institucional contribui para entender o inovação sob a lente de outras teorias que não as clássicas de estratégia ou de ecologia populacional (Rossetto et al., 2018).

Por último, há a possibilidade de contribuição prática ao compreender melhor como marcas e produtos conseguem evoluir de um mercado de nicho, fundamental para que as GI (Hossain, 2018; Marletto & Sillig, 2019), para outros mercados. Utilizando neste processo de evolução a hibridização de lógicas institucionais para parecer legítima a novos grupos.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A Figura 1 descreve a **Matriz Metodológica (MM)**, com a justificativa de distinção dos estudos, incluindo os títulos, as questões de pesquisa, os objetivos (geral e específicos), assim como o método utilizado.

QUESTÃO CENTRAL DE PESQUISA					
Como um contexto de complexidade institucional pode influenciar a emergência, aceitação e disseminação de GI?					
OBJETIVO GERAL					
Analisar como surgem, são aceitas e se disseminam as GI em contexto de complexidade institucional.					
ARTIGOS					
	Título	Questão de Pesquisa	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Método
Estudo 1	Tendências e oportunidades em Lógicas Institucionais: um estudo baseado em Pareamento Bibliográfico	Quais as oportunidades de contribuição teórica para o tema das Lógicas Institucionais?	Identificar os temas nos estudos mais recentes em Lógicas Institucionais.	1) Identificar os artigos sobre empreendedorismo institucional. 2) Identificar as principais temáticas presentes nestes artigos. 3) Apresentar as possibilidades de contribuição dentro deste tema.	Quantitativo 1) Análise de referências citadas para a construção da matriz de pareamento. 2) Análise quantitativa do discurso, via Iramuteq, para identificar os campos.

<p>Estudo 2</p>	<p>Lógicas institucionais e inovação grassroot: um estudo em negócios veganos</p>	<p>Como um contexto de complexidade institucional pode influenciar a emergência, aceitação e disseminação de GI?</p>	<p>Analisar como surgem, são aceitas e se disseminam as GI em contexto de complexidade institucional.</p>	<p>1) Identificar os atores mais relevantes dentro do mercado vegano brasileiro. 2) Identificar as lógicas institucionais presentes no mercado de marcas veganas brasileiras. 3) Avaliar como a complexidade institucional influenciou a criação, aceitação e disseminação das GI no mercado vegano brasileiro.</p>	<p>Qualitativo-Quantitativo 1) Buscar em reportagens e em redes sociais as principais marcas veganas brasileiras que não sejam exclusivamente de alimentação. 2) Mapear os segmentos, além do alimentício, que atuam dentro do mercado vegano. 3) Analisar por meio do Iramuteq as postagens destas marcas em redes sociais. 4) Identificar nestas postagens as lógicas institucionais presentes nas postagens das marcas. 5) Identificar nas postagens as GI que surgirão dentro do mercado vegano brasileiro.</p>
------------------------	---	--	---	---	---

Figura 1: Matriz Metodológica

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

TENDÊNCIAS E OPORTUNIDADES EM LÓGICAS INSTITUCIONAIS: UM ESTUDO BASEADO EM PAREAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Resumo: Este estudo bibliométrico analisou o campo das lógicas e identificou tendências e oportunidades de pesquisa para este campo. Os dados coletados na base *Web of Science* foram tratados com o uso dos softwares *Bibexcel* e *Pajek* de modo que fosse possível visualizar uma rede de pareamento bibliográfico. Esta rede indicou que o campo continua em evolução e oferece diversas oportunidades para pesquisa futura nas áreas de complexidade institucional e criação de identidades, mudança institucional, hibridização de lógicas, categorias e mudança institucional, retórica e mudança institucional, estudos organizacionais e lógicas e governança. A partir dessa identificação de temas da área, focou-se em algumas problemáticas das quais proposições para estudos subsequentes forem elaboradas.

Palavras-chave: Teoria Institucional, Lógicas Institucionais, Pareamento Bibliográfico

TRENDS AND OPORTUNITIES IN INSTITUTIONAL LOGICS: A STUDY BASED ON BIBLIOGRAPHIC COUPLING

Abstract: This bibliometric study has analyzed the field of logics and has identified trends and research opportunities for this field. The data collected in the Web of Science database were treated using the *Bibexcel* and *Pajek* softwares so that a bibliographic coupling network could be visualized. This network has indicated that the field continues to evolve and offers several opportunities for future research in the areas of institutional complexity and identity creation, institutional change, hybridization of logics, categories and institutional change, rhetoric and institutional change, organizational studies and logics and governance. Based on this identification of themes in the area, it focused on some issues from which propositions for subsequent studies are elaborated.

Keywords: Institutional Theory, Institutional Logics, Bibliographic Coupling

2 INTRODUÇÃO

A Teoria Institucional vem há alguns anos sendo utilizada para explicar fenômenos dentro da administração de empresas sob um ponto de vista sociológico. Em suas diversas vertentes a Teoria Institucional já foi utilizada para explicar desde como as instituições fazem com que as organizações sejam semelhantes (DiMaggio & Powell, 1983) a como as instituições fazem com que os mercados e organizações se modifiquem ao longo do tempo (Lounsbury, 2007; Pahnke et al., 2015). Este aumento recente indica que é uma teoria importante, principalmente em sua vertente mais atual, para explicar a mudança e inovação dentro de um contexto com diversos atores interagindo entre si.

Podemos considerar as lógicas institucionais como crenças culturais e regras socialmente compartilhadas que moldam a cognição e comportamento dos atores e que, deste modo, provêm significados para os símbolos e práticas socialmente compartilhados, fornecendo critérios para legitimação (Friedland & Alford, 1991; Thornton et al., 2012). Assim, complementando a teoria neo-institucional que foi mais utilizada para explicar as disseminação e replicações de práticas, bem como a manutenção das instituições (DiMaggio & Powell, 1983; Haveman, 1993; Meyer & Rowan, 1977), as lógicas institucionais têm sido utilizadas não somente para explicar a disseminação de práticas, mas também para explicar o surgimento de novas práticas, mudanças institucionais, surgimento de novas instituições, bem como explicar variação de comportamentos das organizações dentro de um mesmo campo institucional (Edman, 2016a; Greenwood et al., 2010; Lee & Lounsbury, 2015).

Nessa perspectiva de mudanças, as lógicas institucionais também estão associadas a mudanças e evoluções de práticas dentro de um mesmo campo profissional, pois as profissões estão sujeitas a diversas lógicas (Currie & Spyridonidis, 2016; Dunn & Jones, 2010). Assim, as lógicas institucionais têm contribuído para entender mudanças em diversos contextos, tais como no sistema educacional (Thornton & Ocasio, 1999); na criação e surgimento de novas práticas em instituições financeiras (Almandoz, 2014); nas mudanças na educação e criação de identidades no sistema de saúde (Currie & Spyridonidis, 2016; Dunn & Jones, 2010); no surgimento e legitimação de novas práticas na gastronomia (Rao, Monin, & Durand, 2003); na variação de práticas e adaptação de empresas em processo de internacionalização; na criação de identidade organizacionais para responder a diversas lógicas intencionais (Kodeih & Greenwood, 2014; Trish Reay & Hinings, 2009); dentre outros.

Em campos com crescente produção como tem sido o caso das lógicas institucionais, é importante haver estudos e revisões que busquem mapear esta evolução. Isso ajuda a

compreensão e organização de conceitos e achados da área. Em relação a teoria institucional, muitas revisões vêm sendo feitas como, por exemplo: sobre o empreendedorismo institucional (Battilana, Leca, & Boxenbaum, 2009); o fenômeno do *decoupling* (Bromley & Powell, 2012); o estudo de como as organizações adotam formas organizacionais híbridas para responder a diversas demandas por legitimação (Julie Battilana & Lee, 2014); a forma como as lógicas institucionais criam vocabulários e práticas organizacionais (Loewenstein, Ocasio, & Jones, 2012); e como as organizacionais respondem a diversas lógicas, as vezes conflitantes, as vezes ou não (Greenwood et al., 2011). Entretanto, embora seja um elemento comum a todos estes temas anteriores, poucos trabalhos revisaram o tema das lógicas estritamente. Pouco se observou o resultado de suas ações, mas sim as lógicas em si. Dentre estes poucos trabalhos, merece destaque o capítulo de Thornton e Ocasio (2008). Além disso, o foco tem sido revisões teóricas que, ainda que possam garantir uma visão aprofundada sobre o tema, podem por outro lado carregarem vieses dos autores que estão altamente envolvido no tema e podem sofrer de alguma falta de vigor metodológico (Tranfield, Denyer, & Smart, 2003; Vogel & Güttel, 2013). Ademais, há uma predominância dos mesmos autores e os mesmos periódicos nos exemplos citados. Essa concentração de conhecimentos aliado à necessidade de organização do tema e à sua compreensão conceitual, faz com que seja importante haver um estudo bibliométrico capaz de auxiliar nessa estruturação do conhecimento dessa temática.

Isso porque estudos bibliométricos utilizam métodos quantitativos para analisar determinadas áreas da ciências, temas, periódicos, trabalhos e autores, tal como de que maneira esses elementos se relacionam entre si para criar representações gráficas destes resultados (Zupic & Čater, 2015). Na área de Administração, os estudos bibliométricos têm ganhado espaço mais recentemente devido a facilidade de se ter dados e trabalhar com as bases de dados eletrônicas (Zupic & Čater, 2015). Dentre estes estudos destacam-se: Nerur, Rasheed e Natarajan (2008) e Ramos-Rodríguez e Ruíz-Navarro (2004) na área da Estratégia e Usdiken e Pasadeos (1995) em Estudos Organizacionais.

A maior parte dos estudos bibliométricos citados anteriormente tratam-se de análise de co-citação. Neste tipo de bibliometria, o objetivo é analisar a similaridade entre diferentes documentos quando estes são citados em conjuntos de modo a obter uma imagem do campo no passado (Zupic & Čater, 2015). No entanto, neste trabalho utilizou-se o pareamento bibliográfico que, ao contrário da co-citação, busca identificar trabalhos que compartilham uma mesma citação. Deste modo, é possível criar um mapa de um determinado campo, mas

analisando para onde as pesquisas deste campo apontam (Jarneving, 2007; Thijs, Zhang, & Glänzel, 2015; Zupic & Čater, 2015) e não quais foram as principais referências do passado.

A construção de um mapa mostrando como o campo está dividido e a categorização das direções apontadas para o campo pode contribuir para os próximos pesquisadores na sua busca por temas dentro desta área. Além disso, pode ajudar na formação de um corpo teórico coeso para as lógicas institucionais. Estas contribuições serão possíveis porque trabalhos de pareamento bibliográfico permitem apresentar possibilidades de estudo apresentando questões não desenvolvidas unindo temas pouco conectados (Vogel & Güttel, 2013). Assim, para cumprir estes objetivos, além da apresentação de alguns indicadores de produção, o trabalho contou com o pareamento bibliográfico que serve de base para a categorização das sugestões de estudos futuros do trabalho apresentado.

Este trabalho contém, além desta introdução, um breve referencial sobre lógicas institucionais, a apresentação do método, a apresentação dos dados, discussão e finalizando com a conclusão e sugestões de estudo futuros.

3 LÓGICA INSTITUCIONAL

As instituições podem ser vistas tanto como modelos supraorganizacionais pelos quais os seres humanos conduzem sua vida material e a localizam no tempo e espaço, quanto um sistema de símbolos pelos quais os seres humanos categorizam e dão significado às suas atividades (Friedland & Alford, 1991). Assim, podemos dizer que as instituições são compostas por elementos simbólicos, atividades sociais e recursos materiais (Scott, 2014). Deste modo, mais do que direcionar ou limitar as ações dos atores, as instituições dão significados e legitimidade para estas ações (Battilana et al., 2009; Bertels & Lawrence, 2016; Bitektine & Haack, 2015; Sonpar, Pazzaglia, & Kornijenko, 2009).

A teoria institucional vem evoluindo ao longo do tempo, ganhando vertentes desde o velho institucionalismo até o novo institucionalismo. No entanto, o próprio novo institucionalismo vem se modificando e ganhando novos temas. Um destes temas é a lógica institucional, que são o conjunto amplo de crenças que definem os limites de um campo, além dos papéis e identidades bem como os arranjos organizacionais (Suddaby & Greenwood, 2009). Além disso, a lógica institucional atua como um guia para as ações práticas (Rao et al., 2003), que são comuns aos participantes de um mesmo campo (Owen-Smith & Powell,

2008). Ou seja, os agentes dão significados a ações e delimitam estas ações no tempo e espaço por meio, ou sob influência das lógicas institucionais (Thornton et al., 2012).

Para ilustrar como as instituições moldam as práticas e dão significado a elas, Friedland e Alford (1991) propõem as instituições sendo compostas de subsistemas chamados de ordens institucionais, ou lógicas institucionais ao nível da sociedade. A inter-relação entre estas diversas lógicas vai atuar sobre os indivíduos e organizações, não somente uma de cada vez, vão dar significado as suas ações e moldar sua cognição e comportamento. Assim, uma organização, ou indivíduo, pode sofrer influência de mais de uma lógica, gerando significados, crenças e práticas diferentes conforme a lógica dominante naquele momento (Greenwood et al., 2011; McPherson & Sauder, 2013), fazendo com que não haja uniformidade de respostas das organizações e indivíduos em um mesmo contexto (Greenwood et al., 2010).

Uma das formas das lógicas institucionais mudarem, ou gerarem mudanças e inovações, é pela exportação e trocas de símbolos e práticas de ordens institucionais diferentes, e tão mais forte será esta transformação/mudança quão mais forte for a complementaridade entre as ordens. Por exemplo, a ética protestante e o espírito do capitalismo (Thornton et al., 2012). A Figura 1 detalha os diversos elementos e ordens presentes em uma lógica institucional. Vale ressaltar que a Figura 1 é válida para uma visão de instituições dentro do modelo capitalista ocidental (Friedland & Alford, 1991), sendo uma evolução do modelo de Friedland e Alford (1991), proposto por Thornton et al. (2012).

A maior parte dos estudos em lógica institucional tem focado em entender como as lógicas institucionais atuam em seu nível macro, influenciando as instituições, estratégias e práticas de organizações dentro destas instituições (McPherson & Sauder, 2013). Pouca atenção tem sido dada a como as lógicas institucionais afetam as ações dos atores em seu dia a dia e em suas práticas cotidianas (Currie & Spyridonidis, 2016; McPherson & Sauder, 2013). Neste caso, primeiramente percebe-se um reconhecimento da agência dos atores, ao contrário da visão determinista do neoinstitucionalismo, ou seja, os atores vão agir não somente sobre a influência destas diversas lógicas, mas sobre a sua interpretação e como alcançar seus objetivos neste campo repleto de diversas lógicas (Delbridge & Edwards, 2013; Emirbayer & Mische, 1998).

Eixo Y	Eixo X: Ordens Institucionais						
Categorias	Família	Comunidade	Religião	Estado	Mercado	Profissão	Corporação
Metáfora raiz	Família como empresa	Limites comuns	Tempo como um banco	Estado como um mecanismo de redistribuição	Transações	Profissão como uma rede	Corporação como Hierarquia
Fontes de legitimidade	Lealdade incondicional	Unidade de vontade, acredita em confiança e reciprocidade	Importância da fé e do sagrado	Participação democrática	Preço compartilhado	Expertise pessoal	Posição de mercado da empresa
Fontes de autoridade	Dominação patriarcal	Comprometimento com os valores e ideologias da comunidade	Carisma sacerdotal	Dominação burocrática	Ativismo dos acionistas	Associação profissional	Conselho dos diretores, alta gestão
Fontes de identidade	Reputação da família	Conexão emocional, autossatisfação e reputação	Associação com as divindades	Classes econômicas e sociais	Sem rosto	Associação com a qualidade do ofício, Reputação pessoal	Papéis burocráticos
Base das normas	Filiação ao lar	Associação ao grupo	Associação a congregação	Cidadania	Auto interesse	Membro de uma associação profissional	Ser um funcionário
Bases de atenção	Posição dentro do lar	Investimento pessoal no grupo	Relação com o sobrenatural	Posição no grupo de interesse	Posição no mercado	Posição na profissão	Posição na hierarquia
Bases de estratégia	Fortalecer a honra da família	Fortalecer a posição e honra dos membros e das práticas	Fortalecer os símbolos religiosos e os eventos naturais	Fortalecer o bem comum	Aumentar a eficiência e o lucro	Fortalecer a reputação pessoal	Aumentar o tamanho e diversificação da companhia
Mecanismos informais de controle	Política da família	Visibilidade das ações	Valorização do chamado	Bastidores da política	Analistas da indústria	Celebridade profissional	Cultura organizacional
Sistema econômico	Capitalismo familiar	Capitalismo cooperativo	Capitalismo Ocidental	Capitalismo de bem-estar	Capitalismo de mercado	Capitalismo pessoal	Capitalismo administrativo

Figura 1. Sistema interinstitucional - tipos ideais

Fonte: Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012). Tradução do autor.

Em seu nível micro, as lógicas institucionais estão altamente relacionadas com a posição social do indivíduo. Em uma posição de maior destaque, o ator tem a possibilidade de influenciar a interpretação das lógicas institucionais que as pessoas em posição de menor farão (Currie & Spyridonidis, 2016). Adicionalmente, quanto central for a sua posição, maior a sua capacidade de conduzir mudanças, quanto mais periférica sua posição, maior o custo para fugir das pressões institucionais.

Indo ao encontro da definição de agência de Emirbayer e Mische (1998) como a ação individual que acontece por meio de um processo temporalmente incorporado de engajamento social, derivado das interações e hábitos passados, orientado para o futuro por meio da visualização de possibilidades alternativas. As pesquisas recentes indicam que as lógicas institucionais reforçam que as relações do indivíduo com as lógicas institucionais no passado não vão somente definir a sua interpretação de novas lógicas no futuro, mas também a forma de como lidar com estas lógicas e também o desejo de querer modifica-las para o seu interesse (Bertels & Lawrence, 2016).

4 MÉTODO

O método utilizado neste artigo é uma modalidade de análise bibliométrica. A bibliometria consiste no uso de métodos quantitativos para descrever, avaliar e acompanhar a produção científica (Zupic & Čater, 2015). Na verdade, em sua origem, sua definição é mais abrangente, consiste no uso de ferramentas estatística e matemáticas aplicadas livros e outras formas de comunicação (OECD and SCImago Research Group - CSIC, 2016; Vogel & Güttel, 2013). De qualquer modo, o objetivo dos estudos bibliométricos tem sido avaliar o desempenho de determinada área, periódicos, autores etc., além de mapear e descrever áreas do conhecimento, teorias etc, buscando apresentar a estrutura e a dinâmica do campo ou área estudada (Zupic & Čater, 2015).

Dentro deste contexto de, primeiramente, mostrar o desempenho da área, foram apresentadas as quantidades de trabalhos, principais autores e principais periódicos. Posteriormente, foi apresentada uma análise mais aprofundada visando a descrição e o mapeamento da área, bem como a indicação de tendências e possibilidades. Esta segunda parte foi feita por meio do pareamento bibliométrico.

O pareamento bibliográfico consiste na identificação de pares de trabalho que citam uma ou mais obras (Vogel & Güttel, 2013; Zupic & Čater, 2015). Este método tem suas

conforme as especificações de Person, Danell e Schneider (2009). Destas etapas iniciais no *Bibexcel* é que foram gerados os dados para utilização nos softwares *Pajek*, *VosViewer*. Além disso, para analisar melhor os grupos formados nestas análises, utilizou-se o *software* *Iramuteq* que realizou uma análise de conteúdo quantitativa nos resumos dos artigos presentes na amostra que compuseram o pareamento bibliográfico. As técnicas utilizadas pelo *Iramuteq* foram duas, a classificação hierárquica descendente, que divide as palavras presentes nos segmentos de textos analisados em grupos e estabelece uma relação hierárquica entre estes grupos. A segunda técnica utilizada foi a análise de similaridade, nesta técnica cria-se uma rede das principais palavras presentes nos segmentos analisados, não há uma relação hierárquica, no entanto, é perceber como estas palavras se relacionam e fica mais claro perceber o significado em suas relações. Ambas as técnicas foram utilizadas em todos os *clusters* formados no pareamento.

Importante ressaltar que o pareamento bibliográfico é uma análise baseada em referências. Sendo assim, uma das etapas de preparação dos dados foi padronizar as referências citadas, de modo que citações diferentes da mesma obra, por exemplo livros com ano de edições diferentes, fossem contadas como uma única obra. Após esta padronização, optou por gerar a rede de pareamento pelo software *Bibexcel*, sendo esta rede visualizada no *VosViewer*. Além disso, foi utilizado o algoritmo do próprio *VosViewer* para gerar os *clusters*, conforme (Person et al., 2009).

5 RESULTADOS

5.1 PRODUÇÃO EM LÓGICAS INSTITUCIONAIS

Inicialmente, os dados apresentados se referem a produção sobre lógicas institucionais. Como dito anteriormente, estes dados são importantes para verificar a importância e relevância do tema. Com isso em mente podemos verificar na Figura 3 que a produção em lógicas institucionais vem apresentando um crescimento constante após 2012, havendo uma pequena queda de 2016 para 2017.

Curiosamente, embora o trabalho seminal em lógicas institucional seja Friedland e Alford (1991), há um trabalho nos resultados que é de 1974 e que usa o termo ordens institucionais. Nash (1974) utiliza o sistema de ordens interdependentes, no caso ordem normativa e institucional – que neste trabalho assemelha-se mais a criação de identidade

frente as pressões institucionais externas e internas (Greenwood et al., 2011; Reay & Hinings, 2009) – para explicar o ambiente institucional complexo de um sindicato de profissionais do setor hospital americano. As ideias propostas por Nash (1974) seriam mais desenvolvidas posteriormente como lógicas institucionais por Friedland e Alford (1991), Scott (2014) e Thornton et al. (2012). Por sua vez, complexidade institucional e identidade seriam desenvolvidas por Greenwood et al. (2011) e Reay e Hinings (2009). De qualquer modo, vale reforçar o peso do trabalho de Friedland e Alford (1991), pois novos trabalhos sobre o tema, nesta amostra, só viriam a ser publicados novamente em 1997.

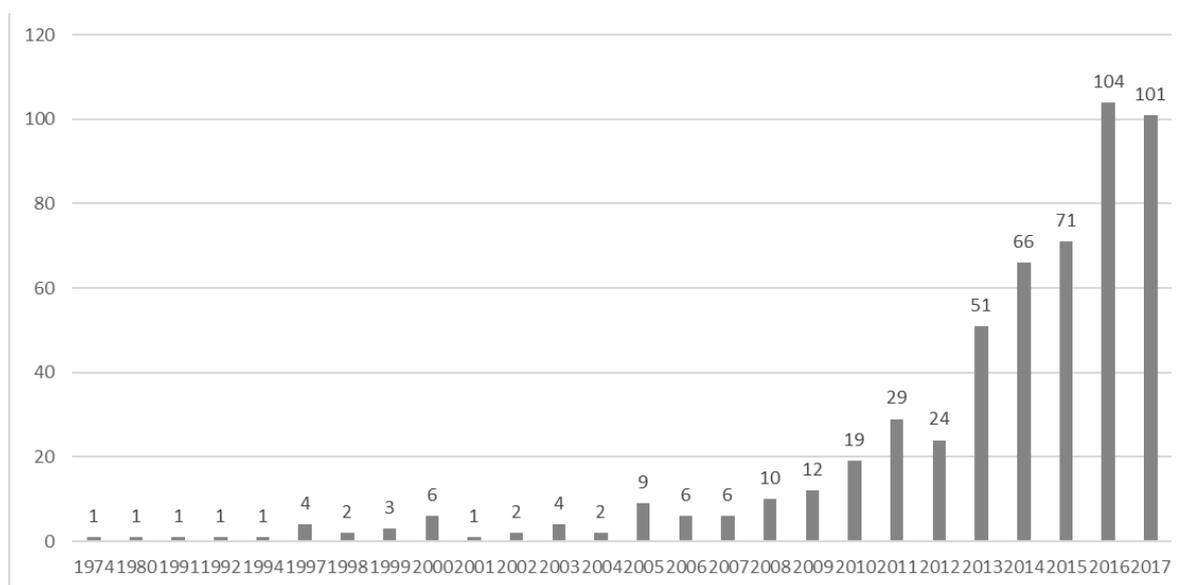


Figura 3. Quantidade de artigos por ano

Fonte: Elaborado pelos autores

A teoria institucional está fortemente relacionada aos estudos organizacionais, assim era de se esperar que houvesse uma forte presença de estudos sobre lógicas institucionais em periódicos mais relacionados a esta temática. Esta forte presença em estudos organizacionais é percebida pela quantidade de trabalho nos periódicos *Organization Studies*, periódico com mais trabalhos sobre lógicas institucionais, e *Organization Science*. No entanto, conforme a Figura 4, podemos perceber que os trabalhos dentro desta temática estão bem distribuídos entre os principais periódicos da área. Inclusive, em periódicos mais generalistas como *Academy of Management Journal* e *Journal of Management Studies*. Apesar de vários artigos em periódicos de administração, há também uma publicação considerável em periódicos de sociologia.

O estudo sobre a influência das lógicas institucionais pode ser visto também pela grande quantidade de trabalhos publicados no *Academy of Management Journal*, que é um

periódico cujo o foco são estudos empíricos. Ou seja, há uma forte formação de um corpo relacionado a lógicas institucionais, pois há um consistente aumento de estudos teóricos (*Academy of Management Review* e *Academy of Management Annals*) acompanhado pelo aumento de estudos empíricos. Isso indica que o campo ainda está em maturação, que deve ser fortalecida por mais estudo empíricos.

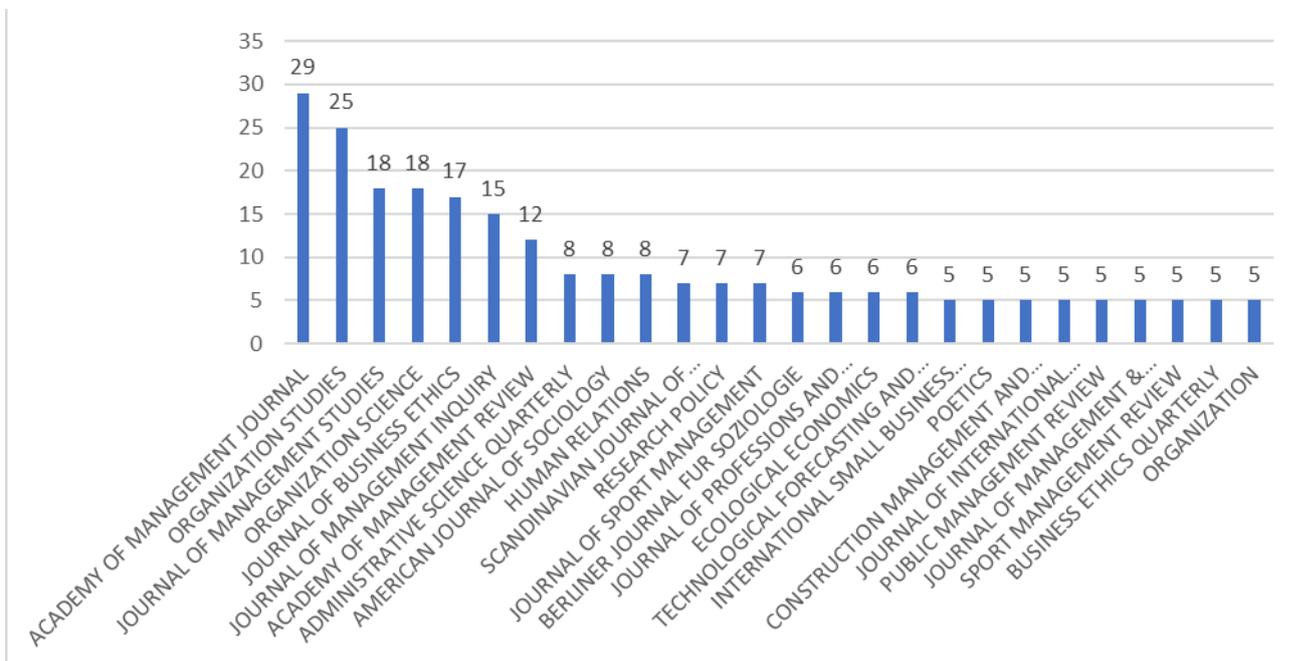


Figura 4. Periódicos que mais publicaram

Fonte: Elaborado pelos autores

A Figura 5 nos apresenta os autores que mais publicaram sobre lógicas institucionais na amostra analisada, que possui 1036 autores no total. Ao analisar os dados presentes na Figura 5 com os presentes na Tabela 1, há indícios que alguns dos autores que mais publicam o fazem em conjunto.

Ao analisar estes dados, pode-se inferir que este é um campo muito disperso, seja pela quantidade de periódicos, seja por não haver um autor que concentre muitas publicações sobre o tema. Além disso, levando em conta sua evolução ao longo do tempo, recentemente que o tema alcançou uma constante de volume de publicações por ano. De certo modo, recentemente o tema ganhou momentum, porém, com base na Figuras 4 e 5, este momentum está disperso em diversas áreas, o que corrobora a pouca concentração em autores.

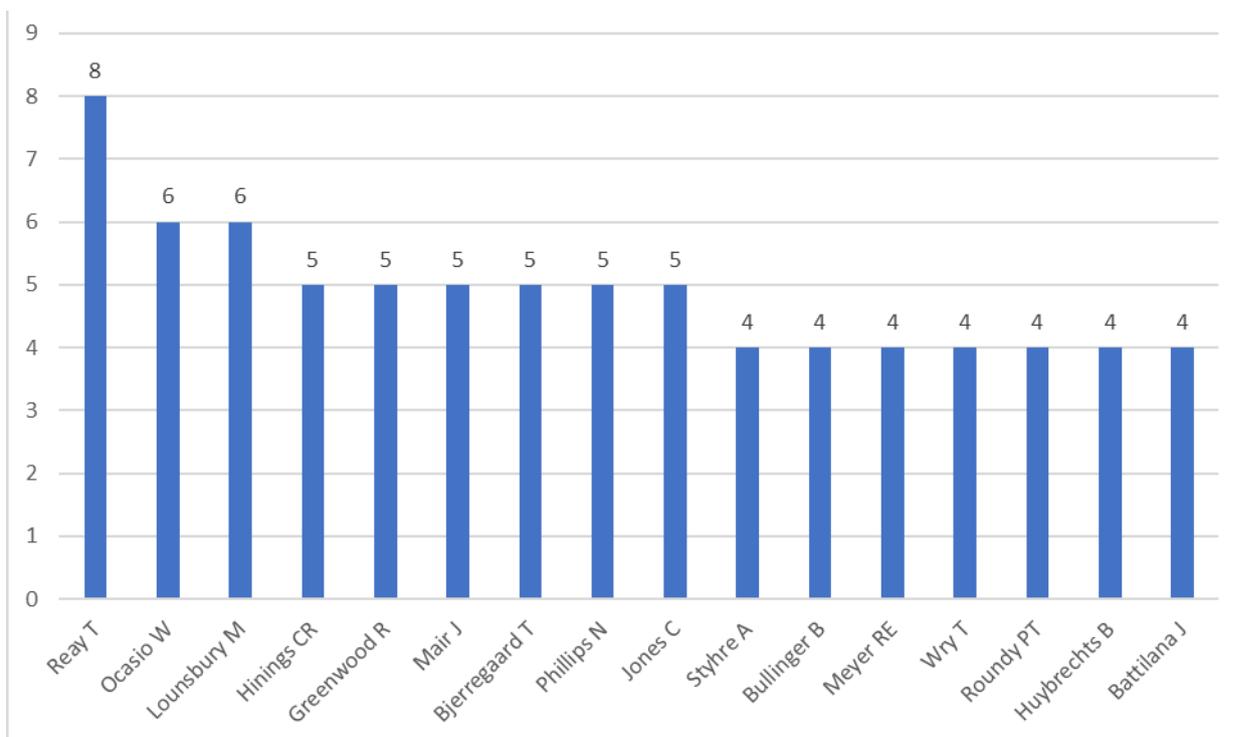


Figura 5. Autores que mais publicaram

Fonte: Elaborado pelos autores

5.2 EVOLUÇÃO DO TEMA

O foco da análise de referências citadas neste artigo é o pareamento bibliográfico, no entanto, realizou-se uma breve análise de co-citação para entender como o tema evoluiu ao longo do tempo e quais foram as bases teóricas que fundamentaram esta evolução. Para esta figura foi construída uma matriz de co-citação com os trabalhos citados pelos artigos da base que possuíam no mínimo 30 citações. Esta matriz possuía inicialmente 77 trabalhos, porém sete foram retirados por serem obras de método, o que resultou em uma matriz de co-citação com 70 trabalhos.

A figura 6 apresenta o resultado desta análise de co-citação. Foi utilizado o software BibExcel para a confecção de matriz de co-citação e ordenar as obras por ano. Posteriormente, o próprio BibExcel foi utilizado para criar o arquivo de rede e suas partições. Este arquivo foi visualizado no Pajek e exportado para ver ser gerado no VosViewer. O *software* VosViewer foi utilizado para gerar uma melhor visualização dos dados e gerar os *clusters*. Nesta visualização cada cor representa *cluster*, cada ponto uma obra e as linhas a ligação entre as obras presentes na amostra. Além disso, o tamanho do círculo indica a força

da relação daquela obra com as demais e a espessura das linhas a força daquela relação específica.

Percebe-se na figura 6 que o tema se divide apenas em dois grupos e que esta divisão é clara ao longo do tempo. De modo geral, pode-se dizer que o primeiro grupo, o grupo vermelho, refere-se a artigos representantes do neo institucionalismo e suas bases. O segundo grupo, o grupo verde, trata-se dos trabalhos sobre lógicas institucionais e suas evoluções.

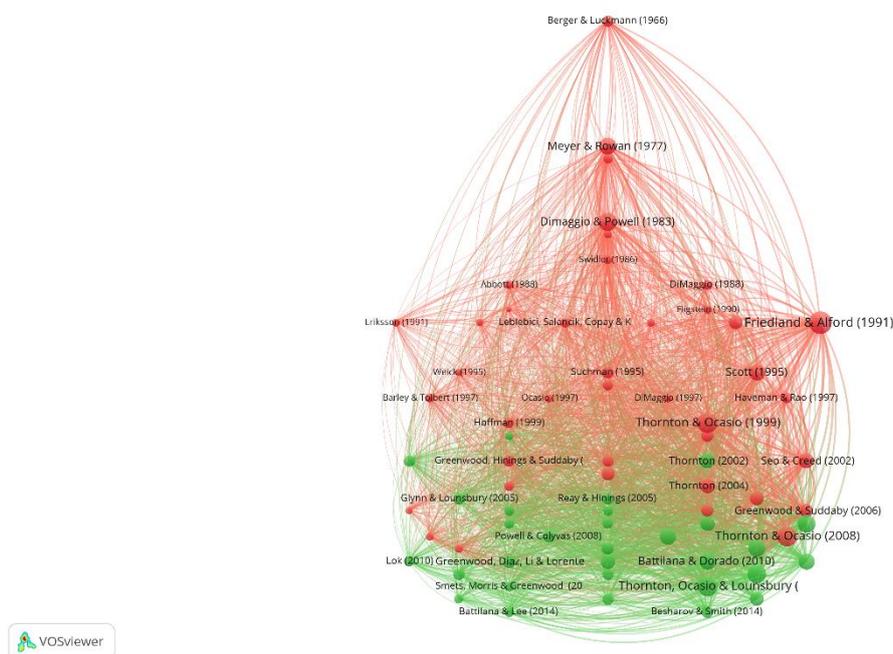


Figura 6. Rede de co-citação Lógicas Institucionais

Fonte: Elaborado pelos autores

O primeiro grupo, em vermelho, refere-se as bases do neo institucionalismo e ao próprio institucionalismo. No eixo central, percebemos como obra inicial de toda esta evolução o trabalho de Berger e Luckmann (1966). Este é um trabalho base para toda a teoria institucional pois trata a realidade como algo socialmente construído. Além disso, a noção de realidade e conhecimento, não o conhecimento no sentido de recursos, mas o “saber algo”, existe em variados graus entre os indivíduos. Além disso, há discussões acerca de estrutura e agência que vai permear toda a evolução do tema ao longo do tempo.

O eixo central da figura mostra ainda a própria evolução da teoria institucional, pois os trabalhos iniciais de Berger e Luckmann (1966) e Giddens (1984) vão tratar de como a realidade social é construída. Os trabalhos no eixo central de Meyer e Rowan (1977) a Suchman (1995), com exceção de Giddens (1984), vão tratar de como a realidade social, ou estruturas sociais, se mantém e se replicam. E, partir de Greenwood e Hinings (1996), os

trabalhos focam-se mais em como as instituições mudam ou atuam na mudança das organizações.

Embora o eixo central reflita as principais bases conceituais, os artigos seminais para lógicas institucionais se encontram no lado direito da figura 7. Pela figura pode-se perceber que Friedland e Alford (1991) é o trabalho seminal sobre o tema. Na verdade, isto é colocado também por Thornton et al. (2012), que é aliás uma outra obra importante. Além deste dois trabalhos, vale destacar Greenwood et al. (2011) que vai explorar o conceito de complexidade institucional, conceito que, de certo modo, retoma a discussão sobre como realidade social é construída socialmente e influencia de forma variada cada ator. Na complexidade institucional, há diversas lógicas, divergentes e convergentes, influenciando de forma variada os atores.

Esta relação com o neo-institucionalismo pode ser percebida também ao olhar os trabalhos mais citados. Na tabela 1 há indícios que reforçam as lógicas institucionais como um campo que descende do neo-institucionalismo (Thornton & Ocasio, 2008; Thornton et al., 2012). No entanto, podemos perceber que já está formando um corpo de pesquisa próprio, pois das dez obras mais citadas, apenas três se enquadram como obras do neo institucionalismo. Todas as outras já fazem parte do corpo de teorias mais recentes, que evoluíram do neo institucionalismo.

Tabela 1: Trabalhos mais citados

<i>Posição</i>	<i>Trabalho</i>	<i>Citações</i>
1	Friedland & Alford (1991)	265
2	Thornton & Ocasio (1999)	203
3	Thornton & Ocasio (2008)	189
4	DiMaggio & Powell (1983)	188
5	Thornton et al. (2012)	185
6	Meyer & Rowan (1977)	154
7	Scott (2014)	153
8	Greenwood et al. (2011)	148
9	Lounsbury (2007)	128
10	Reay & Hinings (2009)	127
11	Battilana & Dorado (2010)	110
12	Pache & Santos (2010)	102
13	Kraatz & Block (2008)	98
14	Pache & Santos (2013)	95
15	Thornton (2002)	94
16	Seo & Creed (2002)	93
17	Thornton (2004)	91
18	Dunn & Jones (2010)	86
19	Marquis & Lounsbury (2007)	84

Fonte: Elaborado pelos autores

Outro reflexo desta evolução é que há espaço para um fortalecimento do corpo de pesquisa neste tema, uma vez que a Tabela 1 indica que muitos dos fundamentos e *gaps* propostos ainda é herdado de um outro campo. Inclusive, talvez as lógicas sejam uma das fontes de conexão entre o velho e o neo-institucionalismo esperado por Selznick (1996). Uma vez que retoma o tema de como as organizações se mobilizam e se estruturam para responder as expectativas externas, algo presente em Selznick (1949), inclusive tratando dos conflitos internos e de poder na criação de identidades que respondem as expectativas externas (Durand & Jourdan, 2012; Edman, 2016a; Greenwood et al., 2011; Reay & Hinings, 2009) e que responde a questões sobre isomorfismo e *decoupling* (Bitektine & Haack, 2015; Delbridge & Edwards, 2013; Kodeih & Greenwood, 2014). Além disso, pode ser considerada uma volta para questão mais conceituais sobre a construção da realidade, como esta realidade social é construída e modificada (Berger & Luckmann, 1966; Giddens, 1984)

5.3 ANÁLISE DE PALAVRAS CHAVE

Para gerar a Figura 7, considerou-se as palavras chave que apareceram pelo menos 10 vezes. Com isso há uma lista com 73 palavras chave. Ao analisar a Figura 7, podemos perceber quatro palavras ocupando a posição central da rede, além de lógicas institucionais temos: *Industry*, *Institutional Logic*, *Organizations* e *Competing Institutional Logic*. Primeira possibilidade que podemos sugerir com base na Figura 7 é que a maior parte dos estudos se referem a ação das lógicas institucionais ao meso e macro nível de análise. Pois temos Indústria e Organizações com forte presença na rede, além de diversas outras palavras que indicam que o nível micro, analisando o indivíduo, ficou em segundo plano. Além disso, ao analisarmos as palavras como um todo, há uma forte presença de termos relacionados a mudança. Isso reforça o papel das lógicas institucionais em se aproximarem mais do velho institucionalismo e retomar temas como a criação e modificação das instituições, bem como as mudanças que as instituições sobre organizações (Thornton & Ocasio, 2008).

Outro ponto que chama a atenção na Figura 7 é que o *cluster* ao qual pertence o termo Lógicas Institucionais está mais perto de termos relacionadas a área de estratégia. Inclusive, não somente o próprio *cluster* como o *cluster* mais próximo, cujo centro é termo indústria. Vale lembrar que o no *VosViewer*, a distância indica proximidade entre os termos (van Eck &

Waltman, 2010). Ou seja, há um forte alinhamento entre lógicas institucionais e estratégia. Este alinhamento é coerente com a ideia de que as lógicas institucionais direcionaram as práticas, rituais e símbolos das organizações (Friedland & Alford, 1991; Meyer & Rowan, 1977; Thornton et al., 2012). As lógicas direcionarão a formação da identidade da organização frente as diversas pressões institucionais (Greenwood et al., 2011), sendo que a escolha deste direcionamento será reflexo dos principais grupos de poder que exercem influência sobre a organização (Geng, Yoshikawa, & Colpan, 2016; Reay & Hinings, 2009) em busca de legitimidade frente as pressões institucionais (Bitektine & Haack, 2015), o que garantirá maior acesso a recursos críticos para a organização (Edman, 2016b; Fisher, Kotha, & Lahiri, 2016; Meyer & Rowan, 1977).

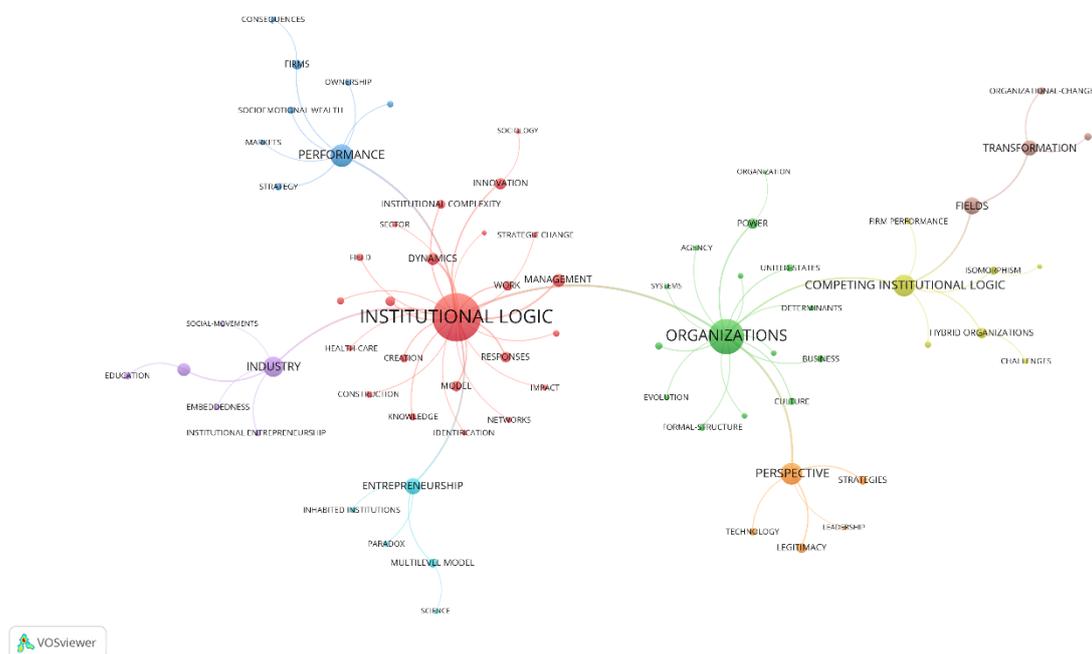


Figura 7. Mapa Palavras Chave

Fonte: Elaborado pelos autores

Outra área dentro os estudos em Administração que tem forte relação com lógicas institucionais é a área de Estudos Organizacionais, que está mais para o lado direito da Figura 6. Isto vai ao encontro do que indica a Figura 4, na qual grande parte dos periódicos estão relacionados a estudos organizacionais. Dentre estes temas, vale destacar os temas relacionados a *Competing Institutional Logic* e *Hybrid Organizations*, estes dois temas estão relacionados a complexidade institucional e são estratégias de buscas de legitimidade para organizações presentes em ambientes de complexidade institucional (Greenwood et al., 2011).

Por último, a relação entre estrutura e agência também está relacionado a este *cluster*, assim, é possível que estudo mais voltados aos indivíduos esteja mais perto do *cluster* que tem *Organizations* como tema central.

Esta diversidade de palavras chave e suas relações corroboram as análises de periódicos e autores que publicaram sobre o tema. Fortalece que este é um tema disperso em diversas áreas. Na verdade, por ser a base das construções sociais (Friedland & Alford, 1991; Thornton et al., 2012), é de se esperar que as lógicas institucionais sejam utilizados em diversos campos onde o conceito de sociedade, com as relações do seus diversos atores, seja importante.

5.4 PAREAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Como o pareamento bibliográfico é uma análise de referências citadas e tem como resultado artigos presentes na própria amostra, inicialmente são mostrados na Tabela 2 os 30 artigos mais citados na amostra e será indicado se este artigo está presente na rede final de pareamento ou não. Estes trinta artigos correspondem a 52,35% do total de citações dos 537 artigos presentes na amostra. Por último, os artigos que não estão presentes na rede de pareamento estão destacados em negrito.

O pareamento bibliográfico tende a mostrar os artigos mais recentes e indicar as possibilidades de pesquisa do campo (Zupic & Čater, 2015). Assim, um dos motivos para haverem alguns artigos que estão entre os mais citados, mas não estão presentes na Tabela 2 é própria idade destes artigos. Por exemplo Haveman e Rao (1997) e Rao et al. (2003). Além disso, outro possível motivo sejam artigos mais afastados do Institucionalismo sociológico (Luo, Xue, & Han, 2010; Wimmer, 2008) e artigos mais distantes da administração (Binder, 2007; Lewis, 2012).

Na Tabela 2 podemos perceber uma congruência com a Figura 7, os artigos são representantes das lógicas institucionais, mas, além disso, abordam diversos temas relacionados. Por exemplo, o segundo artigo mais citado, Greenwood et al. (2011), trata da complexidade institucional as respostas das organizações frente a esta complexidade. Outros artigos também tratam desta temática, porém como estudo empíricos (Jay, 2013; Pache & Santos, 2013; Reay & Hinings, 2009).

Vale destacar a presença dos trabalhos que marcaram a retomada do interesse em lógicas institucionais. Retomada no sentido que há uma proposta do estudo em Friedland e

Alford (1991), porém apenas em Thornton Ocasio (1999) que há um interesse maior sobre o tema e que aumentará ao longo dos 2000 e conseguirá um ritmo de crescimento mais constante e regular a partir de 2006 conforme a Figura 2.

A Tabela 2 indica que, apesar de ser uma evolução do neoinstitucionalismo, as lógicas institucionais já conseguiram formar um corpo de pesquisa, com diversos artigos diretamente relacionado ao tema com significativa quantidade de citações. O único trabalho que faz uma alusão mais direta a um dos temas caros ao neoinstitucionalismo, o *decoupling*, é Bromley e Powell (2012). No entanto, este trabalho é mais do que revisitação ao tema, mas uma proposta de estudo sobre o tema sobra ópticas mais modernas da teoria institucional, como as lógicas institucionais. Inclusive, o *decoupling*, de certo modo, já abordava na origem do neoinstitucionalismo questões de agência (Meyer & Rowan, 1977) e complexidade institucional (Boxenbaum & Jonsson, 2008).

Como colocado anteriormente o pareamento bibliográfico permite visualizar estágios ainda iniciais de um campo em evolução (Jarneving, 2007). Para a rede mostrada na Figura 8 foram selecionados os trabalhos na base de dados final que tinham no mínimo dez referências em comum, isso resultou em uma amostra com 300 artigos. A matriz de co-ocorrência foi construída pelo *BibExcel* e a construção dos *clusters* foi feita utilizando o algoritmo do próprio software conforme Person et al. (2009), entretanto a visualização e indicação final dos *clusters* foi realizada com o uso do *VosViewer*. Além disso, visando a visualização, foi mantido os números de identificação dos artigos (ID), a lista correspondente a cada ID está no apêndice 1.

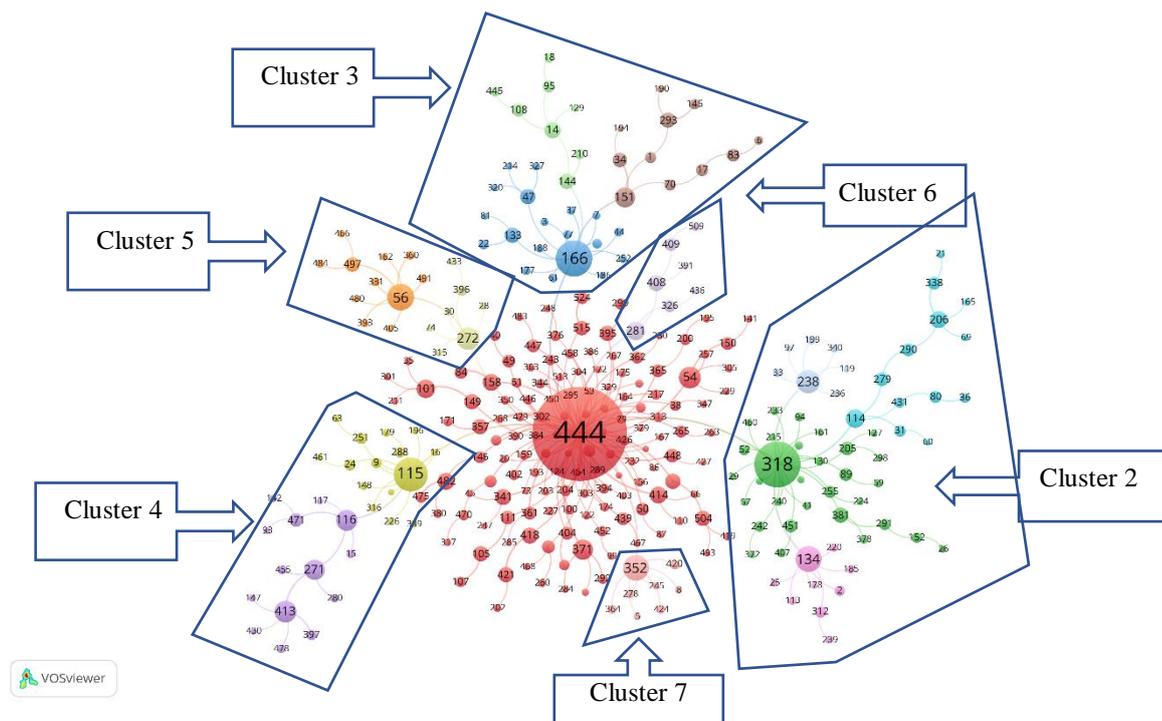


Figura 8. Mapa Pareamento Bibliográfico

Fonte: Elaborado pelos autores

As cores na Figura 8 indicam os *clusters* identificados no VosViewer, com isso há 14 *clusters*. No entanto, em uma segunda análise, podemos considerar que há 7 grandes *clusters*, com suas ramificações, deste modo a Tabela 3 indica quais são os *clusters*, suas ramificações e os artigos centrais de cada *cluster* e ramificação.

Tabela 3: *Clusters* Pareamento e artigos centrais

Cluster	Tema	Artigo Central	ID
1	Complexidade Institucional	Greenwood et al. (2011)	444
2	Pluralismo e Hibridização	Besharov e Smith (2014)	318
2a	Hibridização e Governança/Conformidade	Smets, Jarzabkowski, Burke e Spee (2015)	238
2b	Hibridização e Identidade	Ocasio e Radoynovska (2016)	114
2c	Hibridização e negócios sociais	Dalpiaz, Rindova e Ravasi (2016)	134
3	Lógicas Institucionais e Empreendedorismo	York, Hargrave e Pacheco (2016)	166
3a	Lógicas Institucionais e Negócios Familiares	Jaskiewicz, Heinrichs, Rau e Reay (2016)	144
3b	Lógicas Institucionais e Empreendedorismo Social/Ambiental	York, O'Neil e Sarasvathy (2016)	151
4	Complexidade Intra-institucional	Meyer e Höllerer (2016)	115
4a	Retórica e Coupling/Decoupling	Misangyi (2016)	116
5	Lógicas Institucionais e Legitimação	Bitektine e Haack (2015)	272
5a	Lógicas Institucionais, Mudança e Empreendedorismo Institucional	Martí (2017)	56
6	Lógicas Institucionais e Governança	Joseph, Ocasio e McDonnell (2014)	281
7	Lógicas Institucionais, Prática e Discussões Conceituais	Cloutier e Langley (2013)	352

Fonte: Elaborado pelos autores

ID	Título	Referência	Qtd Citações	Ano
524	Institutional logics and the historical contingency of power in organizations: Executive succession in the higher education publishing industry, 1958-1990	Thornton & Ocasio (1999)	748	1999
444	Institutional Complexity and Organizational Responses	Greenwood et al. (2011)	610	2011
514	Institutional change in Toque Ville: Nouvelle cuisine as an identity movement in French gastronomy	Rao et al. (2003)	602	2003
448	Building sustainable hybrid organizations: the case of commercial microfinance organizations	Battilana & Dorado (2010)	564	2010
473	Managing the Rivalry of Competing Institutional Logics	Reay & Hinings (2009)	462	2009
486	The making and unmaking of ethnic boundaries: A multilevel process theory	Wimmer (2008)	383	2008
357	Inside the hybrid organization: selective coupling as a response to competing institutional logics	Pache & Santos (2013)	331	2013
463	How emerging market governments promote outward FDI: Experience from China	Luo, Xue, & Han (2010)	304	2010
530	Structuring a theory of moral sentiments: Institutional and organizational coevolution in the early thrift industry	Haveman & Rao (1997)	287	1997
515	The rise of the corporation in a craft industry: Conflict and conformity in institutional logics	Thornton (2002)	270	2002
458	The Multiplicity of Institutional Logics and the Heterogeneity of Organizational Responses	Greenwood et al. (2010)	267	2010
494	Corporate social responsibility in the multinational enterprise: strategic and institutional approaches	Husted & Allen (2006)	260	2006
446	Bridging Institutional Entrepreneurship and the Creation of New Organizational Forms: A Multilevel Model	Tracey, Phillips, & Jarvis (2011)	234	2011
516	Institutional transformation and status mobility: The professionalization of the field of finance	Lounsbury (2002)	230	2002
509	The social construction of market value: Institutionalization and learning perspectives on stock market reactions	Zajac & Westphal (2004)	214	2004
504	The recomposition of an organizational field: Health care in Alberta	Reay & Hinings (2005)	204	2005
381	Navigating paradox as a mechanism of change and innovation in hybrid organizations	Jay (2013)	196	2013
410	The tension between professional control and open participation	Lewis (2012)	192	2012
457	Institutional Logics and Institutional Pluralism: The Contestation of Care and Science Logics in Medical Education, 1967-2005	Dunn & Jones (2010)	191	2010
318	Multiple institutional logics in organizations: explaining their varied nature and implications	Besharov & Smith (2014)	185	2014
488	For love and money: Organizations' creative responses to multiple environmental logics	Binder (2007)	179	2007
414	From Smoke and Mirrors to Walking the Talk: Decoupling in the Contemporary World	Bromley & Powell (2012)	171	2012
293	Social Enterprises as Hybrid Organizations: A Review and Research Agenda	Doherty, Haugh, & Lyon (2014)	170	2014
484	Ending corruption: The interplay among institutional logics, resources, and institutional entrepreneurs	Misangyi, Weaver, & Elms (2008)	159	2008
445	Family and Lone Founder Ownership and Strategic Behaviour: Social Context, Identity, and Institutional Logics	Miller, Le Breton-Miller, & Lester (2011)	153	2011
501	From the critics' corner: Logic blending, discursive change and authenticity in a cultural production system	Glynn & Lounsbury (2005)	147	2005
447	Institutional logics as identity projects	Lok (2010)	143	2010
371	Logics in Action: Managing Institutional Complexity in a Drug Court	McPherson & Sauder (2013)	135	2013
426	Constellations of Institutional Logics: Changes in the Professional Work of Pharmacists	Goodrick & Reay (2011)	131	2011
450	The Oncomouse That Roared: Hybrid Exchange Strategies as a Source of Distinction at the Boundary of Overlapping Institutions	Murray (2010)	128	2010

Tabela 2: Artigos mais citados da amostra

Fonte: Elaborado pelos autores

5.4.1 Análise *Cluster 1* – Complexidade Institucional

O *cluster 1* da Figura 8 é o maior, dos 300 artigos que compõem a mostra, 138, ou 46%, estão neste *cluster*. Podemos considerar, inclusive os demais *clusters* como ramificação deste. Além disso, dos 30 trabalhos mais citados na Tabela 2, os 14 primeiros estão presentes no *Cluster 1*. Deste modo, é difícil indicar uma única palavra que defina este *cluster*. Porém, nesta tentativa de agrupar os resultados, optou-se por complexidade institucional.

Ao nomear o indicar o tema do *cluster 1* como complexidade institucional, a palavra complexidade adota mais de um sentido. Pode e refere-se ao conceito de complexidade institucional proposto por Greenwood et al. (2011), no qual complexidade institucional é a pluralidade de lógicas institucionais com as quais as organizações confrontam-se no campo institucional onde atuam e que muitas vezes indicam prescrições incompatíveis entre si. Esta pluralidade pode indicar à organização respostas incompatíveis entre si.

Complexidade institucional também pode se referir a este caso como esta própria tentativa de classificação, neste caso, o título do *cluster* assume um aspecto metalinguístico, pois o *cluster* em si é complexo, seja pelos conceitos associados a lógicas institucionais, seja pela variedade de formas pelas quais este contexto foi estudado de forma empírica. A Figura 9 foi construída com o uso do Iramuteq, e nos mostra a classificação hierárquica descendente das palavras presentes nos segmentos de texto deste *cluster*.

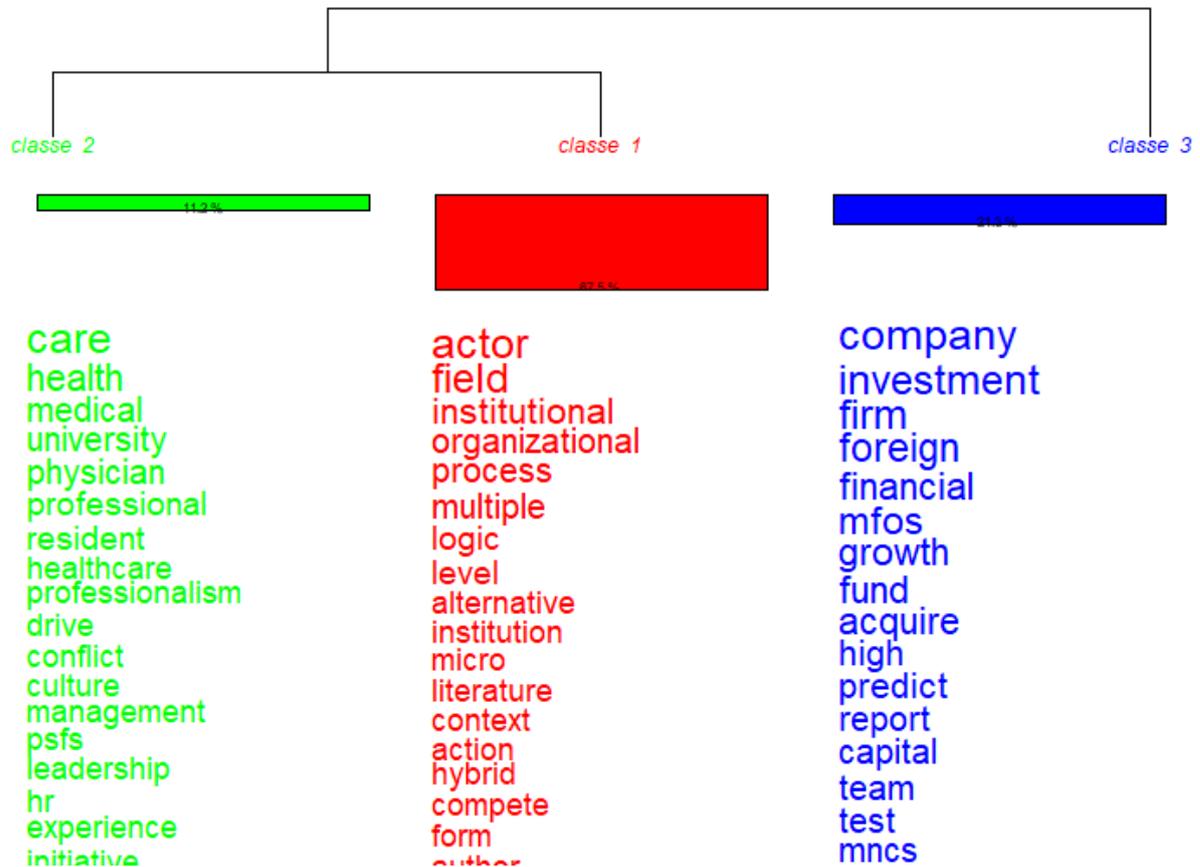


Figura 9. Classificação Hierárquica Descendente Cluster 1

Fonte: Elaborado pelos autores

A Figura 9 nos mostra que em seu *cluster* 1 estão as palavras que representam os contextos empíricos da maior parte dos estudos. Assim, a área da saúde foi muito importante para estes estudos. Por exemplo, Dunn e Jones (2010) analisaram a mudança de lógica nos cursos de medicina e Reay e Hinings (2005) analisaram a mudança no setor de saúde canadense, mudança guiada pelo estado. Em ambos os casos foi considerado uma mudança institucional nestes setores, uma mudança que aconteceu por meio de lógicas divergentes em um ambiente de complexidade institucional.

Este ambiente de complexidade institucional não leva apenas a mudanças institucionais, Kodeih e Greenwood (2014) estudam o papel da identidade organizacional nas respostas das organizações em um ambiente de complexidade institucional. Neste estudo os diversos atores, em seus diversos níveis, presentes no campo vão sinalizar quais aspectos da identidade institucional e quais lógicas afetam estes aspectos. Deste modo, a identidade institucional é variada e não responde, nem é percebida, por meio de uma única lógica institucional, mas pela relação entre as lógicas e suas influências sobre os atores presentes no campo, sendo a resposta organizacional

uma interpretação ações das organizações interpretadas pelos atores presentes no campo a luz das influências das diversas lógicas sobre estes. De certo modo, este achado retoma a definição inicial em Friedland e Alford (1991)

O cluster 2 da Figura 9 apresenta os conceitos relacionados a lógicas institucionais e teoria institucionais abordados nos artigos desta amostra. Embora não haja o termo complexidade em destaque, a maior parte dos conceitos estão relacionados a estes. É importante entender o papel dos atores nestes estudos, sejam indivíduos ou organizações. Por meio das lógicas é possível entender como estas impactam as ações individuais e como as ações individuais promovem ou atuam na mudança institucional, pois um dos pressupostos da complexidade institucional é que as diversas lógicas institucionais atuam de forma diferenciada, tanto em sua composição quanto em intensidade das lógicas, cada um dos diversos atores presentes no campo gerando uma diversidade de comportamentos guiados por uma diversidade de interesses e este é um o principal motor das mudanças institucionais (Battilana et al., 2009; Thornton et al., 2012).

O *cluster 3* em um primeiro momento se assemelha muito ao *cluster 1* como contexto empírico dos estudos. No entanto, analisando os artigos é possível dizer que enquanto no cluster 1 estuda-se e as lógicas institucionais para explicar fenômenos mais relacionados a teoria institucional. No cluster 3 as lógicas institucionais são as variáveis independentes para explicar fenômenos não tão exclusivos da teoria institucional. Por exemplo, a busca e estratégia de inovação de empresas jovens de instrumentos cirúrgicos em Pahnke et al. (2015) ou Greve e Zhang (2017) que estudaram como a relação entre as antigas lógicas do estado socialista e as novas lógicas de mercado capitalista influencia as decisões em fusões e aquisições chinesas, indicando que, apesar de lógicas concorrentes, ambas continuam coexistindo e orientando as decisões das organizações. Assim, este primeiro *cluster*, que chamamos de complexidade institucional, tem artigos que representam os outros clusters. Pelo seu tamanho, este cluster de complexidade institucional, é muito difuso e não apresenta outro denominador comum do que a própria complexidade institucional. Sendo sua diferença em relação aos outros clusters do pareamento os conceitos que os outros artigos adotarão junto com complexidade institucional e os elementos empíricos destes artigos.

5.4.2 Análise *Cluster 2* – Pluralismo e Hibridização

Neste segundo *cluster*, ainda o tema central é a complexidade institucional, porém, neste caso, a resposta das organizações a esta complexidade são formas de hibridizar lógicas. Ou seja, o termo complexidade, muitas é trocado nestes cluster por pluralidade de lógicas. Este termo reflete uma maior possibilidade de diálogo entre as lógicas que compõe o campo institucional onde a organização está presente.

A hibridização de lógicas pode ser definida como as ações da organização refletem duas lógicas divergentes e que são centrais a própria organização (Besharov & Smith, 2014). Assim, os artigos deste cluster, e seus subgrupos, vão ser variações de como as organizações combinam lógicas divergentes, seus efeitos e estratégias.

Com base na Figura 10, pode perceber mais palavras referentes aos indivíduos, seja a própria palavra individual, mas também *affect*, por exemplo. Este foco para o indivíduo faz sentido ao pensarmos que a hibridização de lógicas ocorrerá por meio das percepção das lógicas pelos atores, neste caso, a agência, organizacional e individual, é fundamental nesse processo de percepção das lógicas e respostas ao ambiente (Besharov & Smith, 2014). A agência dos atores se manifesta justamente em perceber as lógicas divergentes isoladamente, perceber tanto as lógicas quanto os comportamentos e práticas associadas a elas (Smets et al., 2015). Ou seja, a complexidade institucional, nos casos de hibridização, não se comporta como um ambiente difuso no qual as lógicas se mesclam e se imperceptíveis.

Outro fator que retoma a importância do indivíduo nestes estudos é o papel cognitivo, na verdade, não apenas este. Nos estudos mais recentes, tanto a interpretação do campo e suas lógicas institucionais, quanto a construção de novas práticas e aceitação destas, vão depender dos aspectos cognitivos e emotivos dos atores envolvidos. Por exemplo, compartilhamento de aspectos emotivos vão facilitar o engajamento e comprometimento dos atores envolvidos, em contexto de complexidade institucional, no processo de criação de uma nova lógica (Fan & Zietsma, 2017).

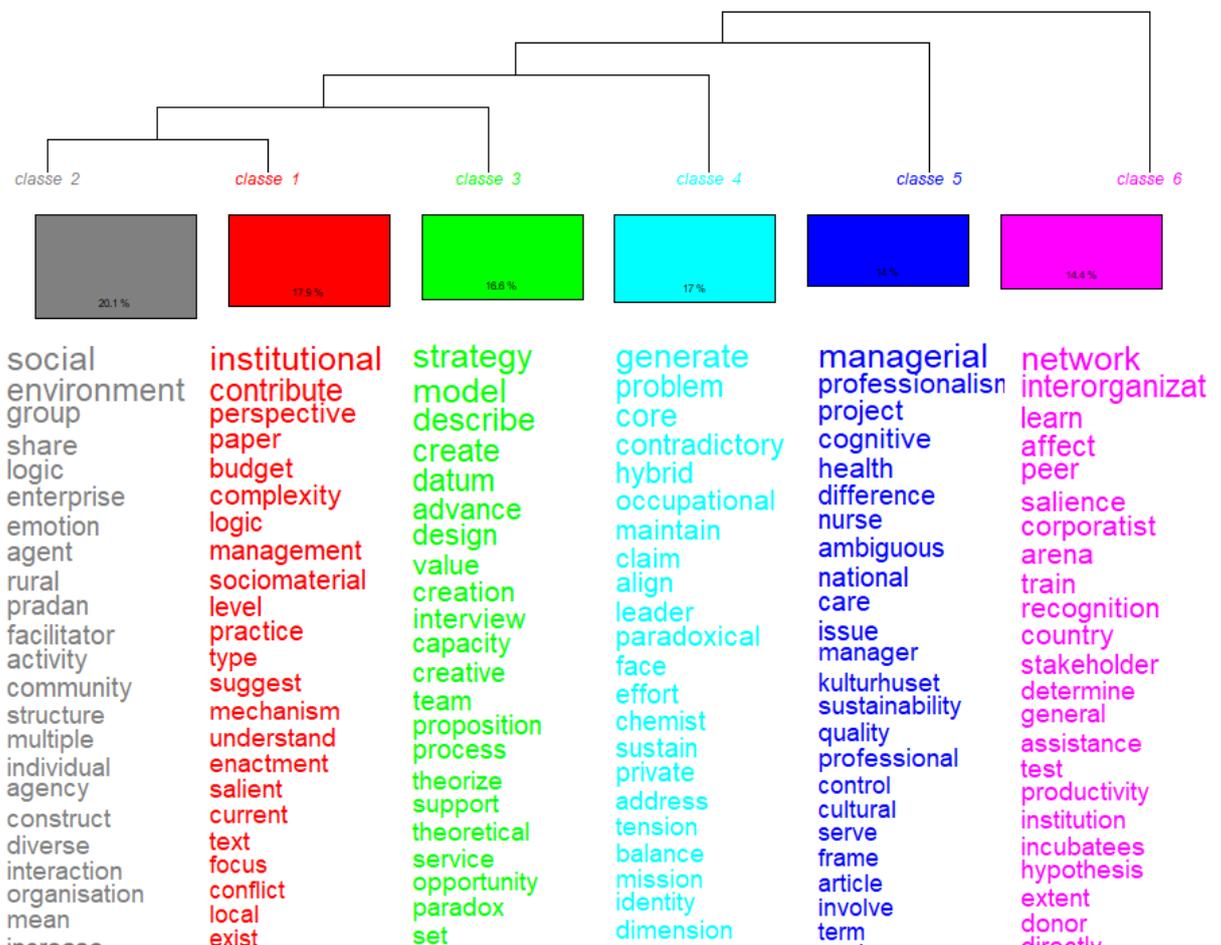


Figura 10. Classificação Hierárquica Descendente Cluster 2

Fonte: Elaborado pelos autores

Besharov e Smith (2014) explicam este movimento para a hibridização de lógicas a importação de práticas de uma lógica para a outra, gerando novas práticas e novas expectativas de práticas e, conseqüentemente, legitimando novas formas organizacionais e inovações. Na verdade, inicialmente a inovação vem de lógicas derivadas de lógicas a nível da sociedade que são combinadas, gerando novas práticas, nestes casos, as lógicas a nível da sociedade não são necessariamente divergentes (Besharov & Smith, 2014). No entanto, quando divergentes, em contexto de hibridização de lógicas, estas novas lógicas podem gerar heterogeneidade de práticas (Ocasio & Radoynovska, 2016) e inovações, bem como novos critérios para legitimação de novas inovações (Jay, 2013).

Este *cluster* ao estar mais relacionado à hibridização de lógicas, de certo modo retoma o papel das lógicas institucionais como elemento para explicar as mudanças, uma vez que a hibridização não pressupõe a permanência. No entanto, como acontece esta mudança, se hibridização é uma resposta a mudança ou fonte deste, ainda não está claro (Besharov & Smith, 2014). Na verdade, ambos os casos podem ser encontrados

desde a hibridização ser uma resposta a complexidade institucional (Ocasio & Radoynovska, 2016), quanto as mudanças serem consideradas após a hibridização (Jay, 2013).

5.4.3 Análise Cluster 3 – Lógicas Institucionais e Empreendedorismo

O Cluster 3, conforme a Figura 8, é composto de duas ramificações. É o segundo cluster mais numeroso. Novamente, como todos os clusters presentes na amostra, temos que pensar este cluster dentro do conceito de complexidade institucional. Só que, além disso, conforme a Figura 11, neste cluster, complexidade institucional está mais relacionada ao empreendedorismo. Seja o empreendedorismo mais ligado a empresas e negócios familiares, seja o empreendedorismo social e ambiental.

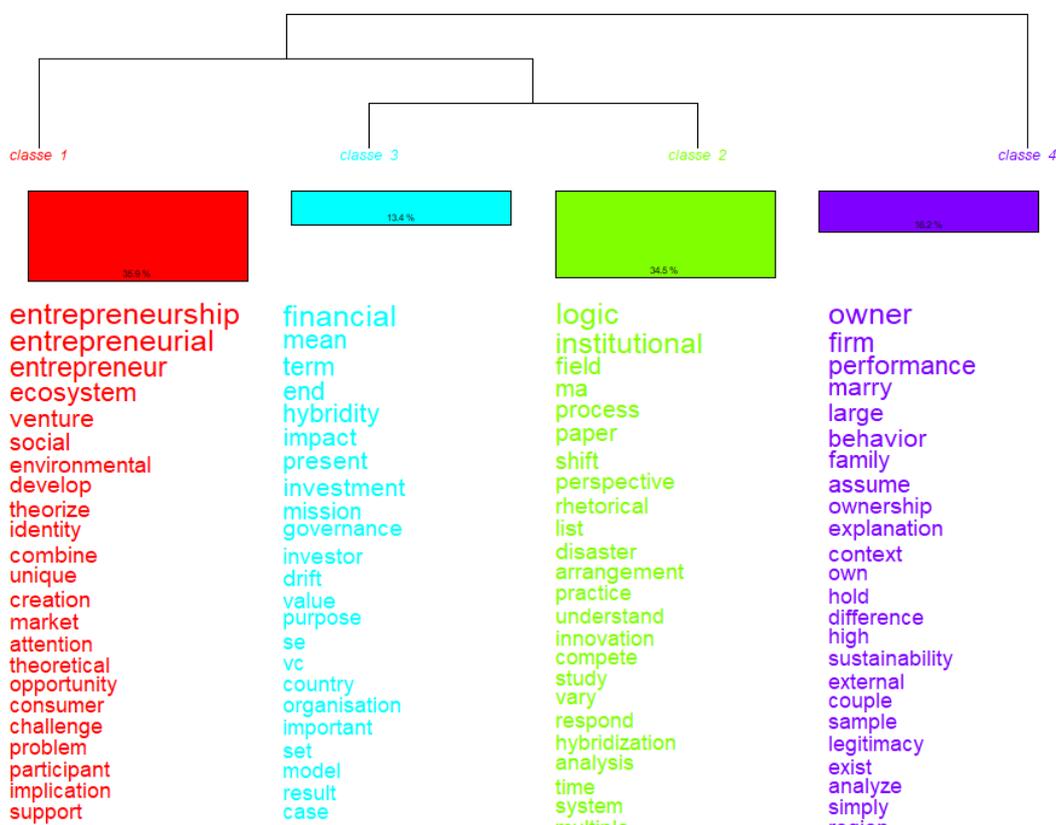


Figura 11. Classificação Hierárquica Descendente Cluster 3

Fonte: Elaborado pelos autores

Pela Figura 11 também podemos perceber que a hibridização é muito forte neste cluster. No entanto, os atores e o contexto são bem específicos, os empreendedores e empreendedorismo social e ambiental. Ao retomar a própria definição de hibridização. Podemos perceber que as lógicas ao nível social que estão sendo hibridizadas, ou

gerando lógicas novas, são as lógicas de mercado, lógicas de família e lógicas de comunidade. Por exemplo, em York, Hargrave, et al. (2016), artigo central deste cluster, há hibridização de lógicas de mercado e lógicas ambientais. Embora estamos chamando de lógicas ambientais, podemos considerar as lógicas ambientais, ou sociais, como um desdobramento das lógicas de comunidade (Thornton et al., 2012). Assim, podemos considerar que o ramificação principal deste *cluster* esteja tratando mais da hibridização de lógicas, num contexto envolvendo a lógica de comunidade, e suas derivações, com as outras lógicas, sejam elas de mercado (Carlsson-Wall, Kraus, & Messner, 2016; York, Hargrave, et al., 2016), a de Estado (Vickers et al., 2017) e familiar (Lampel, Bhalla, & Ramachandran, 2017).

O grupo principal de artigos neste *cluster*, embora tenham representantes de outras temáticas, vai tratar mais especificamente questão do empreendedorismo e questão ambientais e sustentáveis. Tanto que York, Hargrave, et al. (2016), artigo central de todo este *cluster*, e seus derivados, aborda a hibridização de lógicas por meio da análise da evolução do campo de energia eólica no Colorado. Neste caso, a hibridização retoma o conceito de unir lógicas incompatíveis entre si ao nível social, gerando novas práticas, especificamente neste caso, lógicas relacionadas a práticas ambientais. Além disso, este estudo mostra esta construção como um processo recursivo, no qual, mudanças no campo geram diferentes resposta organizacionais, que geram novas mudanças e novas resposta, até que a lógica central, e seus atores, mudem no campo, sedimentando a aceitação da nova lógica e suas práticas.

No primeiro *cluster* derivado do *cluster* principal o foco é mais direcionado para as empresas familiares. Apesar do foco serem as empresas familiares, conceitualmente o *cluster* mantém a temática de como lógicas ao nível social afetam de forma conjunta as organizações, gerando novas práticas por meio de novas lógicas que são resultado da hibridização de lógicas ao nível social. Em Reay, Jaskiewicz e Hinings (2015), por exemplo, estuda-se como as lógicas familiar, mercado e comunidade influenciam as empresas familiares. Neste caso, a combinação das três lógicas e suas variadas influências nas empresas presentes no campo geram uma diversidade de práticas, todas elas legitimadas e reconhecidas pelo campo. Justamente pela influência do campo, a lógica de comunidade desempenha função especial na criação e hibridização destas lógicas, pois, enquanto as lógicas familiares e mercado possam ser divergentes em muitos aspectos, a lógica de comunidade é convergente com ambas em diversos aspectos, intermediando, desta forma o diálogo entre as outras duas lógicas.

O papel da lógica de comunidade pode ser encontrado no segundo *cluster* derivado. Este *cluster* aborda os negócios sociais. Assim, está muito relacionado ao empreendedorismo. Na verdade, neste caso, o empreendedorismo que exerce o papel de agente que facilita a relação entre lógicas divergentes. A percepção da tensão entre as lógicas, de comunidade e mercado, por meio dos empreendedores sociais é um elemento fundamental no processo de criação de novas lógicas por meio da hibridização das lógicas citadas (Wry & York, 2017). O papel do empreendedor será definido em qual lógica ele perceberá mais oportunidades.

5.4.4 Análise *Cluster 4* – Complexidade Intra-institucional, Retórica,

Coupling/Decoupling

Este *cluster 4* também continua sobre o tema de complexidade institucional. Na verdade, os artigos na amostra apontam que não há como considerar as lógicas institucionais fora deste contexto. Mesmo porque, as lógicas institucionais abrem possibilidades para estudar a mudança e esta mudança ocorre por meio da relação entre as lógicas sobre os atores, indivíduos e organizações, e a variação de práticas e significados gerados pela percepção dos atores destas lógicas (Julie Battilana et al., 2009; Thornton et al., 2012). Porém, diferentes dos outros *clusters*, neste o foco é a relações das lógicas geradas, ou presentes, em uma mesma lógica institucional em nível social, ou em uma mesma ordem institucional (Friedland & Alford, 1991).

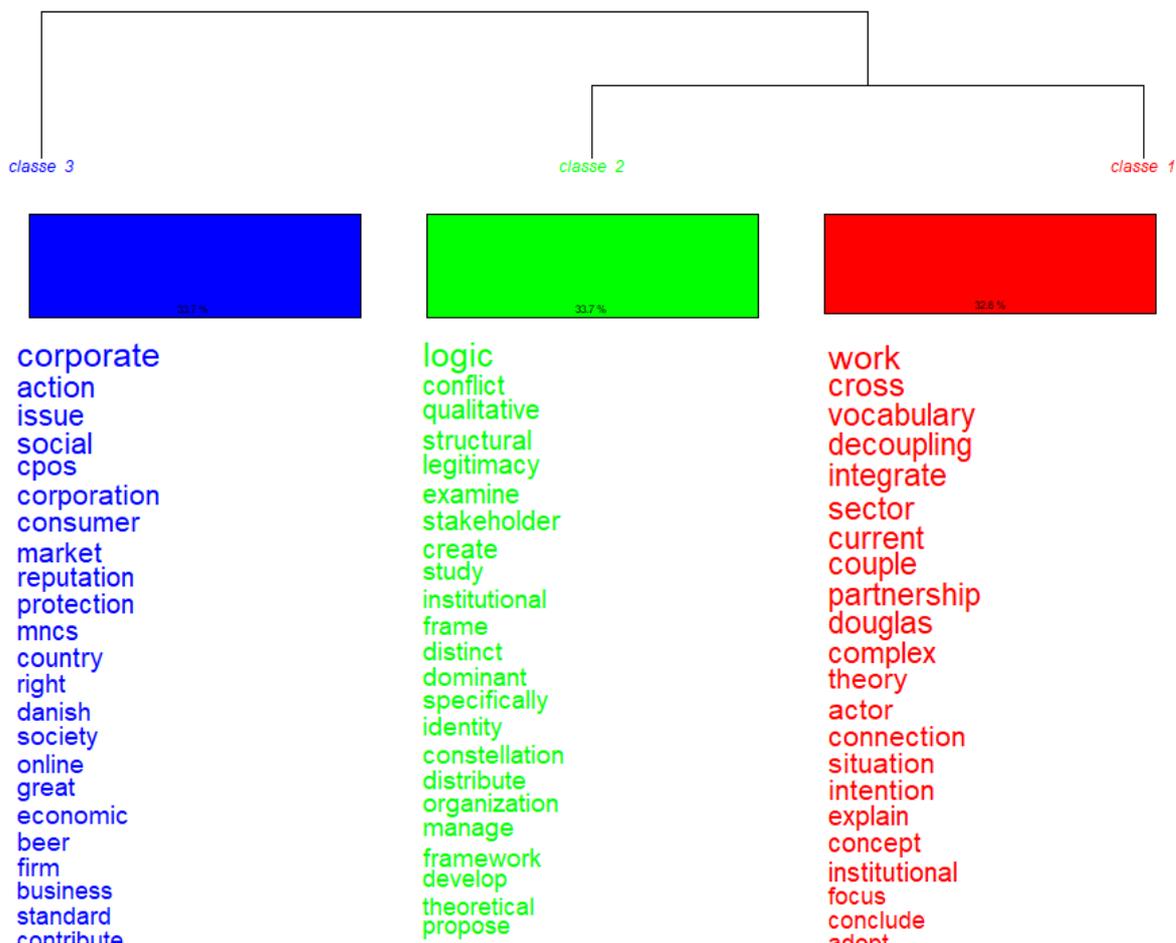


Figura 12. Classificação Hierárquica Descendente Cluster 4

Fonte: Elaborado pelos autores

Analisando a hibridização dentro de uma mesma ordem institucional, Meyer e Höllerer (2016) analisam como prescrições divergentes podem emergir dentro de uma mesma ordem institucional. No caso, esta complexidade intra-institucional emerge devido aos contextos culturais nos quais uma mesma organização pode atuar, apesar de uma mesma ordem estar presente nestes contextos. Para responder a esta complexidade, as organizações enviam sinais ambíguos, por meio de seus discursos, de modo que os atores presentes nas variações da lógica institucional não consigam interpretar completamente as respostas da organização. Assim, esta ambiguidade é uma forma de neutralizar a complexidade intra-institucional.

Embora a análise do discurso e vocabulário seja importante neste *cluster*, há um importante artigo que utiliza método quantitativo. Na verdade, a maior parte dos artigos sobre lógicas institucionais ainda são qualitativos. Ashraf, Ahmadsimab e Pinkse (2017), analisa como a complexidade intra-institucional afeta a sobrevivência de

parcerias entre empresas de setores diferentes. Neste estudo, a incompatibilidade de lógicas entre os parceiros é mitigada pelo grau de interdependência entre os recursos das organizações. Assim, quanto maior é esta interdependência, menor a possibilidade de dissolução desta parceria devido a incompatibilidade entre lógicas.

O *cluster* derivado do *cluster* principal apresenta maior foco na comunicação. Além disso, retoma também o *decoupling* sob a óptica da complexidade institucional. Nesta óptica, a adoção de práticas (*coupling*) e não adoção de práticas (*decoupling*) prescritas por uma mesma lógica são analisadas pelo discurso associado ao motivo de adoção, ou não, e as empresas não adotam, nem ignoram, todas as práticas (Misangyi, 2016). Tal achado vai ao encontro a definição de que as lógicas não afetam os atores a mesma forma nem da mesma intensidade (Thornton et al., 2012). Além disso, apesar lógica analisada estar presente em uma ordem institucional, a resposta organizacional é influenciada pela interrelação entre as ordens institucionais.

Ainda analisando adoção, ou não adoção de práticas, o significado destas práticas para os autores envolvidos é fundamental para sua adoção. Neste sentido o vocabulário exerce um importante papel para isso. O uso do vocabulário, as palavras isoladas e suas relações com outras palavras, promovem um compartilhamento de conhecimento e significado entre os atores, no qual não apenas o uso de mesmas palavras, mas o uso de mesmas palavras em conjunto, se referem a categorias e estas categorias transmitem o significado (Loewenstein et al., 2012) e geram as narrativas que darão significado as práticas por meio do uso destes vocabulários específicos e em formas específicas (Ocasio, Loewenstein, & Nigam, 2015).

5.4.5 Análise *Cluster 5* – Legitimidade e Empreendedorismo Institucional

A partir deste *cluster* não será mostrada a classificação hierárquica descendente realizada pelo Iramuteq, pois os *clusters* estão muito pequenos para realizar esta análise. No entanto, apesar do tamanho, os *clusters* que ainda serão analisados apresentam diferenças entre si e entre os *clusters* analisados até o momento.

Neste *cluster*, em sua rede principal, é tratada a legitimidade e o processo de legitimação dentro deste contexto de complexidade institucional. Na rede derivada é abordado o empreendedorismo institucional. Embora a legitimidade seja um elemento chave em teoria institucional, sua relação com o empreendedorismo institucional é um

pouco diferente, pois o empreendedorismo institucional busca, ou acontece, por meio da mudança radical dos elementos que garantem a legitimidade, permitindo que aconteçam mudanças divergentes que mude a relação de poder e posição entre os atores do campo (Julie Battilana et al., 2009; Zanin, Nassif, Cunha, & Pedron, 2015).

O artigo central deste *cluster* vai tratar de como processo de legitimação atua em nível micro e macro dentro do campo institucional, sendo processo legitimação sendo guiada do nível macro para o micro em ambientes de mudança, porém, em processos de mudança institucional, a contestação ao processo de legitimação vai do micro para o macro e, uma vez que o este processo ocorra, *feedbacks* positivos moldam a nova ordem institucional, fortalecendo a mudança (Bitektine & Haack, 2015). Este processo mantém um elemento recursivo, porém reconhece a briga por poder entre os atores e o nível de consciência de ações deliberadas do mesmo, sendo assim, este processo se aproxima mais do realismo crítico (Archer, Bhaskar, Collier, Lawson, & Norrie, 1998; Fleetwood, 2014) do que da estruturação (Giddens, 1984).

Esta mudança nos elementos que garantem legitimidade e seus efeitos é o tema do *cluster* derivado deste *cluster* principal. Esta mudança é representada principalmente pelo empreendedorismo institucional, mudança institucional na qual um ator, ou grupo de atores, contestam, desconstroem, mudam e dão novos significados a crenças, práticas e identidades baseadas na lógicas institucional dominante (Battilana et al., 2009; Leca & Naccache, 2006; Martí, 2017; Zanin et al., 2015).

A complexidade institucional tem um fator determinante para a ação de empreendedores institucionais, pois o pressuposto da sociedade composta por ordens institucionais interdependentes que afetam os atores de forma variada em grau de influência e percepção (Friedland & Alford, 1991; Thornton et al., 2012) e geram lógicas que prescrevem muitas vezes significados e comportamentos divergentes (Greenwood et al., 2011) é fundamental para vencer o paradoxo do agente imerso, uma das principais barreiras conceituais para explicar como um ator pode tentar mudar a instituição que define suas ações (Battilana et al., 2009). Inclusive a mudança, manipulação ou criação de novas lógicas institucionais, é um fator importante para ação destes empreendedores (Bjerregaard & Luring, 2012; Martí, 2017; Misangyi et al., 2008).

5.4.6 Análise *Cluster 6* – Lógicas Institucionais e Governança

O processo de legitimação e controle proposto por Bitektine e Haack (2015), de certo modo, é aplicável a este *cluster*, mas de forma oposta ao *cluster 5*. Este *cluster* vai abordar como as estruturas de governança atuam para a manutenção das instituições vigentes. Enquanto a mudança acontece do micro para o macro, este *cluster* abordará a manutenção como uma força que irá do macro para o micro, sendo que os atores em posição utilizarão o controle da estrutura para manter seu poder frente as novas lógicas (Joseph et al., 2014).

A complexidade institucional ainda atua como um conceito subjacente a estes estudos, pois a maior parte deles parte da resposta dos atores em posição dominante no campo frente a mudança geradas pela entrada, ou alterações, nas lógicas institucionais. Por exemplo, Jansson (2013) estuda o papel da mídia como elemento para transmitir as pressões das lógicas institucionais mais relacionadas a governança corporativa e as respostas dos CEOs frente a esta pressões. Na verdade, a própria mídia atua como um elemento que diz aos CEOs se eles estão alinhados ou não com as práticas, porém, isto não gera necessariamente uma mudança de comportamento, pois a mesma mídia, devido ao poder dos CEOs pode ser usada para divulgar as ações dos próprios CEOs, dando mais liberdade aos líderes e os permitindo que ajam em *decoupling* com algumas das prescrições das estruturas de governança (Bednar, 2012), ou ainda, usar a mídia para apresentar outros critérios de avaliação de suas ações que não sejam os mesmos propostos pela governança (Westphal & Park, 2012).

5.4.7 Análise *Cluster 7* – Lógicas Institucionais, Prática e Discussões Conceituais

Neste último *cluster* há dois temas que ganham destaque, a relação das lógicas institucionais com a prática e a discussão das lógicas institucionais sobre outras lentes metateóricas. Metodologicamente, os trabalhos em outros *cluster* há muita análise sobre a comunicação, seja a fala, por meio de entrevistas e observações, ou análises de dados secundários. Além disso, é adotada a recursividade, baseada na estruturação, como metateoria. Neste *cluster*, no entanto, há uma preocupação maior com a prática, não somente a prática, mas, perceber inclusive os objetos e tecnologias gerados por meio da influência das lógicas (Cloutier & Langley, 2013). Neste mesmo artigo os autores

sugerem o uso de pressupostos etimológicos e ontológicos provenientes do pragmatismo francês como forma de contribuir para explicar a recursividade associada a teoria institucional e aos estudos em lógicas institucionais.

O pragmatismo francês também está presente também Patriotta, Gond e Schultz (2011) como forma alternativa para explicar a manutenção da legitimidade por meio das ordens de valor. Embora haja diferenças, esta outra forma se assemelha as ordens interinstitucionais de Friedland e Alford (1991) e a visão estratificada da realidade, proposta pelo pragmatismo francês para explicar recursividade (Cloutier & Langley, 2013), é uma alternativa a estruturação (Giddens, 1984), mas também uma alternativa de proposta ao realismo crítico (Leca & Naccache, 2006; Reed, 2009).

6 DISCUSSÃO

Com base nos dados observados, podemos afirmar que o campo das lógicas institucionais ainda está em desenvolvimento e oferece diversas oportunidades de pesquisa. Na verdade, por estar em desenvolvimento, a primeira oportunidade de pesquisa são estudos de revisão. Estes estudos, como análises bibliométricas, indicam lacunas e sugestões de temas que melhor possam contribuir para evolução do tema (Zupic & Čater, 2015). Por estar presente em toda ação, prática e discurso, o tema Lógica Institucional é muito amplo e oferece oportunidades para estudos como este, que buscam o delimitar melhor.

É possível perceber que a definição de lógicas institucionais ora se mostra como um elemento macro em relação as categorias (Ocasio et al., 2015), ora se torna sinônimo das próprias categorias que constrói (Ansari et al., 2013; Rao et al., 2003). Anterior a esta indefinição, há própria confusão sobre uma hierarquia entre lógicas. Às vezes as lógicas são sinônimos das ordens institucionais (Friedland & Alford, 1991) e, na maior parte das vezes, apresentam como elementos derivados destas ordens. Pode-se perceber estas diferenças no próprio conceito de complexidade institucional de forma mais ampla abarcando tanto ordens interinstitucionais e lógicas institucionais derivadas (Greenwood et al., 2011), como no conceito de complexidade intra institucional, onde a complexidade ocorre dentro de lógicas derivadas dentro da mesma ordem (Meyer & Höllerer, 2016). Ao considerar a sociedade como o local onde estas lógicas se encontram, se interrelacionam e dão significado às práticas do dia a dia, ao contrário do

neo institucionalismo, as lógicas institucionais mostram ainda um grande potencial para estudar as mudanças e inovações.

Talvez a palavra indefinição não se mostra muito adequada, por sua natureza e quase onipresença das lógicas institucionais, é de se esperar que ele se mostre de variadas formas. Inclusive pelos pressupostos etimológicos e ontológicos utilizados. No entanto, ao analisar profundamente os *clusters*, percebemos muito mais semelhanças entre eles do que diferenças. Por exemplo, pode-se considerar o *cluster* de hibridização como resposta possível as questões propostas no cluster de complexidade institucional. Na verdade, a hibridização parte de uma variante ontológica em relação ao *cluster 1*. Ele parte do pressuposto que as lógicas não são necessariamente rivais e que podem ser combinadas e, mais do que isso, podem ser complementares e integradas. Além disso, de novo ao nível ontológico, a hibridização considera a agência dos atores, tanto em nível micro e meso no processo de interpretar as lógicas e considerar a hibridização na formulação de sua resposta a estas expectativas institucionais. Esta forma é levantada como possibilidade de estudos futuros em Greenwood et al. (2011), entretanto, mesmo em estudos do *cluster 1* que levantam esta possibilidade (Lee & Lounsbury, 2015), colocam que algumas lógicas são tão pervasivas no campo que os atores não podem exercer sua agência.

Estes limites não muito definidos acontecem também em relação ao cluster de mudança institucional. Na verdade, a questão da mudança está intrínseca às lógicas institucionais, pois esta é justamente um dos principais pontos de novidade que ela traz em relação a neo-institucionalismo (Thornton & Ocasio, 2008; Thornton et al., 2012). No entanto, apesar de o *cluster 1* ser muito difuso, por meio do seu artigo central, podemos considerar que o processo de atender as expectativas de um campo com múltiplas lógicas leva as organizações a mudarem, em certa medida os outros *clusters* mostram como este mesmo campo repleto de mesmas logicas e diversos atores, faz que com que as lógicas se transformem, no entanto, devido a recursividade, não fica claro o mecanismo de quem modifica quem.

Tanto o primeiro, quanto o quinto *cluster* retomam discussões antigas da teoria institucional. O primeiro *cluster*, em contraponto ao neo-institucionalismo, mostra que a criação de identidades frente a demandas institucionais nem sempre resulta em comportamentos isomórficos, pois reconhece as capacidades, estruturas e atores internos a cada organização, como elementos que gerarão variabilidade na resposta a estas pressões institucionais. Inclusive, este tipo de resposta, ajustada a diversas

pressões internas, também não se aproximam do decoupling, pois não gera um certo mal-estar por não estar cumprindo de maneira frouxa uma demanda e porque a resposta não está necessariamente alinhada a questões de eficiência organizacional como colocado por em Boxenbaum e Jonsson (2008) e Meyer e Rowan (1977), mas sim aos interesses a diversos grupos com variados níveis de poder dentro e fora da organização (Bascle, 2016; Fisher et al., 2016). Por sua vez, o *cluster 5* retoma, de certo modo, a questão do agente imerso (ver Battilana (2006) e Battilana et al. (2009)) e reforça a visão de que um campo com pluralidade de lógicas afeta de forma variadas os atores e a replicação de práticas dentro deste campo, sob esta variedade de percepções, é uma das formas de gerar mudança institucional e fugir do paradoxo do agente imerso.

Como foi dito diversas vezes aqui, a mudança é um tema muito relacionado às lógicas institucionais e com base nos artigos, há ainda espaço para estudar elementos ligados a mudança, porém em nível mais empírico. Por exemplo, apesar de haver muito estudo relacionados a mudança, há poucos trabalhos falando sobre inovação em si. Por exemplo, em nenhuma das figuras que apresentam as palavras que compõem os *clusters* aparece a palavra inovação. Um dos motivos é que a maior parte dos estudos ainda estejam focados na mudança ao nível institucional, não em seus reflexos ao nível micro e aos objetos materiais e tecnologias do dia a dia, *gap* apontado em (Cloutier & Langley, 2013). Além disso, há estudos apontando a inovação como uma resposta a complexidade institucional (Vickers et al., 2017) e o processo de criação e lançamento destas inovações dentro deste contexto de complexidade institucional (Pahnke et al., 2015), mas há poucos estudos analisando como a complexidade influencia a legitimação das inovações, ou ainda, como as inovações, como materialização das lógicas e mudanças institucionais, influenciam as próprias lógicas dentro do processo recursivo. Assim ao combinar a mudança como um pressuposto subjacente ao atual estudo das lógicas dentro deste contexto de complexidade institucional, pode-se formular a Proposição 1:

Proposição 1: Em campos com maior complexidade institucional haverá maior geração de inovações.

Além da complexidade institucional, o conceito de hibridização de lógicas estava presente em quase todos os *clusters*. Com base nos artigos da amostra, podemos inclusive diferenciar a complexidade institucional da complexidade intra-institucional (Meyer & Höllerer, 2016). A diferença para o segundo caso é que a hibridização acontece com lógicas da mesma ordem institucional. Inclusive, em relação a

complexidade institucional proposta por Greenwood et al. (2011), a complexidade intra institucional pode ser mais permissiva nos critérios de legitimidade permitindo com que os atores difiram em determinado grau dos comportamentos esperados (Ashraf et al., 2017).

A hibridização de lógicas, pensamento sob o ponto de vista de legitimidade, pode atuar como um elemento que facilite a aceitação de inovações. Inclusive, por gerar mudanças nos significados, discursos e práticas, as lógicas institucionais estão muito relacionadas à inovação de podem afetar todos os tipos de inovação conforme o manual de Oslo (Manual, 2005). A hibridização de lógicas pode gerar importação de práticas entre as lógicas hibridizadas (York, Hargrave, et al., 2016), fazendo com as práticas, significados e objetos materiais gerados sejam reconhecidos por mais grupos. Este reconhecimento facilita o processo de legitimação (Besharov & Smith, 2014) e alimenta heterogeneidade de práticas dentro do mesmo campo (Ocasio & Radoynovska, 2016). Deste modo, apresenta-se a proposição 2:

Proposição 2: Em campo com maior hibridização de lógicas, há mais quantidade de inovações do que em campo com apenas complexidade institucional.

Além das questões relacionadas a complexidade institucional e hibridização, os *clusters* 4 e 5, vão tratar da retórica, comunicação e mudanças divergentes dentro do campo institucional. No entanto, enquanto o cluster 4 trata de mudanças mais convergente ou que pelo menos não rompam tanto com o status quo, o cluster 5 trará mudanças mais divergentes e que mexem profundamente nas relações de poder dentro do campo. Inclusive, dentre deste cluster que é mencionado o processo de reinstitucionalização (Kim, Shin, Oh, & Jeong, 2007), ou seja, isso pressupõe uma desinstitucionalização de alguma prática ou lógica, seguida pela reinstitucionalização da nova prática. Apesar deste processo de reinstitucionalização, algo que no exemplo citado foi coordenado pelo ator com mais poderes no campo. Normalmente este processo de desinstitucionalização de práticas e alteração da configuração de poder dentro do campo é conduzido pelos empreendedores institucionais. (Battilana et al., 2009)

Ainda em uma tentativa de relacionar lógicas institucionais com inovação, e pensando nesta mudança da configuração do campo institucional, é possível que a ação de empreendedores institucionais possa estar relacionada com a inovação disruptiva, uma vez que esta muda a configuração e estruturas do atores no campo (Christensen,

1997). Na verdade, assim como na mudança institucional, inovações também podem ser geradas após a ação de empreendedores institucionais, porém não há muitos estudos sobre o tema. Além disso, devido a recursividade do processo de mudanças institucionais, não está claro se mudanças feitas por empreendedores institucionais podem ser fruto de inovações disruptivas ou se as inovações disruptivas são fruto das mudanças institucionais.

Proposição 3: Inovações disruptivas estão relacionadas com a ação de empreendedorismo institucional.

Além da inovação, há uma forte relação das lógicas institucionais com estratégia. Isto podemos perceber tanto na Figura 7 quanto no *cluster* 6. No *cluster* 6 podemos perceber que as lógicas institucionais definem inclusive o critério de avaliação dos CEOs e também das organizações (Westphal & Park, 2012). Além disso, ao voltarmos ao papel da legitimidade, sendo as lógicas um dos definidores dos critérios de legitimação (Bitektine & Haack, 2015), quanto maior legitimidade maior liberdade para inovar, mas também maior quantidade de acesso aos recursos presentes no campo (Greenwood et al., 2011; Suchman, 1995).

Ainda com base na Figura 7 vimos uma forte ligação das lógicas institucionais com diversos elementos da estratégia. Isto está presente no próprio conceito de mudanças institucionais, sejam internas ou ao nível do campo, que levam as mudanças na forma de legitimidade o que vai mudar o acesso das organizações aos recursos (Bitektine & Haack, 2015; Meyer & Rowan, 1977). Esta familiaridade também está presente no *cluster* 6, ao tratar da forma como grupos com poder se utilizam da pluralidade de lógicas para responder de forma variada as diversas pressões institucionais conforme seus interesses. Por este enfoque mais relacionado ao poder, pode haver uma primeira impressão relacionada a estudos organizacionais, que é verdadeira. Porém, há espaço ainda para se utilizar da teoria do alto escalão (Hambrick & Mason, 1984) ou da teoria da agência (Jensen & Meckling, 1976) para analisar como são construídas estas estruturas de governança para conciliar os interesses destes diversos públicos, sendo que as lógicas institucionais podem ser considerados tanto elementos que exercem pressão institucional, no caso tanto normativa como coercitiva.

Avançando na relação das lógicas institucionais com estratégia, há espaço maior para diálogos entre lógicas institucionais e *Resource Based View* (RBV). Percebemos um alinhamento com a RBV no sentido de que a escolha da criação de identidade, na hibridização de lógicas e mudança institucional são feitas no sentido de buscar mais

legitimidade. Tal ação gera acesso a mais recursos por parte da organização. A RBV vai dizer que acesso a recursos específicos e a forma como mobiliza-los pode garantir vantagem competitiva para a organização (Barney, 1991). Neste caso, a habilidade de compreender as demandas decorrentes das lógicas e a forma de conseguir mesclar as lógicas na criação de sua identidade, pode ser sim um recurso que gere vantagem competitiva. Esta linha de estudo já foi proposta em Greenwood et al. (2011) e desenvolvida de certo modo em Battilana e Dorado (2010), Bitektine e Haack (2015) e Fisher et al. (2016). Então, ao considerar ao mesmo tempo inovação e RBV, junto das questões de legitimidade sob o ponto de vistas das lógicas institucionais, abre-se espaço para duas novas proposições.

Proposição 4a: A alta legitimidade prévia dos atores influencia positivamente o lançamento de inovações incrementais.

Proposição 4b: A alta legitimidade prévia dos atores influencia negativamente o lançamento de inovações disruptivas.

Embora o quinto e o sétimo *cluster*, por tratarem mais abertamente da relação entre estrutura e agência e novas formas de estudar as lógicas institucionais, respectivamente, estejam alinhados com as possibilidades que as lógicas institucionais abrem com os estudos organizacionais, ele também abre espaço para mais um diálogo possível com o campo da estratégia e inovação, pois retoma a visão das teorias de ecologia sobre as organizações. Tais teorias foram muito importante no início dos estudos em estratégia (Nerur et al., 2008) e ainda podem lançar novas ideias ao aliar a ideia de lógicas e campos institucionais. Neste caso, abre-se um espaço para estudo de como o campo institucional escolhe as melhores formas organizacionais com base nas pressões das lógicas presentes nele. De certo modo, o próprio isomorfismo mimético, pode ser considerado como uma pressão ambiental das formas mais adaptadas ao ambiente. Além disso, a importância da pressão externa e em diferentes campos pode ser vista em estudos relacionado lógicas institucionais e negócios internacionais (Edman, 2016a, 2016b). Neste caso, a organização vai criar variações de identidades específicas para os locais onde atua, porém, estas identidades atuarão como identidades menores de modo a não haver conflitos com sua identidade principal.

De um modo geral este trabalho contribui para o estudo das lógicas institucionais em três sentidos. Primeiro, o fato de que este é um campo em evolução, mostrando as

oportunidades de estudos e as áreas mais estruturadas. Pois, por meio da Figura 7, é possível perceber que o campo das lógicas institucionais carece de mais estudos para haver mais delimitação e clareza entre as bases teóricas que o compõem. Inclusive, nesta primeira análise, podemos dizer que há uma área mais madura dentro de lógicas institucionais, a área referente ao estudo das identidades como resposta à complexidade institucional. E que há campos mais emergentes, como a hibridização e categorização como forma de mudança institucional.

A segunda contribuição, mostra espaço para unir o estudo das lógicas institucionais e inovação. Seja por meio do estudo do processo da criação da inovação (Koskela-Huotari, Edvardsson, Jonas, Sörhammar, & Witell, 2016), mas também pela influência das lógicas institucionais no lançamento e aceitação das inovações, tema muito pouco explorado diretamente, pois parte apenas do pressuposto da mudança institucional, não de seus impactos ao nível mais tangível (Battilana & Casciaro, 2012; Malsch & Gendron, 2013). Mesmo porque há uma carência de estudos sobre elementos mais materiais, como tecnologias e objetos, derivados da lógicas institucional (Cloutier & Langley, 2013). Assim, abre-se espaço para estudo envolvendo patentes, tecnologias e produtos frutos da complexidade institucional.

Em outras áreas, há contribuição ao indicar que os estudos em estratégia estão mais relacionados a lógicas institucionais. Isto abre espaço não somente ao propor o diálogo com teorias mais maduras no campo da estratégia, mas também para trazer elementos e fenômenos comuns a estratégia para serem estudos sob o ponto de vista das lógicas institucionais. Dentre estes elementos, já foram citados aqui a teoria do alto escalão e a tomada de decisão, há outras possibilidades, desde acompanhar de modo mais objetivo o alinhamento da identidade e seu reflexo no desempenho da organização, a considerar as lógicas institucionais como elementos que direcionarão as tomadas de decisão da organização, inclusive sob o ponto de vista da estratégia como prática.

Por último, sob o ponto de vista metodológico, este trabalho contribui por utilizar uma ferramenta pouco utilizada em bibliometria aplicada a área da Administração que é o pareamento bibliográfico. Dentre os trabalhos bibliométricos com destaque na área, a maior parte utiliza técnicas baseadas em citações e co-citações. Deste modo, este trabalho visa contribuir reforçando o papel de mais uma ferramenta útil para analisar a produção nos estudos em administração.

7 CONCLUSÃO

Buscou-se por meio deste trabalho compreender melhor como as lógicas institucionais se estruturam como campo de pesquisa em administração e quais são as oportunidades de pesquisa neste campo. Esta pesquisa reforçou que este é um campo em evolução. Na verdade, as lógicas institucionais herdaram o *momentum* e o caráter evolutivo que é próprio da teoria institucional, que se transformou do velho institucionalismo para o neo-institucionalismo e agora abre o espaço para estudos com o foco nas lógicas institucionais, que também continua a se transformar. Para um campo relativamente jovem, as lógicas institucionais já possuem interessantes ramificações. Ramificações estas que demandam mais estudos para ganhar forma e corpo.

Além dos pontos citados acima, sob o ponto de vista de método, há a possibilidade de estudos futuros justamente no sentido de desenhar melhor estas árvores genealógicas entre o neo-institucionalismo e as lógicas institucionais. Deste modo, estudos que combinem análise de co-citação dentro do campo das lógicas institucionais e pareamento bibliográfico aplicado a teoria institucional subdividida em períodos pode explicar melhor esta evolução e propor temas que busquem preencher espaços neste caminho evolutivo.

LÓGICAS INSTITUCIONAIS E INOVAÇÃO GRASSROOT: UM ESTUDO EM NEGÓCIOS VEGANOS

RESUMO

Este trabalho pretende contribuir compreendendo melhor como as lógicas institucionais, por meio da hibridização de lógicas institucionais influenciam a criação e aceitação de inovações em contexto de inovações *grassroot*. Assim, contribui para o campo da inovação também, compreendendo como a inovação acontece em um contexto de pressão de movimentos sociais, além de pressões ambientais, onde o sucesso de uma inovação não é medido apenas pelo resultado para as organizações, mas para a sociedade também. Neste estudo empírico que buscou identificar como e quais lógicas foram hibridizadas e como isso contribuiu para a emergência de inovações *grassroot* e como contribuiu para sua aceitação e disseminação. Para isso foram analisadas 52.423 postagens de 35 marcas veganas brasileiras atuante nos segmentos de moda, cosméticos, suplementos e feiras. Os resultados indicam que as foram hibridizadas lógicas pertencentes as ordens institucionais de comunidade, mercado e profissão e que, por haver diversas lógicas, nem todas atuam na compra de produtos veganos e que, apesar desta quantidade, estas lógicas resultam em comportamentos divergentes nem conflitos no campo.

Palavras-chave: Lógicas Institucionais, Complexidade Institucional, Hibridização de Lógicas Inovação, Grassroot Innovation, Veganismo.

INSTITUTIONAL LOGICS AND GRASSROOT INNOVATION: A STUDY IN VEGAN BUSINESS

ABSTRACT

This work aims to contribute by better understanding how institutional logics, through the hybridization of institutional logics, influence the creation and acceptance of innovations in the context of grassroots innovations. Thus, it contributes to the field of innovation too, understanding how innovation happens in a context of pressure from social movements, in addition to environmental pressures, where the success of an innovation is not only measured by the result for organizations, but for society as well. In this empirical study that sought to identify how, and which logics were hybridized and how this contributed to the emergence of grassroots innovations and how it contributed to their acceptance and dissemination. For that, 52,423 posts from 35 Brazilian vegan brands active in the fashion, cosmetics, supplements and foods segments were analyzed. The results indicate that the logics belonging to the institutional orders of community, market and profession were hybridized and that, because there are several logics, not all of them act in the purchase of vegan products and that, despite these quantities, these logics result in divergent behaviors or conflicts in the field.

Keywords: Institutional Logics, Institutional Complexity, Hybridization of Logics, Innovation, Grassroot Innovation, Veganism.

1 INTRODUÇÃO

A teoria institucional durante as décadas de 1980 a 1990 priorizou estudos cujo foco era analisar como práticas se disseminavam entre as organizações, tornando-as similares (Dimaggio & Powell, 1983; Greenwood, Oliver, Sahlin, & Suddaby, 2008; Meyer & Rowan, 1977). No entanto, nos últimos anos, a partir os anos 2000, a teoria institucional passou a analisar como as instituições influenciam as mudanças, legitimando-as e como também são influenciados por ela (Julie Battilana et al., 2009; Micelotta et al., 2017; Thornton et al., 2012).

Além desta mudança nos estudo em teoria institucional, outro tema vem ganhando cada vez mais destaque, pois os estudos em inovação vêm crescendo nos últimos anos tanto em tamanho de publicações, quanto em áreas que estudam este tema, porém, apesar do crescimento, ambos os campos oferecem oportunidades de estudos (Durand & Khaire, 2017; Micelotta et al., 2017; Rossetto et al., 2018). Dentre os temas emergentes em inovação, podemos destacar as inovações *grassroot* (*grassroot innovation – GI*).

A GI é uma inovação da base para o topo que está ligada a movimentos sociais e localmente situadas, tendo, normalmente, uma forte preocupação ambiental, preocupando-se em desenvolvimento sustentável (Hossain, 2016, 2018). Além disso, como algumas formas de mudanças institucionais relacionadas as lógicas institucionais, originam-se das controvérsias presentes nas tecnologias vigentes, suas formas de exploração e implementação (Smith et al., 2014), normalmente desafiando o *status quo* das tecnologias e estruturas vigentes, promovendo novas formas organizacionais e sistemas de provisão (Seyfang & Haxeltine, 2012), desafiando as estruturas legais, regulatórias e institucionais já existentes no contexto institucional (Hossain, 2016).

A relação entre inovação e teoria institucional ainda oferecem gaps a serem estudos, pois, segundo artigos bibliométricos, a lente da teoria institucional foi pouco utilizada, para considerar o ambiente em inovação foram mais utilizados a ecologia populacional, por exemplo (Rossetto et al., 2018). Diferentemente da ecologia populacional, mais determinista (Tolbert & Zucker, 1999; Zucker, 1989), a teoria institucional pode considerar o caráter relacional dos atores envolvidos, na atuação e modificação do campo (Owen-Smith & Powell, 2008), bem como as contradições

presentes no campo e as lutas de poder entre os atores (Micelotta et al., 2017). Todos estes são elementos importantes para as GI, pois esta surge como resposta as estas contradições e lutas presentes no campo, tendo seu foco mais para melhorias sociais e preservação ambiental (Seyfang & Longhurst, 2016).

Dentro as abordagens da teoria institucional que podemos considerar para analisar as inovações dentro de um contexto de GI há as lógicas institucionais. Podemos considerar as lógicas institucionais como crenças culturais e regras socialmente compartilhadas que moldam a cognição e comportamento dos atores e que, deste modo, provêm significados para os símbolos e práticas socialmente compartilhados, fornecendo critérios para legitimação (Friedland & Alford, 1991; Thornton et al., 2012). Assim, complementando a teoria neo-institucional que foi mais utilizada para explicar as disseminação e replicações de práticas, bem como a manutenção das instituições (DiMaggio & Powell, 1983; Haveman, 1993; Meyer & Rowan, 1977), as lógicas institucionais têm sido utilizadas não somente para explicar a disseminação de práticas, mas também para explicar o surgimento de novas práticas, mudanças institucionais, surgimento de novas instituições, bem como explicar variação de comportamentos das organizações dentro de um mesmo campo institucional (Edman, 2016a; Greenwood et al., 2010; Lee & Lounsbury, 2015).

Devido ao importante papel da comunidade e contradições existentes no para que uma GI aconteça, a teoria institucional, por meio do conceito de campo institucional e complexidade institucional, pode contribuir para a uma melhor compreensão de como a GI emerge e se dissemina suas práticas. Podemos considerar o campo institucional como o local onde indivíduos e organização interagem mais frequentemente entre si, do que com membros externos ao campo, e dividem e constroem um sistema de significados comum (Scott, 2014) e, considerando sua delimitação, são institucionalmente definidos e, juntos, representam uma reconhecível área da vida institucional (Dimaggio & Powell, 1983). Complexidade institucional, por sua vez, pode ser considerada um campo onde lógicas institucionais, muitas vezes divergentes, afetam o comportamento dos atores, sendo este campo, justamente pela sua complexidade, um palco e uma forma de explicar a mudança e inovação sob o ponto de vista da teoria institucional (Greenwood et al., 2011).

Todos os conceitos citados aqui estão em crescimento e podem se complementar para melhor explicar o processo de criação e aceitação das inovações dentro de um ecossistema de inovação. Assim, este trabalho apresenta a seguinte questão de pesquisa:

Como as lógicas institucionais influenciam o processo de disseminação de GI e o sucesso desta?

De modo a responder esta questão este trabalho terá como objeto de estudo as inovações praticadas por marcas veganas. A escolha deste objeto se deve ao alto crescimento do mercado vegano nos últimos anos (*Pesquisa de Opinião Pública sobre Vegetarianismo*, 2018). Além disso, o veganismo é tanto um estilo de vida, como um movimento social cujo emergência se deve as contradições presentes no modo de produção e consumo de produtos animais e tem ganhado força com as recentes preocupações ambientais e modo de vida saudável (Marletto & Sillig, 2019). Por último, este estudo também pode contribuir à teoria institucional por utilizar objetos mais materiais e tecnologias como formas de manifestação das lógicas institucionais (Cloutier & Langley, 2013).

Um dos motivos é que a maior parte dos estudos ainda estejam focados na mudança ao nível institucional, não em seus reflexos ao nível micro e aos objetos materiais e tecnologias do dia a dia, *gap* apontado em (Cloutier & Langley, 2013). Além disso, há estudos apontando a inovação como uma resposta a complexidade institucional (Vickers et al., 2017) e o processo de criação e lançamento destas inovações dentro deste contexto de complexidade institucional (Pahnke et al., 2015), mas há poucos estudos analisando como a complexidade influencia a legitimação das inovações, ou ainda, como as inovações, como materialização das lógicas e mudanças institucionais, influenciam as próprias lógicas dentro do processo recursivo.

Há um grande espaço para estudar inovações grassroot e lógicas institucionais pois, apesar de toda uma campanha e discussão ambiental, ainda há grande mudança de hábitos a serem feitas, umas das formas de explicar esta variação de comportamento é justamente pela complexidade institucional, uma vez que nem todos os atores são afetados pelas mesmas lógicas e da mesma forma (Greenwood et al., 2011; Micelotta et al., 2017). Assim, ao analisar como as inovações grassroots se disseminam do seu nicho, um ambiente seguro e permissivo para testes (Hossain, 2018; Seyfang & Haxeltine, 2012) para outros ambientes, podemos entender também como estas novas práticas e inovações ganham significados ao transitar entre estes grupos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LÓGICA INSTITUCIONAL

A Teoria Institucional vem sendo utilizada para explicar fenômenos em diversas áreas, dentre elas a administração de empresas e ainda o surgimento e adoção de inovações. Dentro do neo institucionalismo, a teoria institucional em grande parte dos estudos foi utilizada para explicar como as práticas se disseminavam e se legitimavam entre as organizações e, além delas, dentro da sociedade. Por exemplo, o isomorfismo seria uma das formas pelas quais as inovações se disseminam entre as organizações (Dimaggio & Powell, 1983). No entanto, o isomorfismo dentre as suas categorias explica mais facilmente as inovações incrementais e as inovações *top down*.

Por outro lado, as instituições podem explicar também como que os mercados e organizações se modifiquem ao longo do tempo (Lounsbury, 2007; Pahnke et al., 2015). Neste caso, a inovação pode ser um destes elementos que se modificou nesta mudança do mercado. Porém, neste caso o neo institucionalismo não explica muito bem como isto acontece, pois está focado como as práticas se disseminam pelo mercado, homogeneizando-o (Dimaggio & Powell, 1983; Greenwood et al., 2008). Tendo a necessidade de entender como as mudanças acontecem, principalmente aquelas bottom up e que mudam a configuração do mercado ou do campo institucional, uma nova vertente da teoria institucional cuja uma das bases são as lógicas institucionais (Julie Battilana et al., 2009; Greenwood et al., 2011; Micelotta et al., 2017).

As instituições podem ser vistas tanto como modelos supraorganizacionais pelos quais os seres humanos conduzem sua vida material e a localizam no tempo e espaço, quanto um sistema de símbolos pelos quais os seres humanos categorizam e dão significado às suas atividades (Friedland & Alford, 1991). Assim, podemos dizer que as instituições são compostas por elementos simbólicos, atividades sociais e recursos materiais (Scott, 2014). Deste modo, mais do que direcionar ou limitar as ações dos atores, as instituições dão significados e legitimidade para as ações e práticas diárias dos atores, sejam eles organizações ou indivíduos (Battilana et al., 2009; Bertels & Lawrence, 2016; Bitektine & Haack, 2015; Sonpar, Pazzaglia, & Kornijenko, 2009) e a forma como as diversas lógicas institucionais afetam os diferentes atores geram compreensões únicas da realidade social, redirecionando as práticas seguintes sendo,

deste modo, fonte de inovações e mudanças (Julie Battilana et al., 2009; Micelotta et al., 2017; Thornton et al., 2012).

Com o acelerado ritmo de mudanças e inovações a própria teoria institucional vem evoluindo ao longo do tempo, ganhando vertentes desde o velho institucionalismo até o novo institucionalismo. Assim, enquanto nas décadas de 1980 e 1990 a teoria institucional buscou explicar como as organizações buscavam legitimidade pela disseminação e semelhança das práticas (Boxenbaum & Jonsson, 2008; DiMaggio & Powell, 1983; Meyer & Rowan, 1977), a partir dos anos 2000, ganha força uma vertente da teoria institucional para explicar como o novo é legitimidade. Dentro destas mudanças há a emergência das lógicas institucionais, que são o conjunto amplo de crenças que definem os limites de um campo, além dos papéis e identidades bem como os arranjos organizacionais (Suddaby & Greenwood, 2009). Por meio das lógicas institucionais entendemos melhor como as instituições atuam como um guia para as ações práticas (Rao et al., 2003), uma vez que as lógicas são comuns aos participantes de um mesmo campo (Owen-Smith & Powell, 2008). Além disso, os agentes dão significados a ações e delimitam estas ações no tempo e espaço por meio, ou sob influência das lógicas institucionais (Thornton et al., 2012).

Para ilustrar como as instituições moldam as práticas e dão significado a elas, Friedland e Alford (1991) propõem as instituições sendo compostas de subsistemas chamados de ordens institucionais, ou lógicas institucionais ao nível da sociedade. Uma das formas das lógicas institucionais mudarem, ou gerarem mudanças e inovações, é pela exportação e trocas de símbolos e práticas de ordens institucionais diferentes, e tão mais forte será esta transformação/mudança quão mais forte for a complementaridade entre as ordens. Por exemplo, a ética protestante e o espírito do capitalismo (Thornton et al., 2012). Ou ainda, estas ordens institucionais podem gerar lógicas institucionais por meio da derivação, estas lógicas podem estar direcionadas a aspectos mais específicos. Por exemplo, a ordem profissional podem gerar lógicas específicas a profissões ou movimentos (Dunn & Jones, 2010; Rao et al., 2003). Ou ainda, uma lógica pode combinar elementos de mais de uma ordem institucional (Almandoz, 2014). O quadro 1 detalha os diversos elementos e ordens presentes em uma lógica institucional. Vale ressaltar que o Quadro 1 é válido para uma visão de instituições dentro do modelo capitalista ocidental (Friedland & Alford, 1991), sendo uma evolução do modelo de Friedland e Alford (1991), proposto por Thornton et al. (2012).

Eixo Y	Eixo X: Ordens Institucionais						
Categorias	Família	Comunidade	Religião	Estado	Mercado	Profissão	Corporação
Metáfora raiz	Família como empresa	Limites comuns	Tempo como um banco	Estado como um mecanismo de redistribuição	Transações	Profissão como uma rede	Corporação como Hierarquia
Fontes de legitimidade	Lealdade incondicional	Unidade de vontade, acredita em confiança e reciprocidade	Importância da fé e do sagrado	Participação democrática	Preço compartilhado	Expertise pessoal	Posição de mercado da empresa
Fontes de autoridade	Dominação patriarcal	Comprometimento com os valores e ideologias da comunidade	Carisma sacerdotal	Dominação burocrática	Ativismo dos acionistas	Associação profissional	Conselho dos diretores, alta gestão
Fontes de identidade	Reputação da família	Conexão emocional, autossatisfação e reputação	Associação com as divindades	Classes econômicas e sociais	Sem rosto	Associação com a qualidade do ofício, Reputação pessoal	Papéis burocráticos
Base das normas	Filiação ao lar	Associação ao grupo	Associação a congregação	Cidadania	Auto interesse	Membro de uma associação profissional	Ser um funcionário
Bases de atenção	Posição dentro do lar	Investimento pessoal no grupo	Relação com o sobrenatural	Posição no grupo de interesse	Posição no mercado	Posição na profissão	Posição na hierarquia
Bases de estratégia	Fortalecer a honra da família	Fortalecer a posição e honra dos membros e das práticas	Fortalecer os símbolos religiosos e os eventos naturais	Fortalecer o bem comum	Aumentar a eficiência e o lucro	Fortalecer a reputação pessoal	Aumentar o tamanho e diversificação da companhia
Mecanismos informais de controle	Política da família	Visibilidade das ações	Valorização do chamado	Bastidores da política	Analistas da indústria	Celebridade profissional	Cultura organizacional
Sistema econômico	Capitalismo familiar	Capitalismo cooperativo	Capitalismo Ocidental	Capitalismo de bem-estar	Capitalismo de mercado	Capitalismo pessoal	Capitalismo administrativo

Quadro 1. Sistema interinstitucional - tipos ideais

Fonte: Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012). Tradução do autor.

Alguns estudos em lógicas institucionais buscam entender como as lógicas institucionais atuam em seu nível macro, influenciando as estratégias e práticas de organizações dentro dos campos institucionais (McPherson & Sauder, 2013). Há ainda estudos cujo foco tem sido como as lógicas institucionais afetam as ações dos atores em seu dia a dia e em suas práticas cotidianas (Currie & Spyridonidis, 2016; McPherson & Sauder, 2013). Neste último caso, primeiramente percebe-se um reconhecimento da agência dos atores, pois, ao contrário da visão determinista do neoinstitucionalismo os atores vão agir não sobre a influência destas diversas lógicas, mas sobre a sua interpretação e como alcançar seus objetivos neste campo repleto de diversas lógicas (Delbridge & Edwards, 2013; Emirbayer & Mische, 1998).

Indo ao encontro da definição de agência de Emirbayer e Mische (1998) como a ação individual que acontece por meio de um processo temporalmente incorporado de engajamento social, derivado das interações e hábitos passados, orientado para o futuro por meio da visualização de possibilidades alternativas. As pesquisas recentes indicam que as lógicas institucionais reforçam que as relações do indivíduo com as lógicas institucionais no passado não vão somente definir a sua interpretação de novas lógicas no futuro, mas também a forma de como lidar com estas lógicas e também o desejo de querer modifica-las para o seu interesse (Bertels & Lawrence, 2016).

Levar em consideração a agência dos atores é importante para entender as mudanças institucionais e diversas formas de inovação, pois esta diferença de influência e percepção das diversas lógicas sobre os atores é uma forma de escapar do paradoxo do agente imerso (Julie Battilana et al., 2009). Este paradoxo consiste na relação de como um agente, cujo comportamento é definido pela estrutura e seus diversos elementos, dentre eles as instituições, deseja mudar estas próprias instituições. A melhor compreensão de como as lógicas institucionais atuam podem ajudar a compreender como as inovações, principalmente as disruptivas e bottom top acontecem e se disseminam (Jolly & Raven, 2013; van der Waal, van der Windt, & van Oost, 2018), pois, por meio dos estudos em lógicas institucionais tem se interessado em mudanças e inovações que emergem das práticas do dia a dia e dos vazios deixados pelas grandes organizações (Micelotta et al., 2017).

2.2 COMPLEXIDADE INSTITUCIONAL

A complexidade institucional pode ser compreendida como é a pluralidade de lógicas institucionais com as quais as organizações e outros atores confrontam-se no campo institucional onde atuam e que muitas vezes indicam prescrições incompatíveis entre si, sendo que esta pluralidade pode levar muitas vezes as organizações a darem respostas incompatíveis entre si (Greenwood et al. (2011)

A complexidade institucional pode ser vista também como uma arena onde diversos atores defendem seus interesses e podem querer que as práticas antigas sejam substituídas por novas, mais alinhadas as suas lógicas (Fligstein & McAdam, 2012). Assim, os atores que desejam a mudança contestam e desafiam as instituições existentes e tentam mudar a reprodução destas práticas existentes e já legitimadas. Muitas vezes eles desafiam aqueles que se beneficiam das instituições como estão, desafiando o status quo e mudando os beneficiários (Julie Battilana & Casciaro, 2012; Fisher et al., 2016). No entanto, a complexidade institucional permite que lógicas sejam desafiadas, mas também permite que lógicas institucionais sejam complementares neste confronto (Micelotta et al., 2017).

Tendo como base o campo organizacional como esta área, podemos citar dois estudos que analisam como mudanças aconteceram por meio de lógicas divergentes em um ambiente de complexidade institucional. Por exemplo, Dunn e Jones (2010) analisaram a mudança de lógica nos cursos de medicina e Reay e Hinings (2005) analisaram a mudança no setor de saúde canadense, mudança guiada pelo estado. Em ambos os casos foi considerado uma mudança institucional nestes setores. Por outro lado, algumas mudanças podem acontecer como evolução de práticas antigas sem que haja uma luta muito grande, mas de forma evolutiva. Por exemplo, Rao et al. (2003) analisam como as foi feita a mudança da cozinha clássica francesa para a *Nouvelle Cousine*.

Ainda não é muito precisa a definição de lógicas institucionais, pois em alguns estudos as lógicas aparecem como um elemento superior as categorias (Ocasio et al., 2015), ora se torna sinônimo das próprias categorias que constrói (Ansari et al., 2013; Rao et al., 2003). Além disso, há a própria confusão sobre a hierarquia entre lógicas. Às vezes as lógicas são sinônimos das ordens institucionais (Friedland & Alford, 1991) e, em outros trabalhos, apresentam-se como elementos derivados destas ordens. Pode-se perceber estas diferenças no próprio conceito de

complexidade institucional de forma mais ampla, abarcando tanto ordens interinstitucionais e lógicas institucionais derivadas (Greenwood et al., 2011), como no conceito de complexidade intra institucional, onde a complexidade ocorre dentro de lógicas derivadas dentro da mesma ordem (Meyer & Höllerer, 2016).

Ao considerar a sociedade como o local onde estas lógicas se encontram, se interrelacionam, se contradizem e complementam, dando significado às práticas do dia a dia. As lógicas institucionais mostram um grande potencial para estudar as mudanças e inovações. Por exemplo, as mudanças disruptivas e, conseqüentemente as inovações oriundas destas mudanças, emergem da percepção de alguns atores das contradições presentes em um campo institucional (Julie Battilana et al., 2009; Micelotta et al., 2017), isto reforça a necessidade do estudo das lógicas institucionais para compreender como as inovações emergem e se difundem.

Este ambiente de complexidade institucional não leva apenas a mudanças institucionais, Kodeih e Greenwood (2014) estudam o papel da identidade organizacional nas respostas das organizações em um ambiente de complexidade institucional. Neste estudo os diversos atores, em seus diversos níveis, presentes no campo vão sinalizar quais aspectos da identidade institucional e quais lógicas afetam estes aspectos. Deste modo, a identidade institucional varia de ator para ator e não responde, nem é percebida, por meio de uma única lógica institucional, mas pela relação entre as lógicas e suas influências sobre os atores presentes no campo. Ou, de outro modo, uma lógica institucional pode influenciar mais que outra a percepção de um ator para uma prática ou uma ação da organização (Micelotta et al., 2017). Sendo a resposta organizacional uma interpretação de ações das organizações interpretadas pelos atores presentes no campo a luz das influências das diversas lógicas sobre estes. Tal mecanismo é cíclico e retoma relação entre agencia e estrutura (Delbridge & Edwards, 2013; Emirbayer & Mische, 1998; Giddens, 1984)

Justamente pelas lógicas agirem conjuntamente sobre os atores, porém de formas diferentes, uma das possíveis estratégias das empresas é hibridizar de forma deliberada diversas lógicas para falar para diversos públicos, ganhando legitimidade em relação a eles (Greenwood et al., 2011; Micelotta et al., 2017). Esta hibridização pode conter tanto lógicas convergentes quanto divergentes e lógicas em diferentes níveis do campo (Drakopoulou Dodd, Wilson, Bhaird, & Bisignano, 2018; York, Hargrave, et al., 2016).

Como dito anteriormente, as lógicas institucionais e sua hibridização é uma das formas para realizar mudanças institucionais e há diversos estudos analisando isto em um nível macro

(Skelcher & Smith, 2015; York, Hargrave, et al., 2016), no entanto há espaço para estudar seus reflexos ao nível micro e aos objetos materiais e tecnologias do dia a dia, *gap* apontado em (Cloutier & Langley, 2013). Além disso, mais especificamente falando da relação com inovação, há estudos apontando a inovação como uma resposta a complexidade institucional (Vickers et al., 2017) e o processo de criação e lançamento destas inovações dentro deste contexto de complexidade institucional (Pahnke et al., 2015).

A hibridização de lógicas, pensamento sob o ponto de vista de legitimidade, pode atuar como um elemento que facilite a aceitação de inovações por diversos grupos, uma vez que pode permitir que uma mesma nova prática ou objeto, que pode ser uma inovação, gere significado diversos para grupos diversos (Cloutier & Langley, 2013; Micelotta et al., 2017; York, Hargrave, et al., 2016). Este reconhecimento facilita o processo de legitimação (Besharov & Smith, 2014) e alimenta heterogeneidade de práticas dentro do mesmo campo (Ocasio & Radoynovska, 2016). Inclusive, por gerar mudanças nos significados, discursos e práticas, as lógicas institucionais estão muito relacionadas à inovação e podem afetar todos os tipos de inovação conforme o manual de Oslo (Manual, 2005), porém, pensando em mudança, está mais relacionada a inovações bottom up e disruptivas (Julie Battilana et al., 2009; Hossain, 2018).

Besharov e Smith (2014) explicam este movimento para a hibridização de lógicas a importação de práticas de uma lógica para a outra, gerando novas práticas e novas expectativas de práticas e, conseqüentemente, legitimando novas formas organizacionais e inovações. Na verdade, inicialmente a inovação vem de lógicas derivadas de lógicas a nível da sociedade que são combinadas, gerando novas práticas, nestes casos, as lógicas a nível da sociedade não são necessariamente divergentes (Besharov & Smith, 2014). No entanto, quando divergentes, em contexto de hibridização de lógicas, estas novas lógicas podem gerar heterogeneidade de práticas (Ocasio & Radoynovska, 2016) e inovações, bem como novos critérios para legitimação de novas inovações (Jay, 2013).

A hibridização de lógicas, de certo modo, retoma o papel das lógicas institucionais e a complexidade institucional como elemento para explicar as mudanças, uma vez que a hibridização não pressupõe a permanência. No entanto, como acontece esta mudança, se hibridização é uma resposta a mudança ou fonte deste, ainda não está claro (Besharov & Smith, 2014). Na verdade, ambos os casos podem ser encontrados desde a hibridização ser uma resposta

a complexidade institucional (Ocasio & Radoynovska, 2016), quanto as mudanças serem consideradas após a hibridização (Jay, 2013).

As lógicas hibridizadas podem também ter origem em ordens institucionais diferentes, analisando a hibridização dentro de uma mesma ordem institucional, Meyer e Höllerer (2016) analisam como prescrições divergentes podem emergir dentro de uma mesma ordem institucional. No caso, esta complexidade intra-institucional emerge devido aos contextos culturais nos quais uma mesma organização pode atuar, apesar de uma mesma ordem estar presente nestes contextos. Para responder a esta complexidade, as organizações enviam sinais ambíguos, por meios de seus discursos, de modo que os atores presentes nas variações da lógica institucional não consigam interpretar completamente as respostas da organização. Assim, esta ambiguidade é uma forma de neutralizar a complexidade intra-institucional.

Pensando na mudança e inovação, que geram ou são resultado de novas práticas, o significado destas práticas para os autores envolvidos é fundamental para sua adoção. Neste sentido o vocabulário exerce um importante papel para isso. O uso do vocabulário, as palavras isoladas e suas relações com outras palavras, promovem um compartilhamento de conhecimento e significado entre os atores, no qual não apenas o uso de mesmas palavras, mas o uso de mesmas palavras em conjunto, se referem a categorias e estas categorias transmitem o significado (Loewenstein et al., 2012) e geram as narrativas que darão significado as práticas por meio do uso destes vocabulários específicos e em formas específicas (Ocasio, Loewenstein, & Nigam, 2015).

2.3 GRASS ROOT INNOVATION

Há diversas formas de inovação e diversas formas de analisá-la, permitindo que a inovação seja estudada por diversas áreas fazendo com que seja um tema em destaque crescente nos últimos anos (Rossetto et al., 2018). Dentre estas possibilidades de estudos, as inovações sociais vem ganhando espaço e, dentre elas, podemos destacar a inovação *grassroot (GI)*. Esta forma de inovação da base para o topo que está ligada a movimentos sociais e localmente localizadas, tendo, normalmente, uma forte preocupação ambiental, preocupando-se em desenvolvimento

sustentável (Hossain, 2016, 2018). Além disso, como algumas formas de mudanças institucionais relacionadas as lógicas institucionais, originam-se das controvérsias presentes nas tecnologias vigentes, suas formas de exploração e implementação (Smith et al., 2014), normalmente desafiando o *status quo* das tecnologias e estruturas vigentes, promovendo novas formas organizacionais e sistemas de provisão (Seyfang & Haxeltine, 2012), desafiando as estruturas legais, regulatórias e institucionais já existentes no contexto institucional (Hossain, 2016).

Outro ponto é que a GI busca inovações de processos inclusivos, voltados para a comunidade onde ele se insere. Aliás, não apenas que os processos sejam inclusivos, mas o resultados destas inovações retornem, em alguma medida, para a comunidade (Douthwaite, Beaulieu, Lundy, & Peters, 2009; Smith et al., 2014). Este foco na comunidade pode ser resultado tanto de injustiças sociais quanto problemas ambientais, por isso a necessidade do retorno para comunidade (Smith et al., 2014).

As GI tendem a se diferenciar das inovações convencionais por meio de 5 pontos: os principais motivadores das GI são os interesses sociais em relação a busca por lucro; são baseados em direcionadores ideológicos ao invés da busca por lucro; o espaço protegido para as GIs (nichos) é criado por valores e cultura; são estabelecidos em estruturas proprietárias comunitárias das inovações; dependente de trabalho voluntário, subsídios ou trocas mútuas; operam em um contexto social (Seyfang & Longhurst, 2016).

O papel do nicho é fundamental para que as GIs ganhem força e se tornem viáveis comercialmente, por oferecem um espaço protegido e permissivo para os testes (Hossain, 2016). Sendo a evolução de um contexto de nicho para um formato mais comercial de uma inovação e organizações dentro de um contexto de GI depende do uso de ciências formais e informais (Hossain, 2016) e da combinação com elementos pertencentes ao regime preexistente (Seyfang & Smith, 2007). Estes fatores essenciais se mostram uma complementaridade preexistente entre GI e hibridização de lógicas institucionais para ganhar legitimidade e mudar as práticas existentes no campo organizacional (Micelotta et al., 2017).

Um elemento importante para a difusão e sucesso de GI são as redes sociais nas quais os atores envolvidos estão conectados, estas redes permitem que as melhores práticas circulem e se tornem legitimada, institucionalizando os aprendizados (Seyfang & Longhurst, 2016), sendo a institucionalização de aprendizados, e seu compartilhamento, um elemento importante para o fortalecimento do nicho (Feola & Butt, 2017). Além disso, intermediários nestas redes podem

auxiliar disseminação das práticas para fora do nicho, fazendo que as práticas ganhem mais disponibilidade (Seyfang & Longhurst, 2016).

A transição da GI do seu nicho para o mercado pode ser considerada a melhor medida de sucesso da inovação (Hossain, 2018). No tanto, para que isto aconteça são necessárias mudanças institucionais e culturais radicais (Monaghan, 2009), a própria GI, em sua essência, pode criticar o sistema vigente, no entanto, este criticismo pode variar desde uma total ausência, ao criticismo a um único problema, ou um criticismo visando mudar algumas funções social, alterando práticas e significados ou até mesmo uma crítica a sociedade como um todo, por exemplo, uma crítica ao sistema capitalista de produção (Marletto & Sillig, 2019). Esta variação a profundidade do criticismo pode fazer com a GI possa coexistir com práticas anteriores ou, até mesmo, ter como objetivo substituir as práticas antigas pelas práticas novas (Seyfang & Haxeltine, 2012). Isto vai ao encontro da hibridização de lógicas institucionais, pois estas podem gerar novas práticas alternativas que resistem e tentam substituir as práticas já legitimadas, ou ainda, complementar as lógicas e práticas já legitimadas. No entanto, não se sabe ao certo sobre quais condições estas lógicas se complementam ou buscam se substituir (Yan, Ferraro, & Almandoz, 2018).

2.4 VEGANISMO

O veganismo é uma movimento muito relacionado com o vegetarianismo, mas, ao contrário deste, que permite o consumo de alguns produtos derivados de animais (como queijo, ovos, leite), o veganismo não permite nenhum consumo de origem animal, é totalmente contra a crueldade e exploração animal (Davis, Love, & Fares, 2019; Marletto & Sillig, 2019). Justamente por ser contra qualquer tipo de crueldade contra animais o veganismo extrapola os limites da alimentação, sendo tanto um estilo de vida individual como uma categoria associada, além da alimentação, a diversas práticas de consumo roupas, calçados e cosméticos (Davis et al., 2019).

Por contestar práticas vigentes básicas, como a alimentação e até o vestuário, podemos encarar o veganismo como um movimento divergente, inclusive tendo sua imagem associada a movimentos ecoterroristas como o PETA (Marletto & Sillig, 2019). No entanto, desde o seu início, esteve associado a práticas não tão controversas como o movimento orgânico (Marletto & Sillig, 2019) e, mais recentemente, a movimentos ligados a uma vida mais saudável (Davis et al., 2019). Ou ainda, pode se aproximar de certos preceitos culturais e religiosos (Alloun, 2020).

Com base ao exposto até o momento, podemos considerar o veganismo como uma resposta as contradições a algumas lógicas, seja sua vertente principal que é contra a crueldade animal, seja sua faceta mais voltada ao meio ambiente ou ao bem estar das pessoas. Todas estas vertentes podem ser consideradas como originadas em contradições presentes nas lógicas de mercado, lógicas profissionais e, até mesmo, de comunidade. No entanto, apesar da origem nestas contradições, não há um desejo deliberada em sobrepor as práticas antigas, sendo considerado o veganismo uma GI orientada em ajudar as pessoas em suas práticas diárias e muito orientadas localmente não havendo uma ação coordenada globalmente (Davis et al., 2019). Além disso, neste mesmo trabalho, o veganismo também dependeu para seu sucesso e atenção ao longo do tempo de acontecimentos e mudanças radicais da sociedade, isso facilita sua integração e possibilidade de interpretação por meio das lógicas institucionais (Micelotta et al., 2017; Monaghan, 2009).

Como mercado, o veganismo vem crescendo no Brasil e no mundo, segundo pesquisa de 2018. Nesta pesquisa, embora não indique a porcentagem da população seja vegana, aponta que 14% da população é vegetariana, um crescimento de 75% em relação a pesquisa anterior, realizada em 2012 (“Pesquisa do IBOPE aponta crescimento histórico no número de vegetarianos no Brasil,” 2018). Mas, além disso, sobre o veganismo, indica que 55% dos entrevistados consumiriam mais produtos veganos se estivesse indicado na embalagem, 49% acreditam que os produtos veganos podem ter a mesma qualidade que produtos de origem animal e 60% consumiriam mais produtos veganos se estes tivessem o mesmo preço que os produtos que estão acostumados a consumir (*Pesquisa de Opinião Pública sobre Vegetarianismo*, 2018).

Devido ao crescimento do mercado vegano, diversas empresas estão lançando linhas e produtos veganos ou ainda, grandes companhias estão comprando marcas veganas. Além disso, como estratégia dentro de um contexto de teoria institucional e complexidade institucional, é vantajoso associar a marca a movimentos sociais que tem como objetivo aumentar o valor categorias formadas recentemente, como o veganismo, por exemplo (Durand & Khaire, 2017).

3 MÉTODO

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Como foi visto no referencial teórico, as lógicas institucionais são um tema ainda em desenvolvimento. Assim, oferece oportunidades também em relação a como será estudado e as metodologias aplicadas a ele. Por permitir explicar a manutenção de instituições, bem como suas mudanças, ele permite diversos métodos para seu estudo.

Como o mecanismo de substituição de uma lógica dominante por outra, ou outras, vai acontecer por novos vocabulários e novas ferramentas conceituais que vão prover novos significados por meio de um processo de categorização. (Micelotta et al., 2017), uma das formas de se investigar a mudança de lógicas institucionais é analisar o discurso dos atores envolvidos. Vale ressaltar que embora se refira a discurso aqui, o discurso analisado será o feito por meio das redes sociais, mas especificamente o Instagram e será analisado por meio de uma análise de conteúdo utilizando o *software* IRaMuTeQ. Como veganismo, consideramos a sua definição mais ampla, considerando produtos e serviços que não possuem produtos de origem animal e seu processo de produção (Marletto & Sillig, 2019).

A escolha da análise de conteúdo neste momento segue orientação de Suddaby e Greenwood (2009). Estes autores no estágio em que se encontram as pesquisas em mudança institucional, é mais importante estudar as mudanças de significados compartilhados do que os resultados desta mudança. Posteriormente pode ser interessante estudar as mudanças assim, que serão as GI resultantes, ou suportados por estas mudanças de significadas encontradas nesta análise de conteúdo. Além disso, o uso do vocabulário, as palavras isoladas e suas relações com outras palavras, promovem um compartilhamento de conhecimento e significado entre os atores, no qual não apenas o uso de mesmas palavras, mas o uso de mesmas palavras em conjunto, se referem a categorias e estas categorias transmitem o significado (Loewenstein et al., 2012) e geram as narrativas que darão significado as práticas por meio do uso destes vocabulários específicos e em formas específicas (Ocasio, Loewenstein, & Nigam, 2015).

3.2 COLETA DE DADOS

Como colocando anteriormente a coleta de dados teve como foco o discurso realizado por empresas veganas, o discurso escolhido foi aquele feito na rede social Instagram. A escolha da rede foi devida a uma maior periodicidade de publicações e não ter um limite de caracteres para a publicação. Para Ackroyd (2009), uma forma de se analisar as mudanças será analisar os dados ao longo do tempo e além disso, dados secundários são mais adequados para isso. Por isso, foram escolhidos como dados secundários postagens de marcas veganas no Instagram. Ademais, os dados secundários auxiliarão na construção da estrutura e instituição atual (Costa et al., 2010), o que é um objetivo deste trabalho.

As empresas escolhidas foram levantadas inicialmente em reportagens sobre marcas veganas e, posteriormente, analisadas os perfis das redes sociais destas empresas. Além disso, foram escolhidas marcas de 4 segmentos: Moda (calçados e vestuários), suplementos alimentares, cosméticos e, por último, as feiras veganas. A escolha destes segmentos se deu devido a serem os que apareceram nas reportagens analisadas. Clara que apareceu o segmento alimentar, com restaurantes e marcas que fazem comida vegana para entrega, no entanto, este segmento está muito próximo do vegetarianismo.

Outro fator considerado na escolha das empresas foi empresas completamente veganas, assim, foram desconsideradas empresas citadas que possuíam linhas veganas. Como colocado anteriormente, há um grande crescimento do mercado vegano no Brasil, por isso, diversas marcas estabelecidas oferecem linhas de produtos veganos e fazem uma divulgação intensiva destes produtos em suas redes sociais, no entanto, estas marcas foram desconsideradas.

Uma vez selecionadas estas marcas, foram analisados os perfis das redes sociais, nesta fase algumas marcas foram desconsideradas, seja por não terem perfis ativos, seja pela baixa quantidade de postagens. Foi considerada baixa quantidade de postagem marcas com menos de 100 postagens em seus perfis. Respeitando estes critérios foram escolhidas ao final 35 marcas, dos 4 segmentos citados, resultando um total de 53.295 postagens. Estas marcas e suas respectivas quantidades de postagens estão presentes no Quadro 2.

Para extrair as postagens de forma automatizada foi escolhido um *script* gratuito feito na linguagem Python presente no link: <https://github.com/huaying/instagram-crawler/blob/master/README.md>. Não foram feitas alterações no *script* para que este extraísse os dados necessários. Os dados utilizados nesta análise foram extraídos entre os dias 14 e 16 de março de 2020.

Embora este número inicial de postagens seja encontrado nos perfis, após a realizar a extração das postagens, percebeu-se que o número era inferior ao total de 52.295 postagens, esta diferença ocorreu por 3 motivos, algumas postagens não tinham texto, apenas fotos; por problema na programação da página o *script* não conseguiu recuperar todas as postagens de um perfil; algumas postagens tinham apenas *emojis*, sem texto. Com isso, ao final foram analisadas 52.423 postagens.

Marca	Segmento	Postagens	Marca	Segmento	Postagens
Baimsnaturalmakeup	cosméticos	1,419	Conceitoada	moda	1,603
Balmishbr	cosméticos	597	Insecta	moda	5,375
Bergamia Cosméticos	cosméticos	159	King55	moda	5,066
Bioart	cosméticos	627	Sou Fauno	moda	101
Cativanatureza	cosméticos	2,070	Urban Flowers	moda	1,604
Duna Beleza Livre	cosméticos	623	Useahimsa	moda	1,741
Ekilibre Amazônia	cosméticos	1,100	Vegano Shoes	moda	897
Elemento Mineral	cosméticos	454	Bio2 Organic	suplementos	2,510
FeitoBrasil	cosméticos	346	Mother Nutrients	suplementos	572
Grupo Orgânica	cosméticos	434	Nutra Well	suplementos	2,650
Lola Cosmetics	cosméticos	3,771	Oceandrop	suplementos	3,023
Multivegetal		942	Vegan Way		3,011

	cosméticos			Brasil	suplementos	
Reserva Fólío	cosméticos	212		WVegan	suplementos	357
Sal da Terra Bio	cosméticos	147				
Surya Brasil	cosméticos	725				
Viva Beleza Verde	cosméticos	276				
Vyvedas	cosméticos	661				
Encontro Vegano	feira	6,435				
Feira das VEGS	feira	255				
GoVegan	feira	1,576				
Veganezzando	feira	1,040				
Vegnice	feira	916				

Quadro 2 – Marcas Veganas analisadas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além destes dados secundários foram realizadas duas entrevistas exploratórias com os donos das Marcas Insecta e WVegan e duas visitas a feiras veganas em São Paulo. Estas entrevistas e visitas auxiliaram o pesquisador nas análises dos dados secundários, no entanto, não foram analisados em conjunto devido a pouca quantidade de dados obtidos de forma primária.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

As postagens extraídas dos perfis de Instagram das marcas selecionadas foram em um primeiro momento foram formatadas para serem analisadas via *software* IRaMuTeQ. A formatação seguiu as orientações presentes em Salviati (2017). A escolha deste software se deve a capacidade analisar grandes quantidades de textos. Além disso, uma de suas análises é a classificação hierárquica descendente. Por meio dela espera-se encontrar palavras e ideias pertencentes as lógicas e como estas se relacionam. Embora seja uma análise de conteúdo, os grupos encontrados nesta classificação hierárquica descendentes apresentam diferenças estáticas entre si, cabendo ao pesquisador interpretar estes grupos encontrados e as relações entre eles (Reinert, 1990; Salviati, 2017).

Além dos textos, o IRaMuTeQ necessita que variáveis sejam definidas a cada um dos textos. Deste modo, todas as postagens de uma marca foram analisadas como um único texto, sendo estes textos atribuídos as seguintes variáveis: marca e segmento. Isso permite que as variáveis sejam atribuídas aos grupos encontrados na classificação hierárquica descendente, isso nos permite encontrar diferenças, e semelhanças, de lógicas entre os segmentos e entre as marcas.

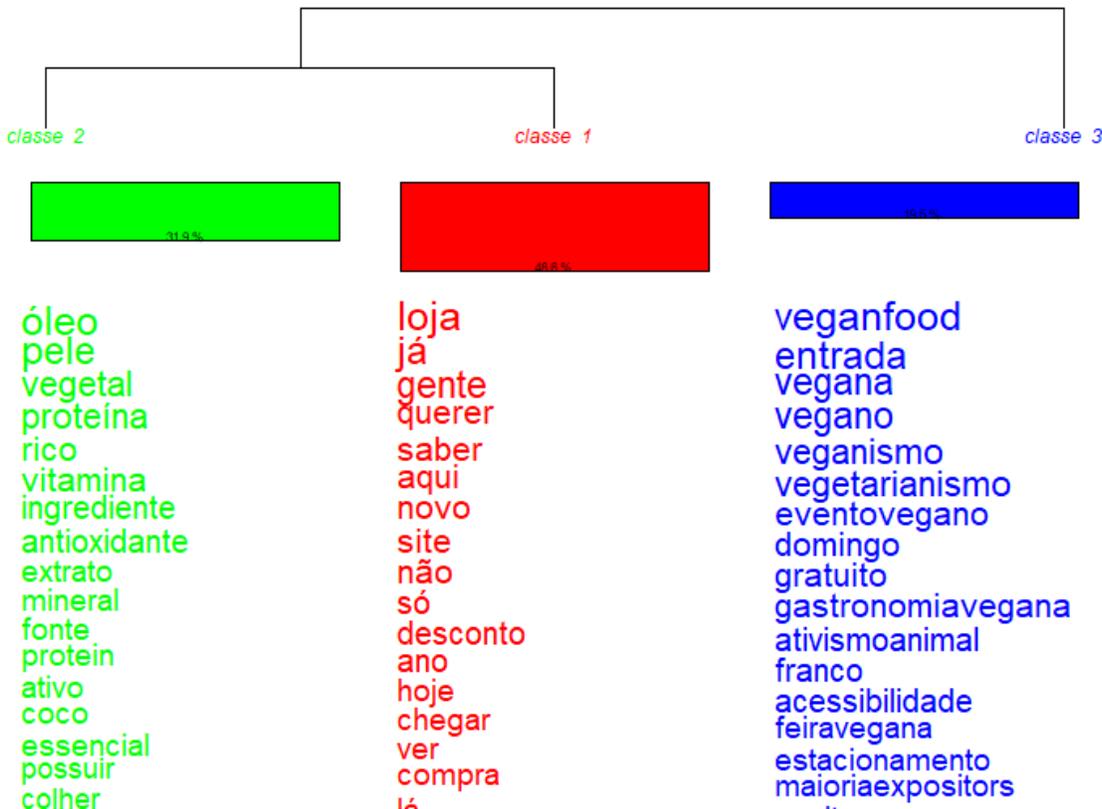
Após a formatação e uma análise inicial dos textos optou-se por suprimir os nomes das marcas e suas variações, pois como é muito usual a utilização de *hashtags* fazendo referencia as marcas, as marcas em si estavam com uma incidência muito alta. No entanto, *hashtags* que não faziam menção as marcas foram mantidas. Além disso, foram suprimidas palavras que faziam menção ao local e aos *websites* das marcas, a supressão deve-se ao mesmo motivo, a alta incidência destas informações.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresento os resultados das análises dos posts das 35 empresas selecionadas. Conforme descrito no capítulo de métodos, as 52.423 postagens das 35 empresas foram analisadas utilizando o *software* IRaMuTeQ. Foi realizada a análise Reinert para todas as postagens, em seguida foi realizada a mesma análise para cada uma das 3 classes de palavras encontradas em todas as postagens, conforme Figura 1. Por último, foi realizada a mesma análise para cada uma das categorias de marcas (moda, cosméticos, suplementos e feiras).

O objetivo de tantas análises sucessivas foi identificar se há lógicas institucionais subjacentes a cada classe de palavras e como estas classes se relacionam entre si e com as marcas analisadas.

Figura 1 – Dendograma todas as postagens



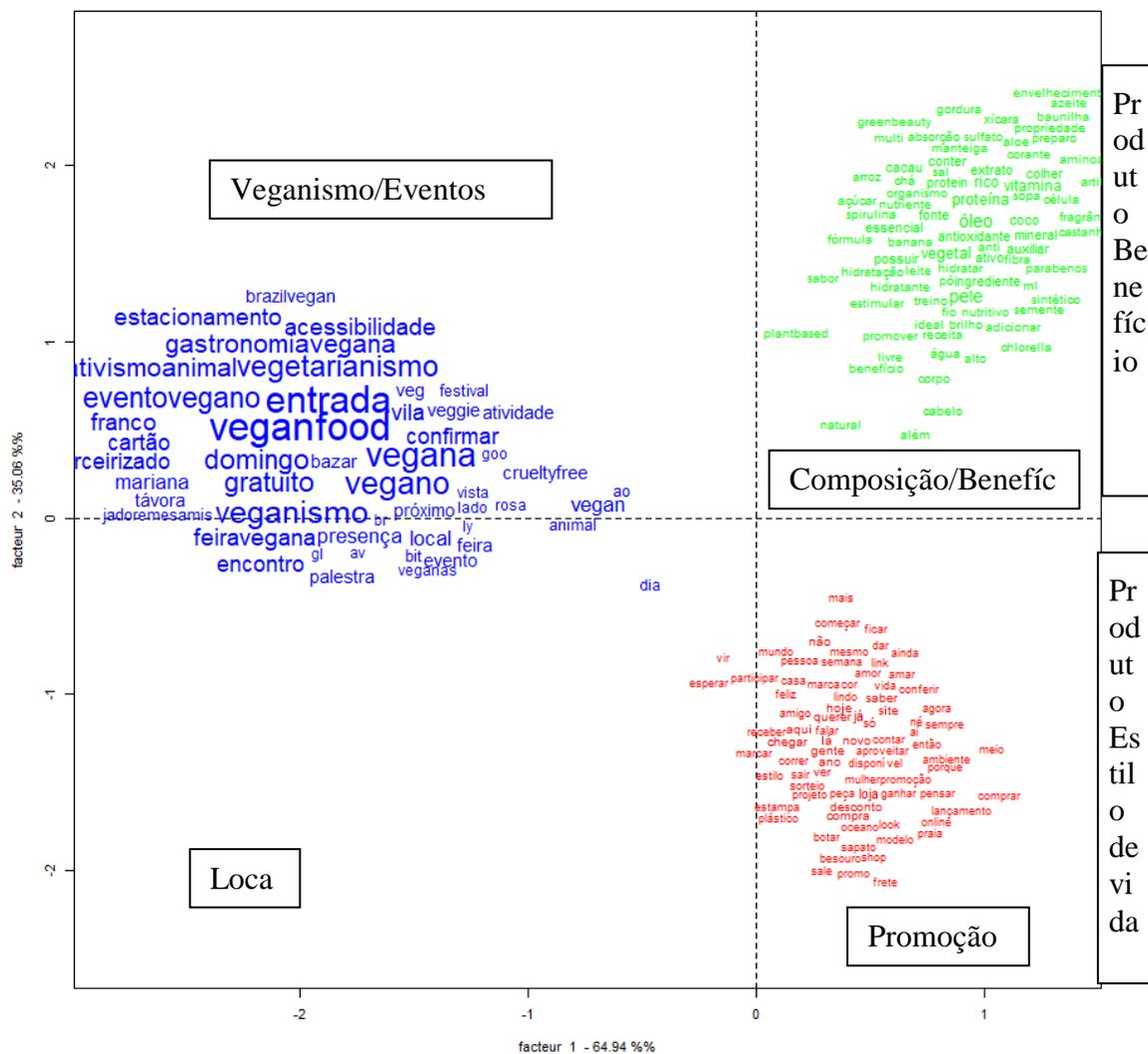
Fonte: Autor, 2020.

Na Figura 1 temos o dendograma de todas as postagens. Este dendograma apresenta três classes de palavras. A classe 1 refere-se mais a palavras usadas na promoção das marcas e produtos, de certo modo, refere-se como as marcas se comunicam com seus clientes por meio destas postagens. A classe 2 está no mesmo nível hierárquico da classe 1 e refere-se aos produtos em si e suas características. As palavras apresentadas estão mais relacionadas as cosméticos e suplementos, no entanto, podemos considerar como características dos produtos de todas as marcas presentes. A classe 3, em nível superior as outras duas, refere-se a aspectos do veganismo e, de certo modo, uma postura convidativa e inclusiva para o veganismo.

Pela Figura 1 já podemos perceber que o veganismo está no centro, pois é a classe superior as classes 1 e 2. Ou seja, apesar dos diversos produtos, é a lógica que conecta e sobrepõe as outras. Porém, de forma complementar e convergente, estão as promoções, ou forma como as marcas se comunicam com seus clientes, e os ingredientes do produto. É importante ressaltar aqui a presença dos ingredientes, pois o produto vegano parte do princípio de oferecer o mesmo benefício que um produto não vegano, mas utilizando ingredientes e uma produção vegana. Assim, faz sentido o foco estar no ingrediente não no benefício.

Analisando estes resultados sob uma óptica de meios e fins, a classe 1 é um meio para a venda, para o conhecimento do produto pelo público e, de certo modo, está relacionada a ordem institucional de mercado. Por sua vez, a classe 2 é um meio para o produto ganhe legitimidade como produto quanto seus resultados, mas, também ganhe legitimidade como produto vegano, uma vez que a diferença reside justamente no processo de produção e ingredientes utilizados. Por sua vez, classe 3 seria um fim, pois caracteriza estes produtos dentro do discurso alinhado ao veganismo. Mais adiante, podemos ver que o veganismo como lógica está mais alinhado a ordem institucional de comunidade, mas, pode ter também um lado mais egoísta quando se trata de sua vertente mais volta a saúde.

Figura 2 – Gráfico divisão das palavras por classes



Fonte: Autor, 2020.

A Figura 2 nos permite compreender melhor as três classes apresentadas no dendograma presente na Figura 1. Por ser uma representação sobre um plano cartesiano, pode-se perceber algumas variações de sentido de certos agrupamentos de palavras conforme sua posição nos planos e em seus quadrantes.

Com base em uma análise dos segmentos típicos de cada classe, a Figura 2 foi dividida nos seguintes quadrantes, começando pelo quadrante superior esquerdo e seguindo em sentido horário: Veganismo/Eventos, Composição/Benefício, Promoção, Local.

Apesar do quadrante Veganismo/Eventos conter palavras mais relacionadas a feiras, nele também foram agregadas *hashtags* comuns ao veganismo, o motivo disso é que as postagens

padrão das feiras é composta do título da feira, local e diversas *hashtags* sobre o modo de vida vegano, esta construção pode ser visto no excerto abaixo. No entanto, diversas destas *hashtags* são utilizadas em diversas outras postagens de outras marcas analisadas.

Cosméticos naturais, sem tóxicos, veganos no Mega Brechó Vegano e Feira Vegana de Cosméticos, Saúde e Beleza  confirme presença... Rua Joaquim Távora - Vila Mariana, próximo ao metrô Ana Rosa. Acessibilidade, Estacionamento terceirizado no local. A maioria dos expositores aceitam cartão de crédito. ENTRADA FRANCA. #tamarindovegan #br #MegaBrechoFeiraVegCosmSaudeBeleza #BelezaVegana #Vegan #Vegano #Vegana #VeganFood #EventoVegano #Veganismo #Vegetarianismo #AtivismoAnimal #GastronomiaVegana #Vegan #CosmeticosVegan #SalgadosVeganos #BrazilVegan #VilaMarianaVegan #JadoreMesAmis

Conforme o excerto acima, as postagens das feiras têm um formato semelhante, primeiro a indicação das atrações, ou temas, daquela edição da feira, seguido da data e endereço e, por último, uma profusão de *hashtags*. Vale ressaltar, justamente pelo uso das *hashtags*, que as feiras são um bom exemplo de como a complexidade institucional é um elemento que auxilia a disseminação do veganismo, pois, pelo uso das *hashtags* movimentos correlatos, como feminismo, ambientalismo, consumo sustentável e outros movimentos mais localizados, são associados ao veganismo, gerando uma promoção mútua e, também, uma legitimação mútua, pois facetas do veganismo aderem as lógicas subjacentes a estes movimentos ou, pelo menos, deveriam.

O segundo quadrante da Figura 2, referente a composição dos produtos e seus benefícios, reforça justamente que, apesar de ingredientes veganos, os produtos têm benefícios iguais, ou melhores, que os produtos tradicionais. Há ainda neste quadrante palavras relacionadas ao modo de preparo dos produtos, o que reforça seu caráter técnico. Abaixo um excerto de um texto típico deste quadrante.

Um poderoso alimento, rico em nutrientes e funcionalidades, como compostos antioxidantes, vitaminas e sais minerais. Para compor os ingredientes da linha Protein combinamos o Açaí com proteínas vegetais do arroz e da ervilha, que garantem um excelente perfil de aminoácidos essenciais.

No terceiro quadrante da Figura 2 encontramos a classe de palavras que se referem a promoção. No entanto, não apenas a promoção de produto, mas a promoção do estilo de vida

vegano também. Esta diferenciação se dá ao se movimentar verticalmente dentro do quadrante. Assim, mais abaixo no quadrante estão as palavras que se referem a promoção de produto e mais acima, a promoção do estilo de vida. O excerto abaixo é um segmento de texto típico da promoção de estilo de vida.

...É algo que a cada manhã renova seus votos de cuidar bem de si mesmo e te coloca novamente nos trilhos de um estilo de vida construtivo. Comece bem o seu dia.

Além disso, justamente pela promoção, seja do produto ou do estilo de vida, as postagens mais aderentes a este quadrante também possuem um estilo de falar mais próximo do consumidor, ao contrário do segundo quadrante, que possuía um estilo mais técnico, os textos típicos tem uma linguagem mais informal, como uma conversa com os seus clientes. Isto pode ser percebido no excerto abaixo.

Mas a gente sabe que você tem várias “diconas” também. Então, conta aí como você faz para economizar água quando cuida das plantinhas. #calceumacausa Novidade pulando por aqui. #scarabeus #poa # terracota.

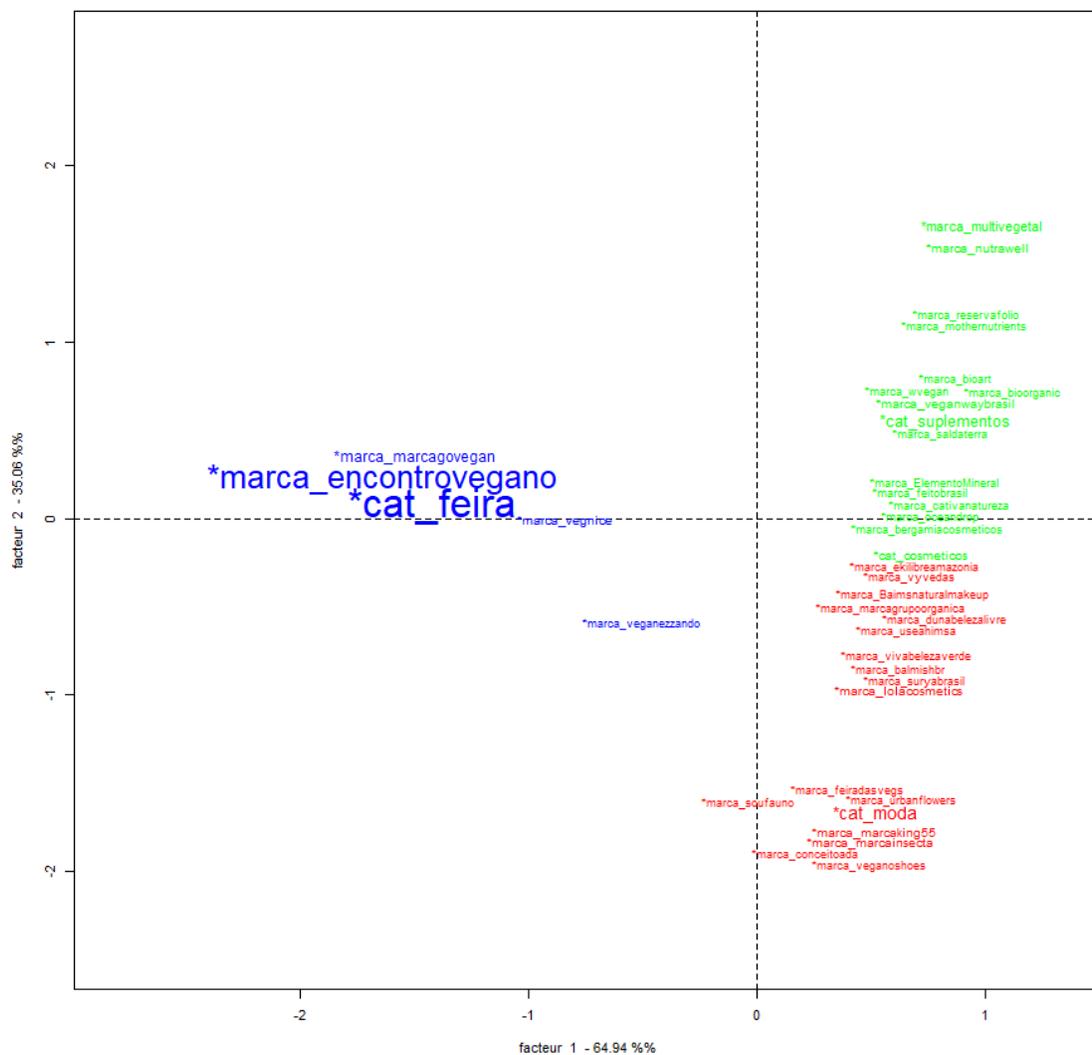
No quarto quadrante há poucas palavras, estas poucas palavras referem-se ao local, loja ou feira, ou ainda, ao ir a este local, como as palavras vir, esperar, marcar. Este quadrante é o único possui palavras de duas classes, classes 1 e 3, o que, de certo modo, faz sentido. Pois, conforme a Figura 3, as categorias moda e feira estão próximas a este quadrante, sendo que estas duas categorias estão mais relacionadas a locais físicos, seja a loja ou o local daquela edição da feira. As marcas das categorias cosméticos e suplementos, em sua maioria, não possuem lojas físicas, privilegiando a compra pelo site.

A Figura 3 nos apresenta como estão divididas as marcas e as categorias pelas classes de palavras encontradas. Além disso, uma característica do IRaMuTeQ é que podemos sobrepor estes gráficos. Assim, com base na análise feita até os momentos, podemos perceber que, por exemplo, as marcas Multivegetal e Nutrawell, de cosméticos e suplementos, respectivamente, baseiam sua comunicação em mostrar os benefícios do produto. Por sua vez, as marcas Elemento Mineral e Feito Brasil, ambas de cosméticos, privilegiam os ingredientes e processo de fabricação em sua comunicação. Além disso, a categoria suplementos, está no meio do quadrante, ou seja, apresenta tantos os ingredientes quanto seus benefícios. Vale destacar que este posicionamento é coerente com a realidade, pois quem consome suplementos busca ingredientes de qualidade e confiáveis, mas, além disso, busca resultados, seja emagrecimento, seja uma vida mais saudável, seja ainda resultados relacionados a rotina de um atleta.

A categoria moda, de um modo geral, foca mais na promoção, o que também faz sentido, uma vez que tem uma característica maior do varejo. No entanto, apoia-se no veganismo para promover mudança de estilo de vida. Pois, como outras marcas de moda tradicional, tem sua comunicação pautada nos lançamentos, *design*, mas, para aderir ao veganismo promove este estilo de vida como diferencial, seja pelo uso das *hashtags*, seja pelas dicas de estilo de vida. Este comportamento é semelhante das marcas de cosméticos, por isso esta categoria encontra-se perto da divisa entre os quadrantes dois e três. Ela precisa promover os produtos, muitas vezes de uma forma similar as marcas de moda, mas tem seu diferencial nos ingredientes e nos benefícios esperados. Além é claro, de muitas vezes promover mudanças de estilo de vida. No entanto, devido a características naturais dos ingredientes, estas mudanças de estilo de vida estão relacionadas também ao meio ambiente e sustentabilidade, além do veganismo. Isto pode ser percebido no excerto abaixo:

Nosso processo de extração é certificado e de origem natural e ecológico. São usados apenas solventes naturais e biodegradáveis, como a glicerina e as plantas, e os substratos não provenientes de nenhum organismo geneticamente modificado e nem pertencem a espécies a ameaçadas.

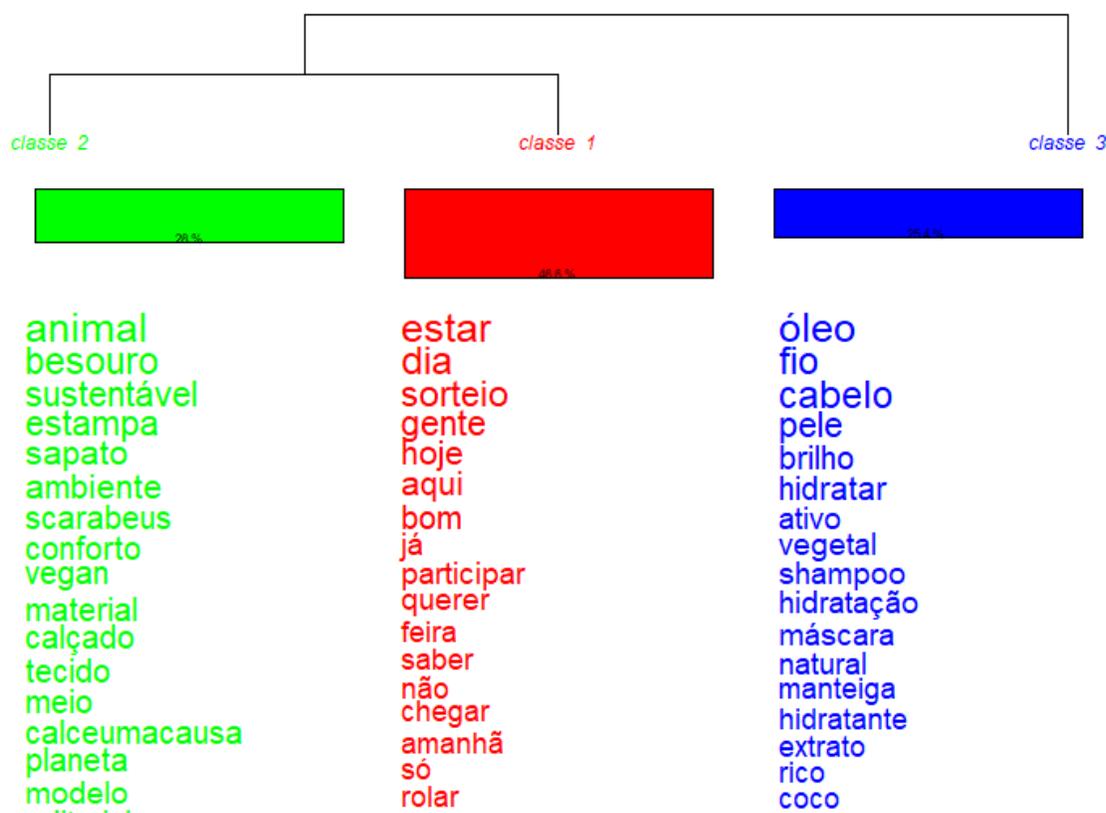
Figura 3 – Gráfico divisão das variáveis por classes



Fonte: Autor, 2020.

A mesma análise de Reinert foi feita em cada uma das classes de palavras encontradas ao analisar todas as postagens. Com base em cada uma das marcas presentes nas classes, conforme Figura 3, foram criados subgrupos com as marcas em suas respectivas categorias. Nestes subgrupos foram feitas novamente a análise de Reinert. As primeiras marcas a serem analisadas foram as presentes na classe 1 de palavras.

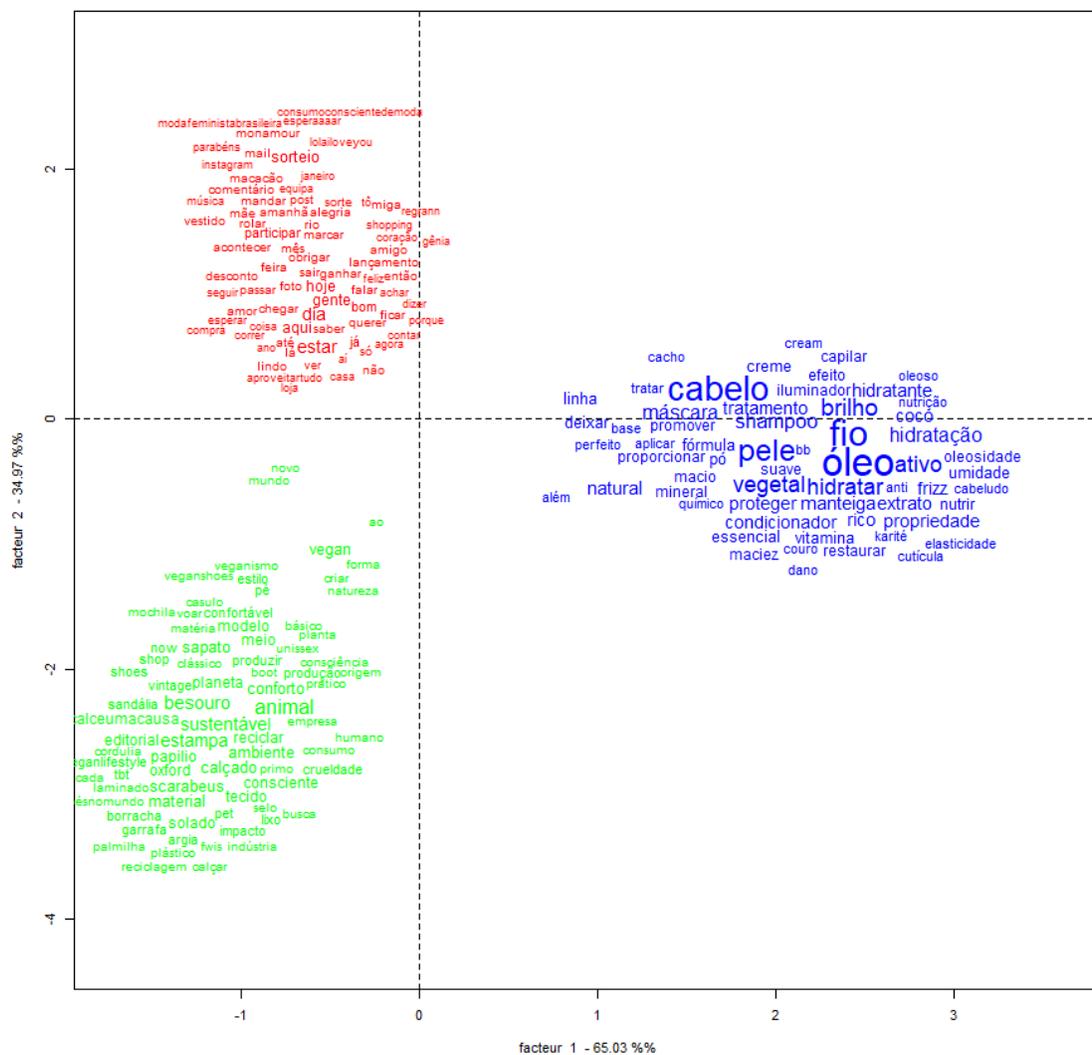
Figura 4 – Dendograma da Classe 1



Fonte: Autor, 2020.

A Figura 4 apresenta o dendograma da classe 1 de palavras. Este dendograma apresenta 3 classes, a classe 1 deste subgrupo reflete a classe como um todo, a promoção. São palavras que remetem a forma que os produtos, marcas e estilo de vida são promovidos. Além desta classe, há a classe 2 ela é semelhante a classe 2 da primeira análise, realizada com todas as postagens. Nela há destaque para os ingredientes e/ou insumos e os benefícios, no entanto, nesta classe há benefício ganha significado mais amplo, sendo o benefício do produto para o cliente, mas o benefício para o planeta, ou animais, ao escolher aquele produto. Por sua vez, a classe 3 está relacionado aos ingredientes, mas das marcas de cosméticos presentes nesta classe.

Figura 5 – Gráfico divisão das palavras da Classe 1



Fonte: Autor, 2020.

Na Figura, repetimos a análise de colocar as palavras de cada classe encontrada em um plano cartesiano. É importante ressaltar que nesta análise mais aprofundada em uma classe percebemos mais claramente elementos de hibridização de lógicas. Desde a palavras mais focadas nos ingredientes e benefícios, quadrantes a direita da figura, pertencentes a uma lógica utilitarista, mas que reforçam, por meio dos ingredientes e insumos uma postura vegana. A palavras, presentes nos dois nos extremos inferiores e superiores do lado esquerdo da figura.

No extremo inferior encontramos mais relacionadas a uma lógica sustentável, evidenciado pelas palavras reciclagem, impacto, pet etc. Estas palavras remetem a um modo de produção sustentável. O excerto abaixo ilustra esta hibridização:

A boa notícia é que tem reposição de *papilio mono black*, nosso clássico *Oxford* em versão fresquinha, feito com tecido de garrafa pet e algodão reciclado, sem gênero e vegano.

Além da lógica que remete a um modo de produção sustentável, o trecho acima tenta relacionar o produto a lógica vegana, mas uma lógica que conversa com as questões de gênero. Deste modo, através desta postagem a marca conversa com o usuário que compra pelo design, ao mencionar um clássico modelo Oxford, vale notar ainda que o design vem em primeiro plano, mas, além do design, este produto é feito de forma sustentável, é vegano e sem gênero. Assim, o processo de legitimação, essencial quando se fala em teoria institucional, ocorre pela hibridização destas 4 lógicas subjacentes, que são complementares em si.

Este trecho também abre margem para percebemos uma ideia de inovação, porém, esta ideia talvez fique mais clara no excerto a seguir.

Fazer um produto com matérias prima virgens e tudo zerado não nos parece lógico quando temos milhares de toneladas de resíduos têxteis todo ano e milhões de toneladas de garrafas pet por minuto no mundo. O melhor que podemos fazer é pensar em maneiras de reduzir estes impactos.

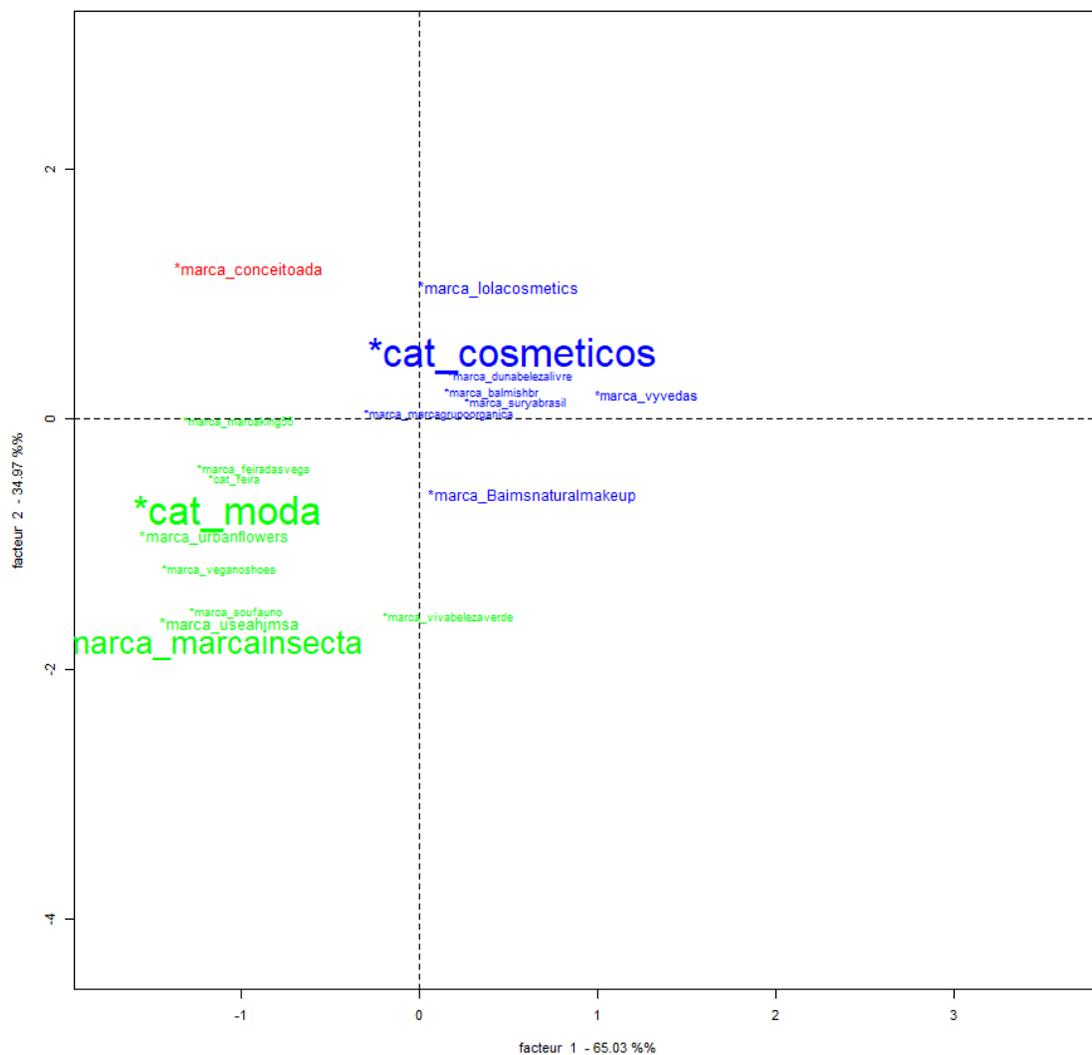
Estes trechos e outros presentes em outras postagens mostram que há uma ideia de inovação presente nesta nova forma de pensar a cadeia de produção. Passam a ideia de fazer algo diferente para gerar um produto diferente que esteja alinhado a algumas causas.

O quadrante superior direito está mais relacionado a promoção de produtos e ações de em loja. Além de manter aquele estilo citado anteriormente de falar mais próximo ao cliente. Mas, neste quadrante percebemos novamente a aproximação com outras lógicas correlatas. Estas lógicas podem ser vistas no excerto abaixo:

Todos os nossos tecidos são sustentáveis, produzidos por produtores brasileiros e todas as matérias primas são fabricadas aqui. A linda @glogermaite com nossa cropped Kathrine e nosso short Annie que será lançado em breve. #consumoconscientedemoda #empreendedorismofemininopoa #empreendedorismofemininors #modafeministavegana #modafeministabrasileira #modaveganars

Novamente, neste trecho podemos perceber a tentativa de falar do produto associando-o a um consumo consciente, mas voltado para comunidade, bem como alinhar a moda a lógicas feministas e emancipatórias.

Figura 6 – Gráfico divisão das marcas na Classe 1



Fonte: Autor, 2020.

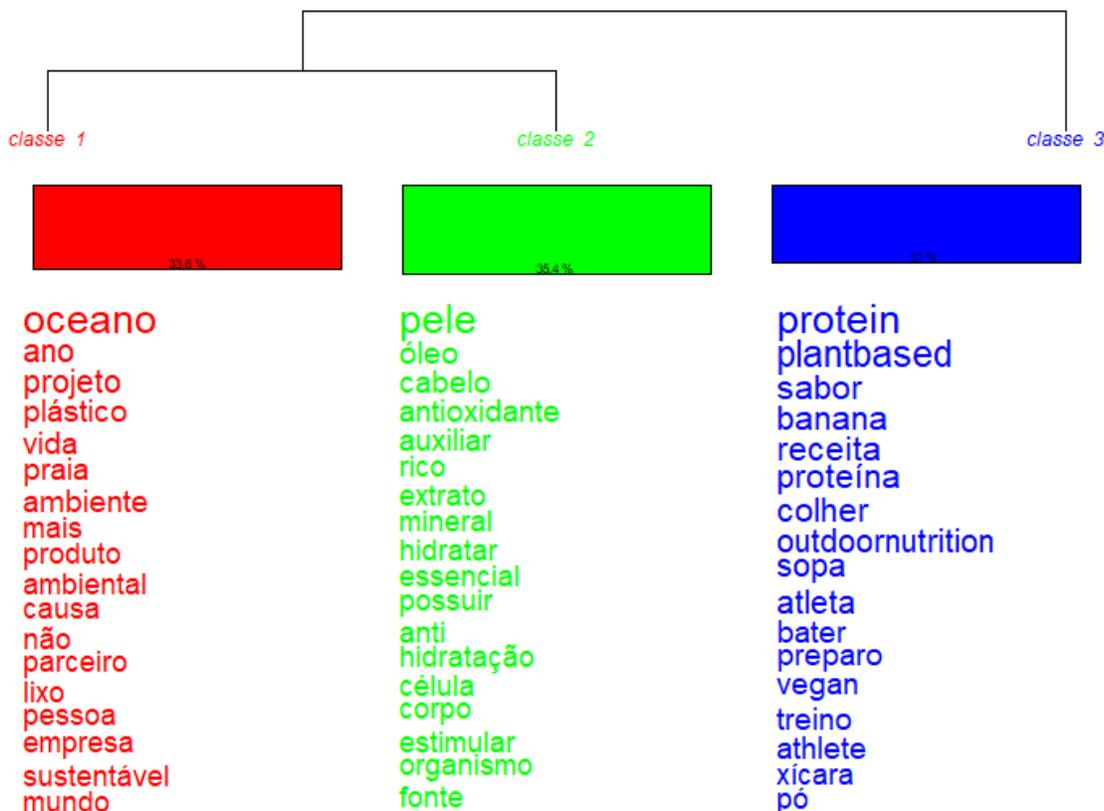
A Figura 6 mostra como as marcas e categorias estão dispostas no mesmo plano cartesiano. Nesta figura podemos perceber que a classe 3 é composta de marcas de cosméticos, que a classe 2 está mais relacionada a moda, no entanto temos uma marca de feiras, a Feira das VEGS, que possui um posicionamento mais alinhado a movimentos feministas e muito expositores de moda, por isso esta aproximação com a classe 2. Há ainda uma marca de cosméticos, a Viva Beleza Verde, que possui um discurso alinhado com sustentabilidade e produtos naturais.

A classe 3 é composta basicamente de uma marca, a ConceitoAda. Como podemos ver esta marca reforça não somente a produção sustentável, mas a relação com a comunidade e a

presença de outros movimentos, como o movimento feminista, além é claro, do movimento vegano.

Na Figura 7 realizamos a análise de Reinert com as marcas presentes na classe 2 da Figura 1. Novamente o resultado gerou 3 classes. A classe 1 deixa mais explícito a relação do veganismo com lógicas presentes em causas ambientais. A classe 2 retoma a descrição dos produtos, seus ingredientes e benefícios e classe 3, por sua vez está mais relacionada aos produtos e seu modo de prepara, sendo mais relacionada as marcas de suplemento.

Figura 7 – Dendograma Classe 2



Fonte: Autor, 2020.

A Figura 8 contém a representação em um plano cartesiano das palavras presentes na classe 2 divididas em suas respectivas novas classes. Vale ressaltar que nestas divisões as novas classes 1 e 3 estão totalmente abaixo do eixo X. Analisando estas classes, podemos perceber que abaixo X estão palavras referentes a ingredientes, elementos e benefícios dos produtos. Sendo produtos da categoria cosméticos do lado direito e suplementos do lado esquerdo.

Acima do eixo X há a classe 1 de palavras desta análise, nela podemos perceber palavras relacionadas ao meio ambiente e conservação ambiental. Além disso, as palavras desta classe

convidam o consumidor a fazer parte das ações para esta mudança. Podemos perceber estes elementos conforme o excerto abaixo:

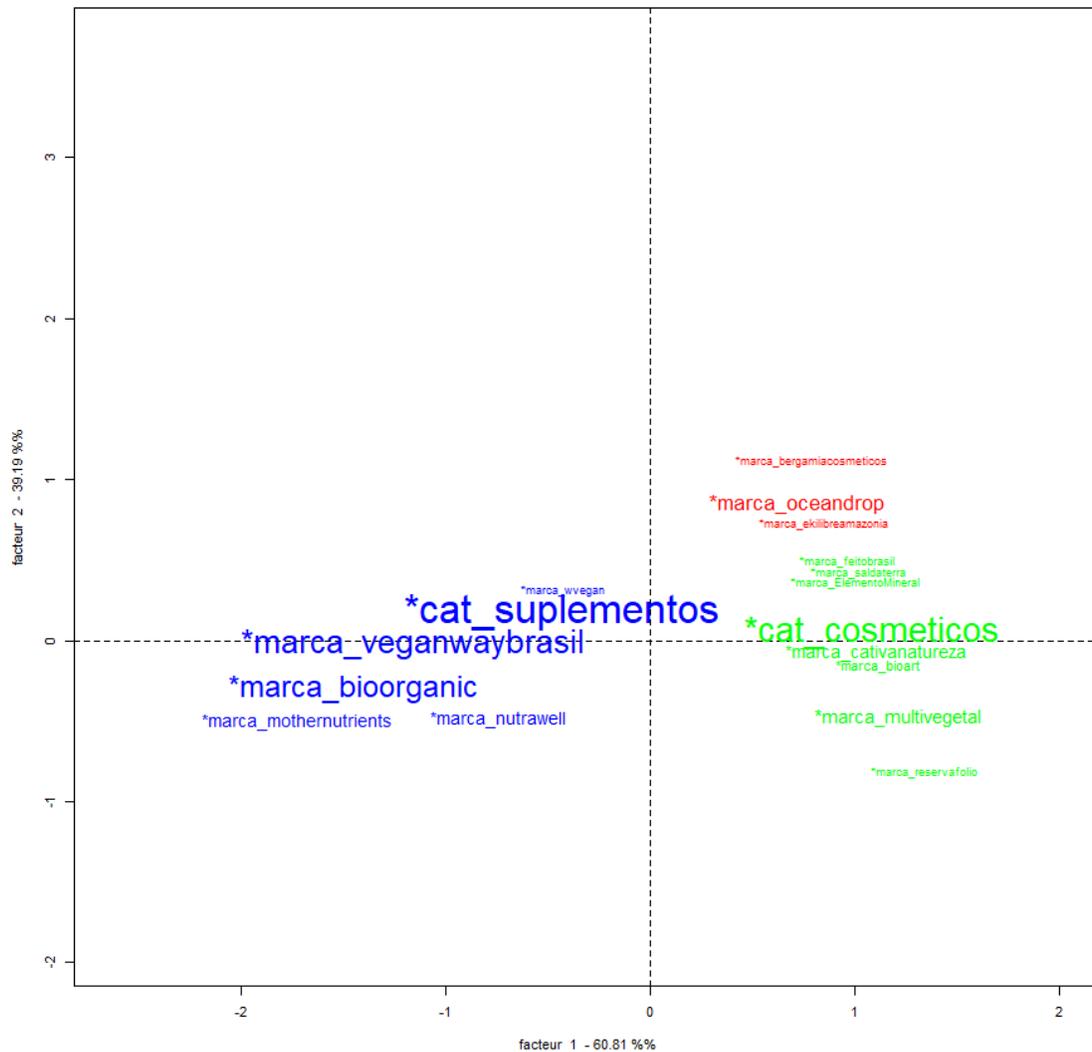
Procure estimular as pessoas a sua volta a praticar estas atitudes também. A força conjunta é a ferramenta da mudança. Na página da nossa causa você encontra os produtos com propósito e que ajudam a reduzir o uso de plásticos descartáveis e encontra nossos parceiros na proteção de praias e oceanos.

Novamente, além de elementos que remetem à lógica veganas, há a presença de um discurso que remete a uma lógica de proteção ambiental. Além disso, em consonância com esta lógica ambiental, percebemos a importância da comunidade nisso. Na verdade, podemos considerar uma lógica voltada para reciclagem e proteção ambiental como pertencente a ordem institucional da comunidade, conforme o modelo proposto por (Thornton et al., 2012).

Figura 8 – Gráfico divisão das palavras classe 2

suplementos, e as marcas Multivegetal e Reserva Fólio, de cosméticos, são mais voltadas as evidenciar seus ingredientes, insumos e processos. Por outro lado, as marcas acima do eixo X aliam esta descrição do produto a um posicionamento mais voltado a proteção ambiental.

Figura 9 – Gráfico das marcas da Classe 2



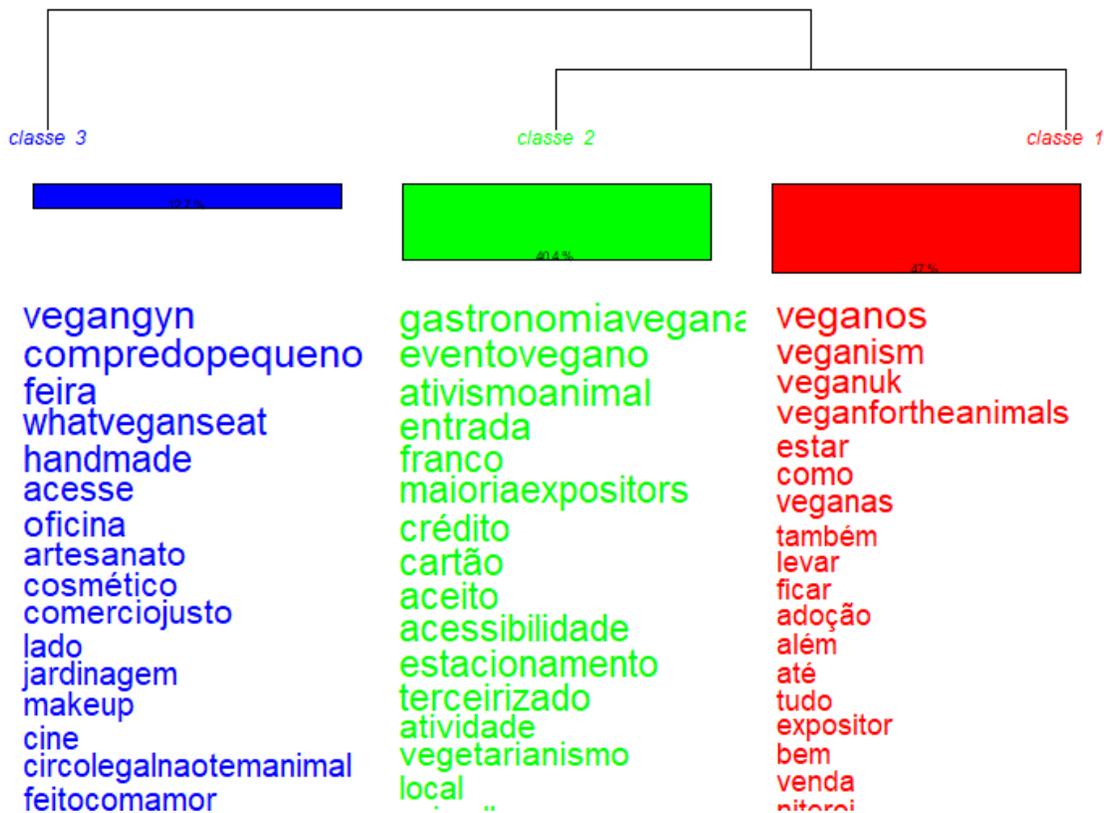
Fonte: Autor, 2020.

A mesma análise de Reinert foi aplicada a classe 3 da análise com todas as postagens, esta análise resultou e novas 3 classes de palavras. Em primeiro momento, pensando que o veganismo tem três focos principais: O bem estar dos animais, a saúde e o meio ambiente. Esta classe mostra e forma mais explícita a preocupação com os animais. Enquanto esta preocupação com os animais nas outras categorias ficava implícito nos ingredientes e processos de manufatura. Aqui

está mais explícito nas *hashtags* e em ações de adoção. O principal motivo para esta característica é porque esta classe é composta apenas por feiras.

A classe 1 encontrada nesta análise refere-se justamente a esta preocupação com os animais e o veganismo em si. Na classe 2 estão palavras que se referem aos chamarizes e conveniências de uma feira vegana. Por último, a classe 3 apresenta elementos provenientes de outra lógica que não a vegana, seja o artesanato seja o foco no pequeno produtor. Novamente, embora seja um posicionamento diferente de outras classes, estas lógicas derivam da ordem institucional de comunidade.

Figura 10 – Dendograma Classe 3



Fonte: Autor, 2020.

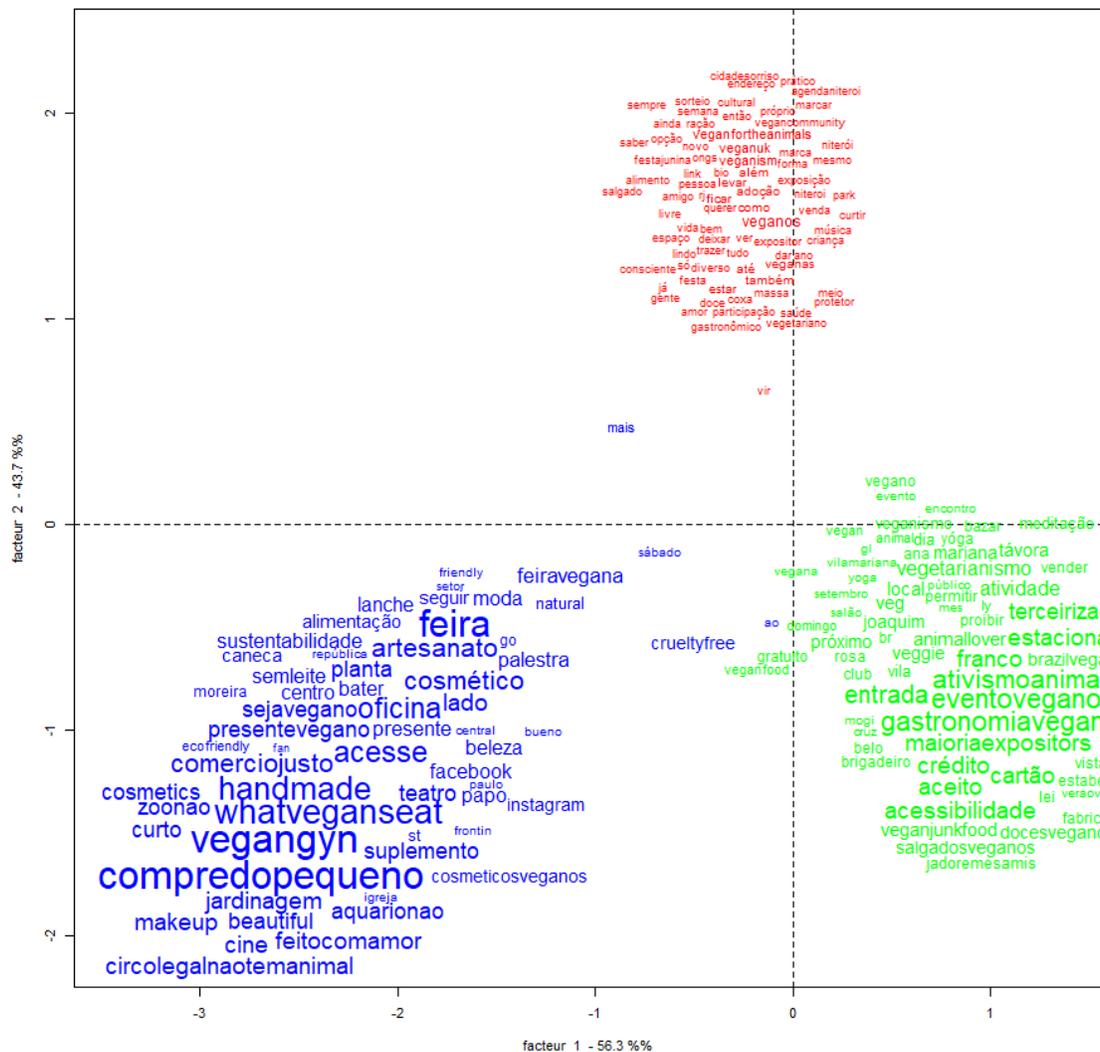
Conforme dito anteriormente, a classe 1 mostra um interesse mais específico nos animais. De certo modo, nas classes analisadas anteriormente, a preocupação com os animais estava implícita pelo uso das *hashtags*, nesta classe, esta preocupação vai além do uso das *hashtags*, podemos perceber isso no excerto abaixo:

Seu bichinho será super bem vindo e com certeza vai adorar passear pelo #reservaculturalniteroi e fazer novas amizades. Nosso evento é *pet friendly* vegano. #crueltyfree #vegano #veganos #vegan

#veganos #veganfood #veganuk #veganism #veganfortheanimals #veganismo #agendaniteroi
#feiravegana #vegetarianismo.

Além desta atenção aos animais, podemos perceber no gráfico presente na Figura 11 um discurso mais alinhado a elementos que evocam a diversão. Deste modo, a feira se torna um evento também. Na verdade, o que caracteriza as férias são justamente a diversidade de marcas, ações e opções, algo que está muito presente nesta classe.

Figura 11 – Gráfico divisão das palavras na classe 3



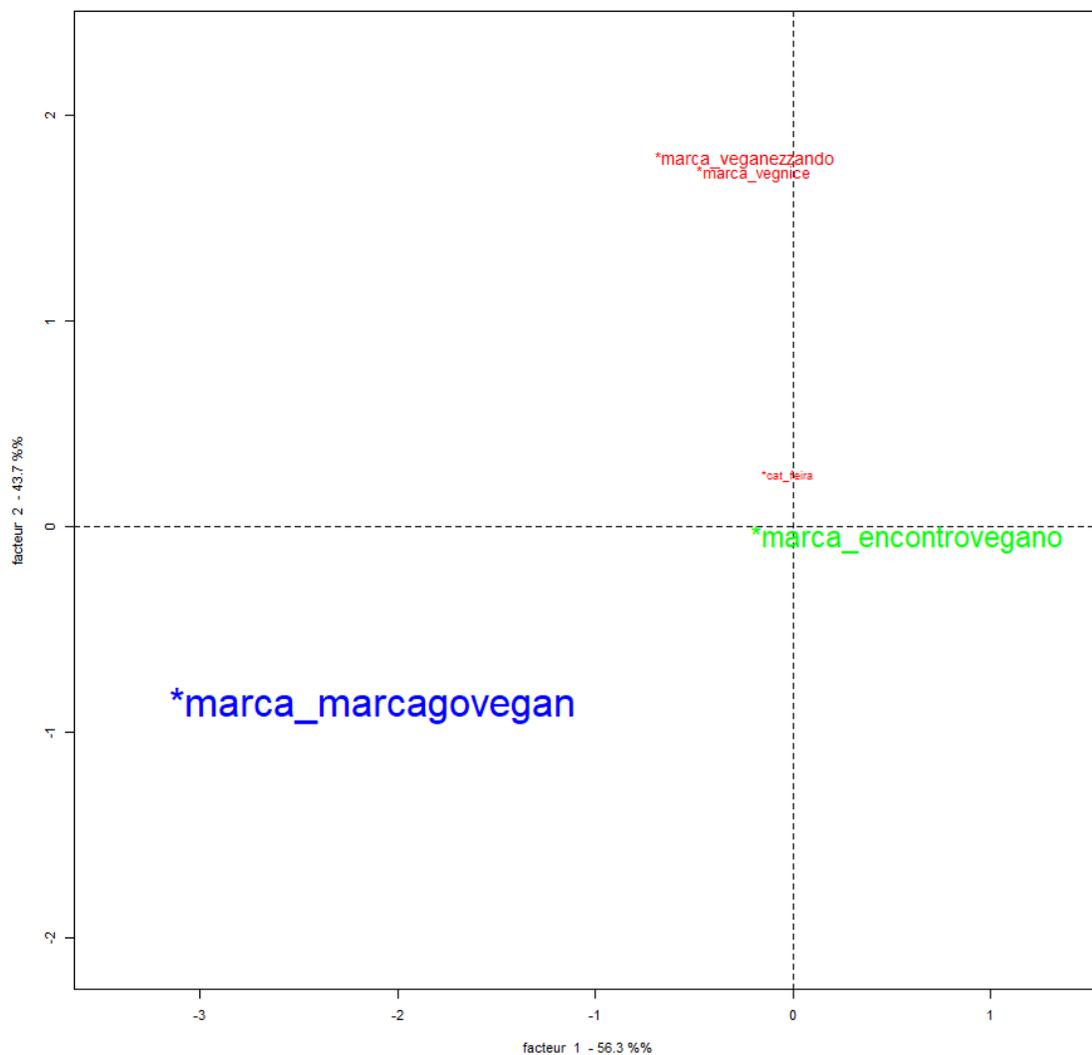
Fonte: Autor, 2020.

Assim como a classe 1, a classe 2, quadrante inferior direito da Figura 11, também mostra as atrações da feira em sua comunicação, no entanto, foca mais nas comodidades da feira. Como estacionamento, entrada franca, etc. Além disso, mostra como elemento da feira o yoga e

meditação. Por ser algo mais voltado para o indivíduo e saúde, o Yoga pode estar alinhado ao elemento do veganismo voltado a saúde.

Como as lógicas complementares as classes 1 e 2 foram, respectivamente, uma maior atenção aos animais e um foco na saúde e bem estar, na classe 3 a lógica complementar que aparece é voltada para a sustentabilidade e comunidade (pelos termos handmade e a #comprepequeno). De certo modo, na categoria feira, as postagens deixam explícito o tripé do veganismo: a preocupação com os animais, a preocupação com a saúde e bem estar e, por último, a preocupação com a sustentabilidade e meio ambiente. Aliás, ao invés de preocupação, podemos colocar como motivadores de um consumo vegano. Coloco consumo, pois não reflete necessariamente um modo de vida vegano por completo. Por exemplo, uma pessoa pode optar por um calçado vegano devido ao designer, sendo o posicionamento vegano como um diferencial sem a pessoa optar por um modo de vida vegano.

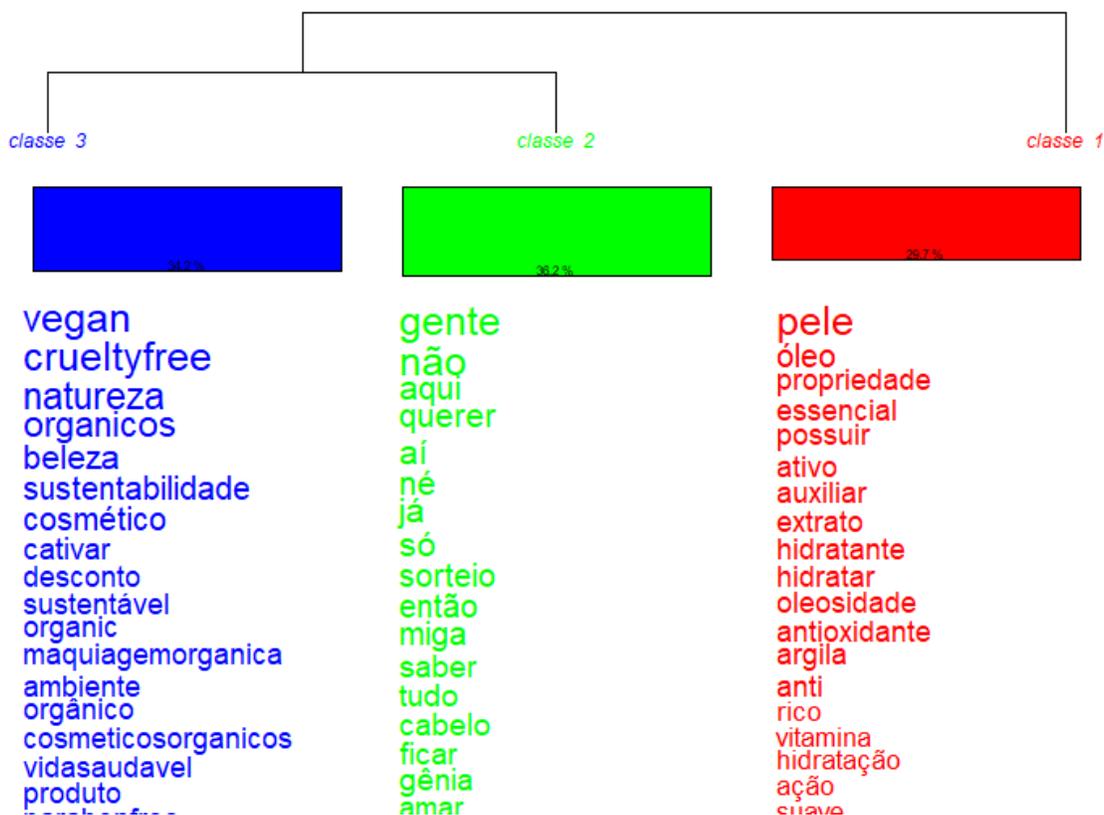
Figura 12 – Gráfico divisão das marcas na Classe 3



Fonte: Autor, 2020.

A Figura 12 mostra como as marcas estão divididas pelo mesmo plano cartesiano presente na Figura 11. Podemos perceber que as marcas estão bem separadas, um dos motivos que explique isso seja porque a feira é um reflexo da localidade, pois precisa de produtores locais de produtos veganos. Assim, os atrativos, produtos e discurso irá variar conforme região. Ao compararmos as Figuras 11 e 12 podemos ver, por exemplo, que a classe 1 faz menção ao Rio de Janeiro, a classe 2 a São Paulo e a classe 3 Goiânia. Assim, embora sejam da mesma categoria, faz sentido as marcas destas categorias estarem tão dispersas no gráfico.

Figura 13 – Dendograma categoria cosméticos

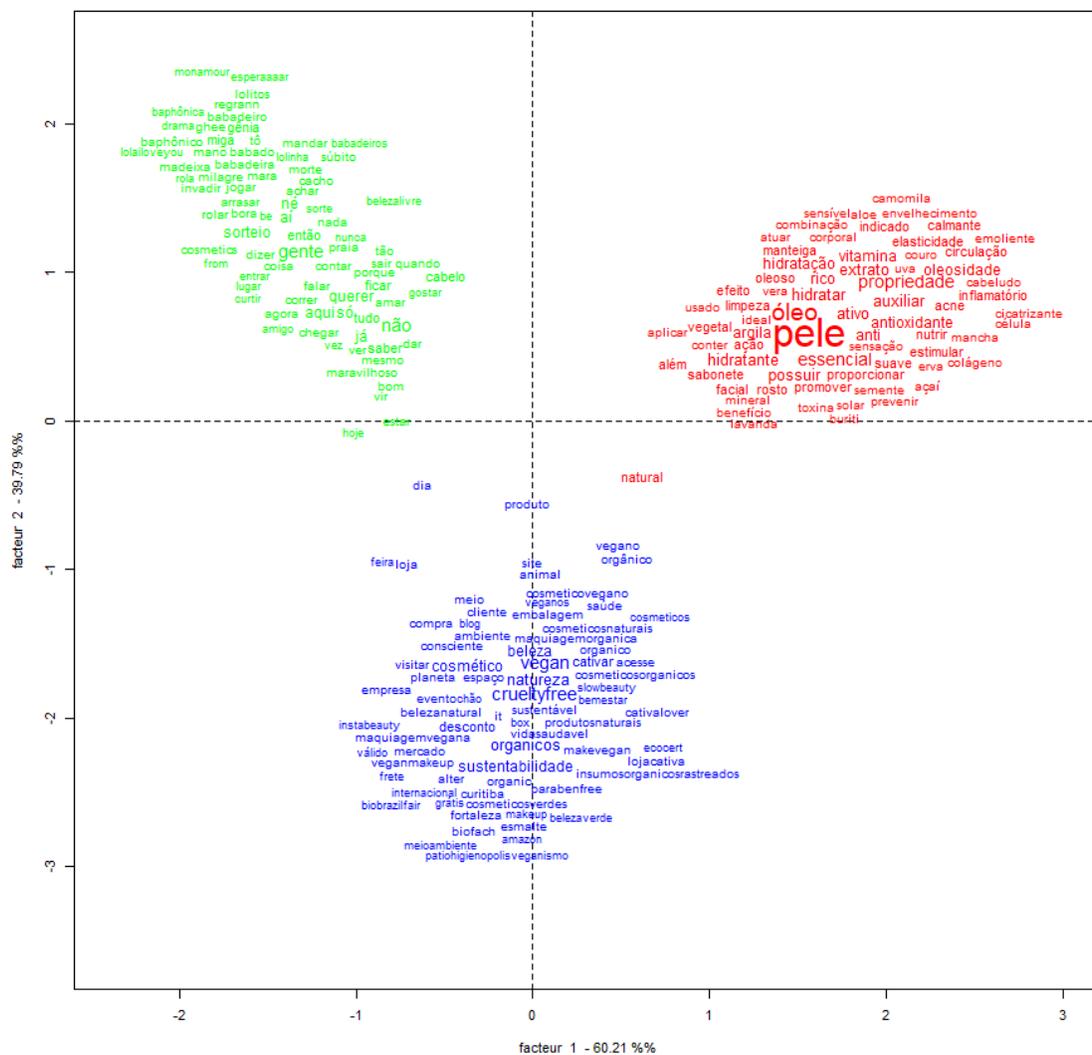


Fonte: Autor, 2020.

Buscando mais informações para análise, foi realizada a análise de Reinert em um subgrupo de postagens divididas pelas categorias: Cosméticos, Moda e Suplementos. Nesta análise a categoria de feiras gerou apenas duas classes e não foi possível realizar a análise.

A Figura 13 nos apresenta as classes de palavras das postagens das marcas de cosméticos. Foi gerada três classes. A classe 1 se refere aos ingredientes e benefícios dos produtos, a classe 2 da promoção/relacionamento com os clientes e classe 3 retoma a relação das marcas com o veganismo e as lógicas complementares a ele, como sustentabilidade, produtos orgânicos, foco no meio ambiente, saúde e bem estar. Assim, diferente, dos outros grupos e subgrupos, desta vez estas lógicas estão em uma posição mais basal em relação as outras classes, pois está num nível hierárquico inferior a classe que se refere a ingrediente e benefícios. A existência destas classes não é novidade, mas a forma que estão apresentadas aqui que é.

Figura 14 – Gráfico divisão das palavras da categoria cosméticos por classe



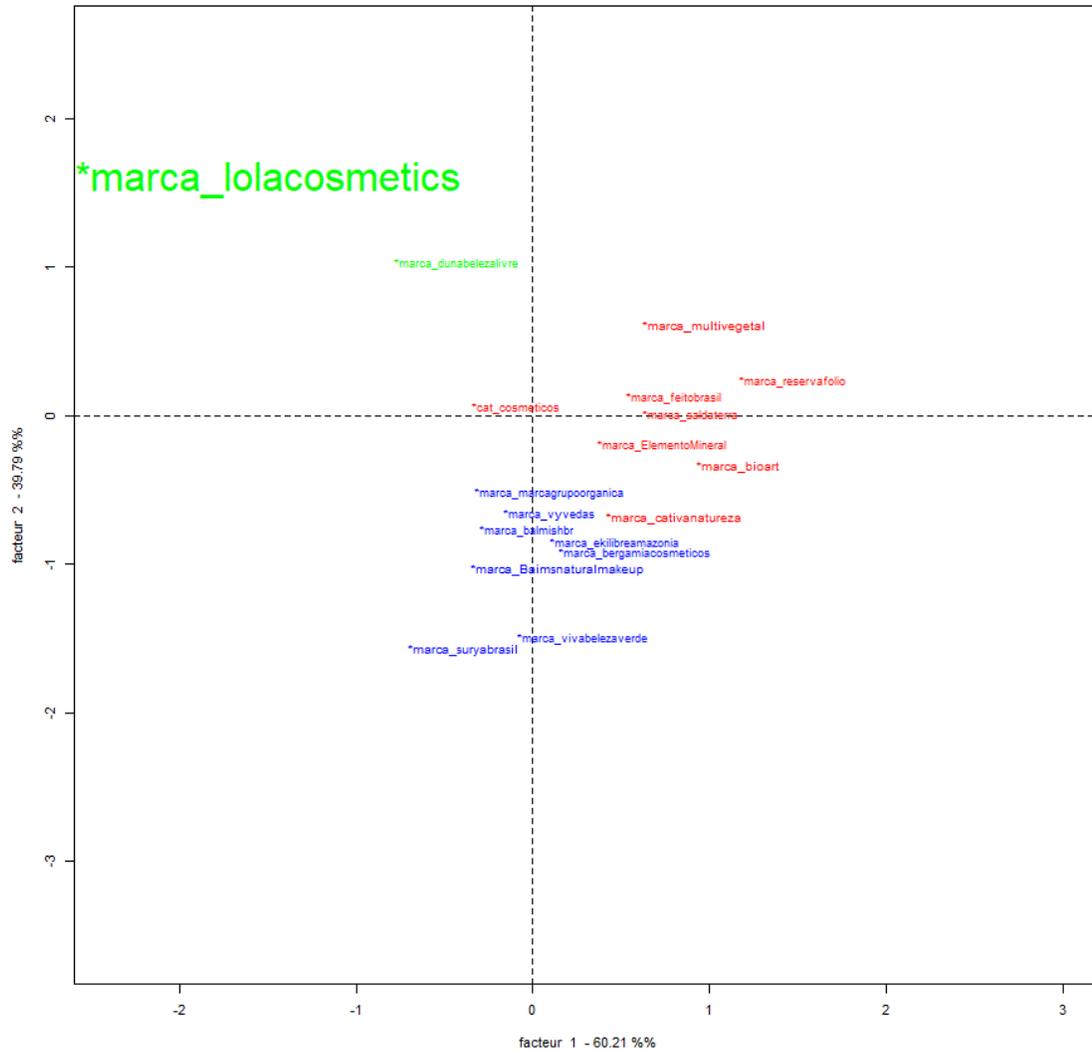
Fonte: Autor, 2020.

Tanto a classe 1 e 2 não diferem muito do que foi analisado até o momento, mas olhando com mais atenção a classe 3 na Figura 14 podemos notar que as palavras relacionadas as lógicas veganas, meio ambiente e vida saudável estão posicionadas exatamente no eixo Y, além disso, as palavras produto, beleza estão sob o mesmo eixo e palavra cosmético, que define esta categoria, está presente nesta classe e próxima ao eixo Y. Pode-se afirmar até que nesta classe está a essência de todo este subgrupo de postagens. Além disso, é justamente o eixo Y que divide as duas outros classes, opostas pelo eixo Y. Assim, podemos perceber que estes elementos são compartilhados pelas 3 classes.

Pode parecer um tanto óbvio isso, afinal estamos falando de marcas veganas, no entanto, este compartilhamento destas lógicas, reforça a hibridização do qual as marcas veganas se

beneficiam, uma vez que a palavra produto, palavra esta cujo um dos seus significados mais fortes reside na ordem institucional de mercado, ocupa a mesma posição, inclusive mais próximo das outras duas classes.

Figura 15 – Gráfico divisão das marcas da categoria cosméticas por classes



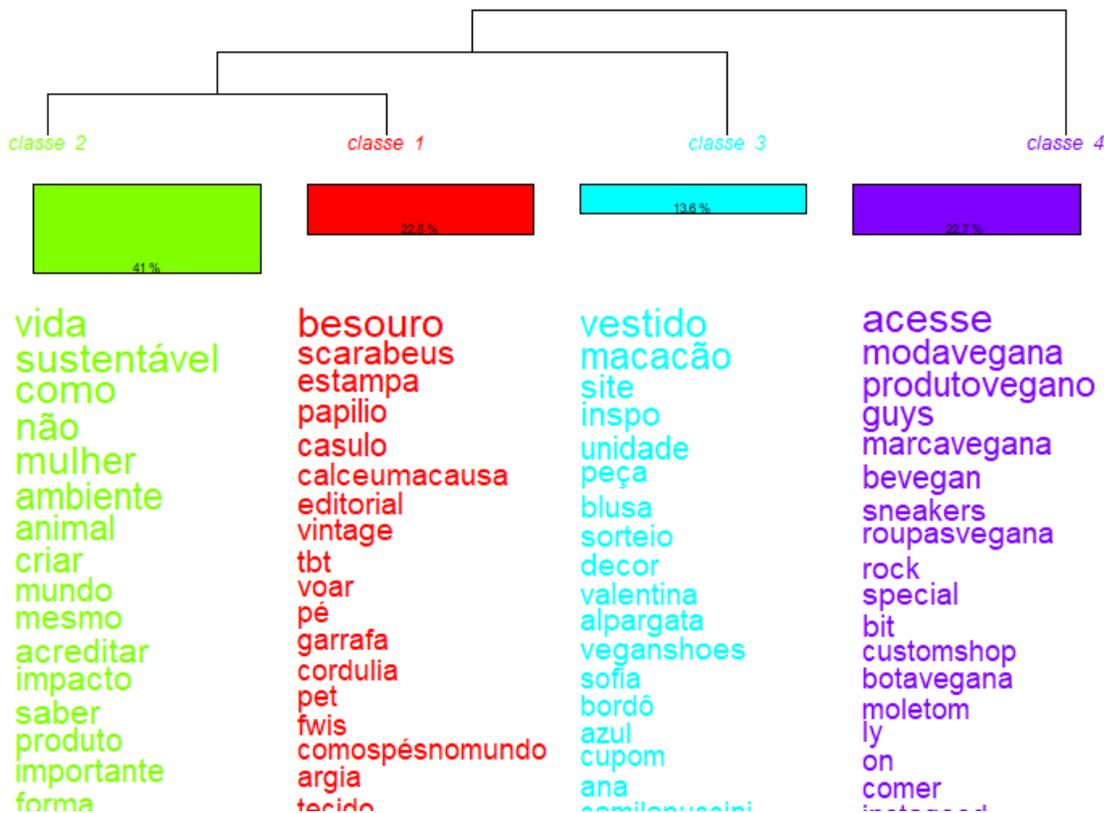
Fonte: Autor, 2020.

A Figura 15 apresenta as marcas presentes neste subgrupo de postagens. A maior parte das marcas encontram-se dentro das classes 1 e 3, pois estas classes referem-se aos ingredientes e seus benefícios e as lógicas veganas e complementares a elas, respectivamente. No entanto, duas marcas estão diretamente mais relacionadas a classe 2. Estas marcas possuem postagens mais de relacionamento e promoção de apresentação do produto. Inclusive na análise feita com todas as postagens, ambas as marcas aparecem mais próximas das marcas de moda, pois possuem uma

comunicação semelhante. Claro que há menções ao veganismo, mas muito mais pelo uso de *hashtags* do que expressões presentes no texto.

A Figura 16 mostra o dendograma que resulta da análise apenas das postagens das marcas de moda. Este dendograma possui 4 classes. Sendo as classes 1 e 2 um nível abaixo da classe 3 e estas abaixo da classe 4. É interessante ressaltar a relação entre a classe 2 e 4, de certo modo, elas expressam a relação entre lógicas convergentes. Na classe 4 temos, por meio das *hashtags*, a referência à lógica vegana. No entanto, diferente dos produtos cosméticos, as lógicas convergentes aparecem na classe 2, que é formadora da classe 4. As outras duas classes referem-se a elementos que já falamos aqui, produtos, processo de produção na classe 1 e produtos e promoção na classe 3.

Figura 16 – Dendograma categoria moda

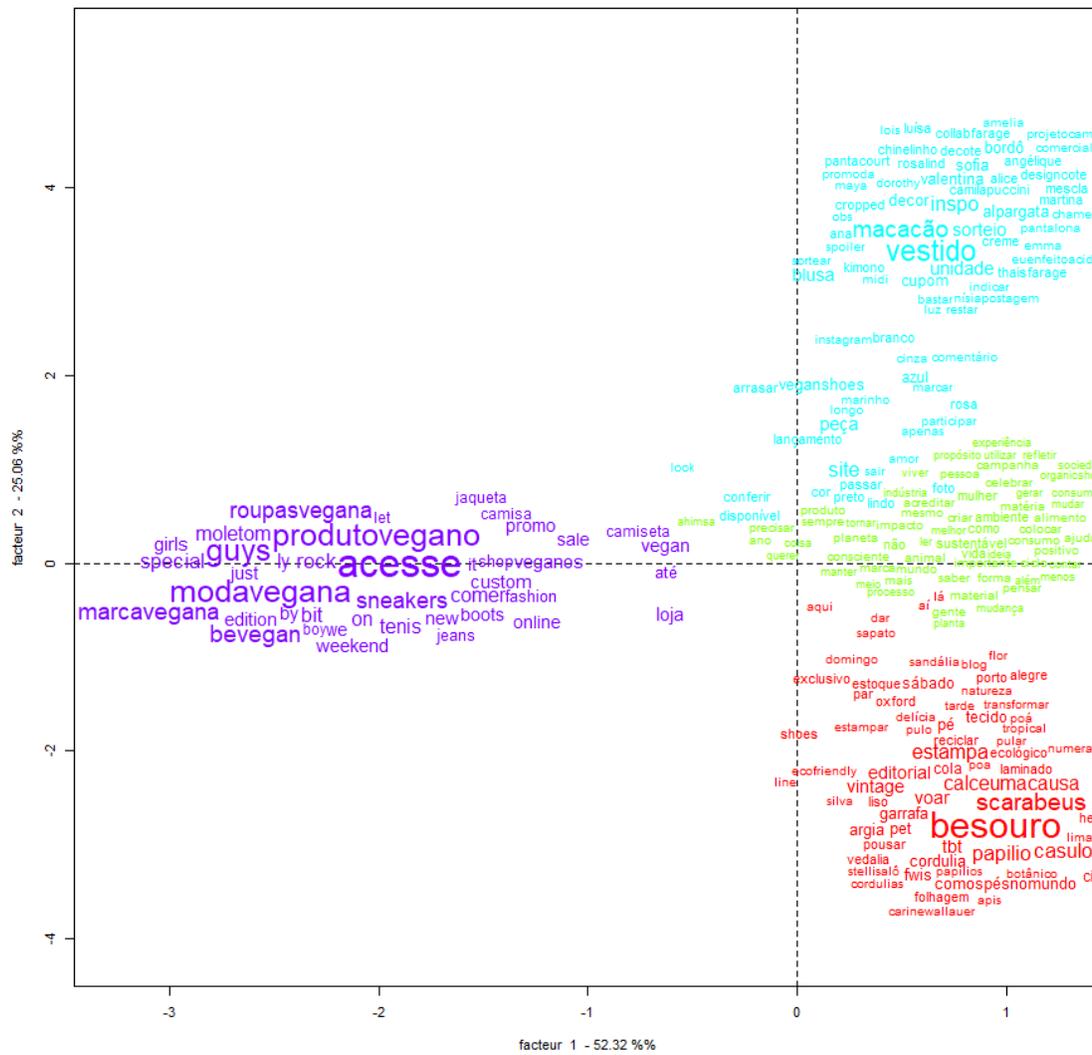


Fonte: Autor, 2020.

Vamos aprofundar um pouco a relação entre classes 2 e 4 analisando a Figura 17. Podemos perceber que as classes 1 e 3 estão quase que totalmente a direita do eixo y e em posições opostas em relação ao eixo x. No entanto, as classes 2 e 4 estão sobre o eixo x, conectando-se as classes 2 e 4. Novamente, isso reforça que a ideia de que todas as marcas, em

maior ou menor grau, estão alinhadas tanto as lógicas veganas, mas também as lógicas de sustentabilidade, meio ambiente e lógicas que suportam movimentos feministas.

Figura 17 – Gráfico divisão das palavras categoria moda

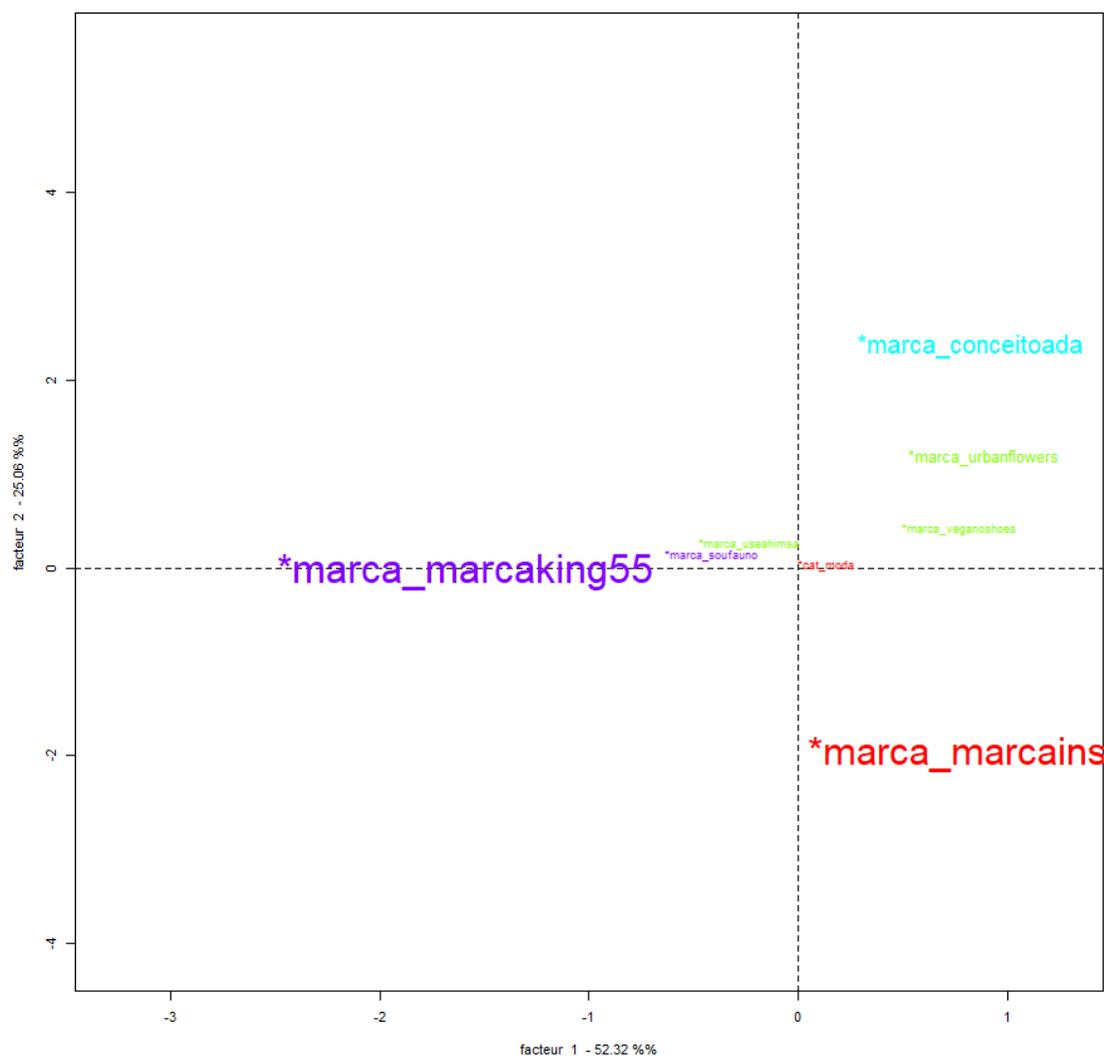


Fonte: Autor, 2020.

A classe 4 presente na Figura 17 tem entre os termos relacionados a ela, na maior parte, *hashtags*. Normalmente, nas postagens, as *hashtags* vão ao final do texto. Assim podemos pensar nelas como conclusões das ideias apresentadas, ou ainda, ideias que são dadas como certas devidos as comunicações anteriores da marca. Por exemplo, uma marca se apresenta em diversos momentos como vegana, ela não precisa colocar um texto sobre veganismo, pode apresentar um produto por meio de um texto e ao final da postagem colocar *hashtags* relacionados ao movimento vegano. De qualquer modo, a ideia ao movimento vegano foi passada antes das

hashtags, seja na mesma postagem, seja em postagens posteriores. Esta relação está colocada deste modo porque podemos dizer, com base nas Figuras 16 e 17, que a classe 2 são ideias, ou lógicas, subjacentes a lógica vegana presente na classe 4. Mais do que lógicas convergentes, a lógica vegana se fortalece e se mostra como o resultado da união das lógicas expressas na classe 2. Ademais, conforme a Figura 18, a presença da maior parte das marcas presentes nas categorias 2 e 4 reforçam a ideia expressas anteriormente.

Figura 18 – Gráfico divisão das marcas categoria moda



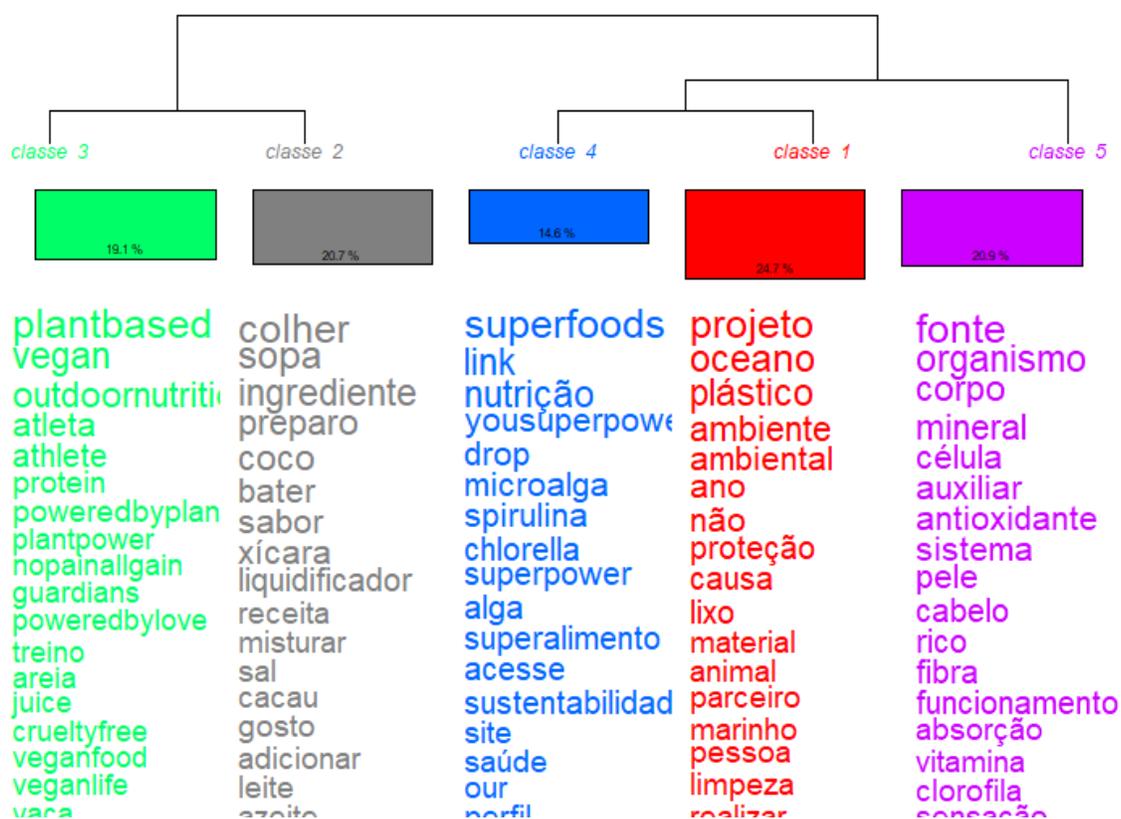
Fonte: Autor, 2020.

A Figura 19 apresenta o dendograma resultante da análise das postagens das marcas pertencente a categoria suplementos. No entanto, antes de descrever o dendograma cabe ressaltar que temos duas categorias de suplementos nesta análise, os suplementos que prover uma

alimentação mais balanceada a uma dieta vegana e os suplementos para exercícios físicos, inclusive para atletas de competição. Além disso, uma das marcas analisadas possui uma linha menor de produtos cosméticos.

Esta divisão entre estes dois tipos de produto é evidenciada nas pares formados pelas classes 2 e 3 e classes 1 e 4. As classes 2 e 3 referem-se aos suplementos para exercícios físicos (musculação, por exemplo), já a classe 1 e 4 são suplementos que podem ser utilizados para exercícios físicos também, mas agem principalmente como suplementos e uma dieta vegana. A classe 5, por sua vez, é complementar a esta ideia de suplementos para uma dieta vegana, além de ter palavras relacionadas a linha de cosméticos de uma das marcas.

Figura 19 – Dendograma categoria suplementos



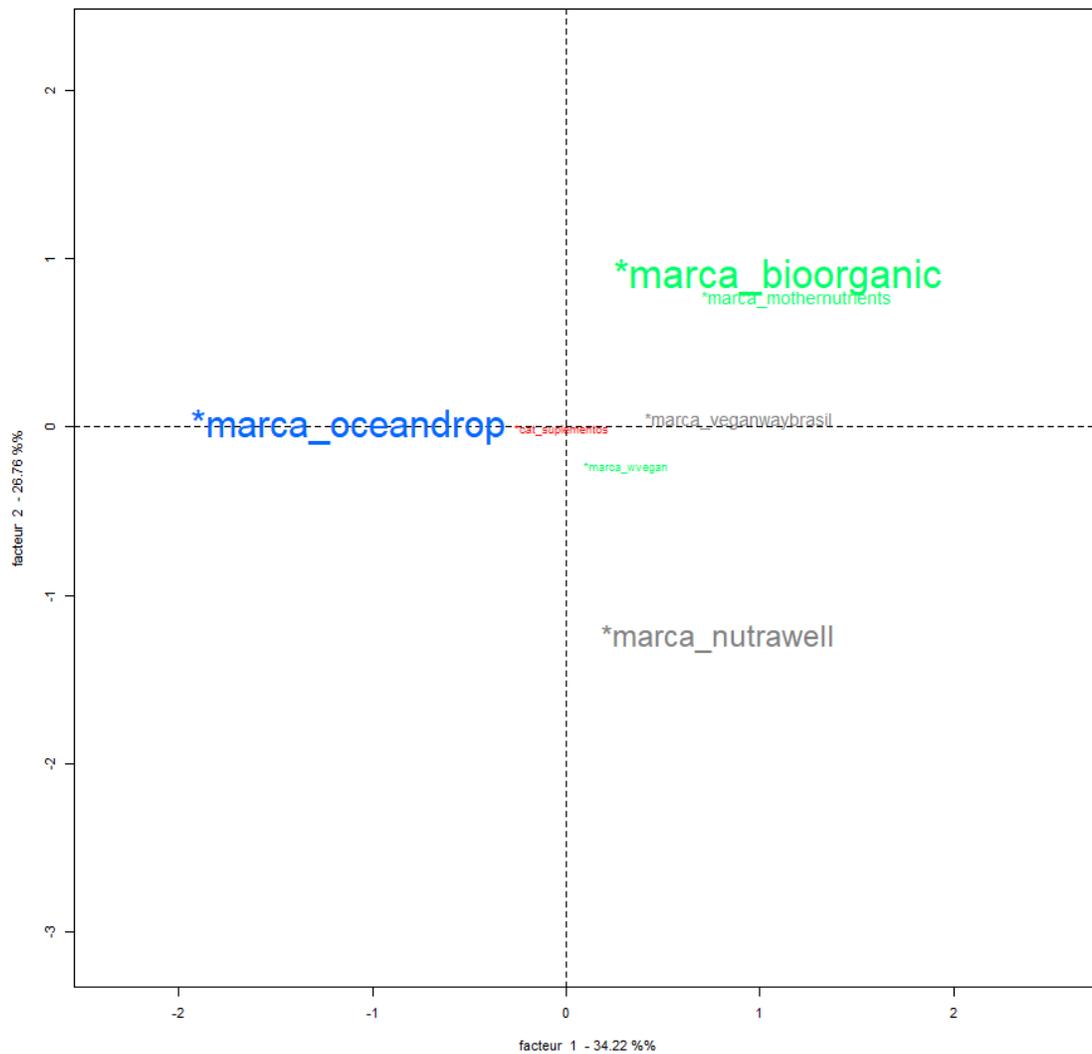
Fonte: Autor, 2020.

Por meio da Figura 20 podemos entender melhor as relações entre as classes encontradas. Primeiramente uma lógica, e um dos pés do veganismo, que está presente em todas as classes é a saúde e bem estar, afinal, dada a natureza e benefícios do produto isso está intrínseco as expectativas que estes produtos geram. Por isso que há mais menção a produtos baseados em plantas e naturais do que produtos que não são de origem animal, o que estava mais presentes nas outras categorias. Produtos baseados em plantas e de origem natural tendem a expressar mais a

Além disso, as palavras em maior destaque podem ser consideradas como *hashtags*, elementos implícitos e subjacentes as postagens.

Tanto as classes 5 e 2, conforme Figura 20, repetem aquele formato de ingrediente, processo e benefício do produto. E a classe 3 mostra de forma mais explícita as lógicas complementares ao veganismo. Mas, desta vez, coloca uma lógica mais relacionada ao desempenho esportivo.

Figura 21 – Gráfico divisão das marcas na categoria suplementos



Fonte: Autor 2020.

A Figura 21 mostra como as marcas estão distribuídas plano cartesiano. No entanto, não acrescenta muitas informações ao que já foi analisado.

5 DISCUSSÃO

Os dados analisados corroboram alguns elementos presentes tanto na teoria institucional quanto em outros trabalhos GI. Primeiro, podemos perceber que pela classificação hierárquica descendente a presença de diversas lógicas presentes nos discursos das marcas veganas e que estas lógicas variam de posição e força da influência conforme o segmento que atuam e de marca para marca. Em relação a GI, embora ela não apareça explicitamente, é possível perceber diversos elementos que a caracterizam, como práticas voltadas ao estilo de vida e movimento social, a preocupação com o meio ambiente e a importância da comunidade na disseminação de práticas (Davis et al., 2019; Hossain, 2018; Seyfang & Haxeltine, 2012).

Embora não tenha sido utilizado na análise vale citar aqui as duas entrevistas e visitas a feiras veganas realizadas antes da coleta dos dados secundários. Primeiro porque na entrevista feita com a proprietária da marca Insecta e nas duas visitas fica evidente o papel da comunidade, do nicho, pois as marcas testam justamente seus produtos no seu entorno antes de expandir, sendo uma das formas as feiras. Nas feiras há esta troca de informação muito grande, tanto que as palavras mais representativas da feira estavam relacionadas ao local, palavras cujo significado estava mais relacionado a comunidade e palavras que representavam o gesto de convidar. Tanto nas lógicas institucional, quanto na GI é fundamental ter este espaço onde os atores possam se encontrar e se mobilizar (Julie Battilana et al., 2009; Hossain, 2018; Micelotta et al., 2017), podemos considerar as feiras como uma importante manifestação do nicho, elemento para que as GI aconteçam e se disseminem (Hossain, 2018; Marletto & Sillig, 2019; Smith et al., 2014)

Além de ser uma representação do nicho, as feiras também são uma representação da hibridização das lógicas que suportam a expansão do movimento e produtos veganos. Isto pode ser percebido na Figura 11, no grupo mais relacionado as feiras podemos ver palavras que remetem a todas as lógicas que suportam o movimento vegano: sustentabilidade, a preocupação com os animais e a preocupação com a saúde e bem estar. Além disso, percebemos elementos que remetem a lógica de comunidade. Isto sugere que as feiras desempenham um papel importante de preparação, incubação e disseminação de práticas veganas.

Com base nos dados analisados é certo afirmar que há existe sim a hibridização de lógicas para impulsionar as marcas veganas. Podemos considerar, com base no Quadro 1, que as lógicas de sustentabilidade, as lógicas de consumo local e, até mesmo uma lógica de artesanato, muito presentes nas feiras, derivam da ordem institucional de comunidade. Mas, além disso, a lógica de produto está muito presente na comunicação das marcas de moda, suplemento e cosméticos, esta lógica, que evidencia as qualidades e diferenciais do produto, podem estar relacionadas a uma ordem de mercado e de profissão. E, conforme Meyer e Höllerer (2016), esta hibridização com base na ordem de mercado, pode surgir justamente pelas contradições e questionamentos cada vez mais presentes na forma como o mercado está organizado e como este extrai e utiliza os recursos, se relaciona com a mercado e persegue o lucro, ou ainda, como a profissão se relaciona ao mercado. Esta contradição fica mais claro na própria fala do proprietário da marca WVegan, onde ela quer ter uma marca forte, que faça sucesso, mas alinhadas aos valores veganos.

No entanto, apesar de emergir em contradições existentes, o veganismo não se apresenta como divergente as práticas de mercado. Embora não seja consenso, este posicionamento pode ser percebido tanto como as marcas divulgam seus produtos ao mercado, mas também estava presente nas entrevistas, mas também nas observações feitas nas duas visitas as feiras. Além disso, isso corrobora o trabalho de Marletto e Sillig, (2019), que apresenta o veganismo não como a substituição de um estilo de vida vegano sobre um estilo não vegano, mas como uma opção de estilo de vida para quem quer pensar em questões sobre o bem estar animal, sustentabilidade, bem estar e saúde. Esta permissividade com outras práticas apareceu nas duas entrevistas, nas quais, ambos os entrevistados disseram que o público vegano não tem preconceito com marcas não veganas que oferecem linhas veganas. Na verdade, este público se sente mais prestigiado e vê que há mais opções e com melhor preço para eles. Além disso, justamente pela forma que hibridização se apresenta, as próprias marcas se mostram amigáveis com o vegano ocasional ou ainda com os não veganos que consomem a marca com base em outros atributos como qualidade, designs ou questões ambientais.

Sobre as inovações, embora não tenha aparecido de forma muito clara nas postagens, estas se manifestam principalmente em adaptar um processo de produção não vegano, para um vegano. Por exemplo, para a Insecta um desafio foi conseguir produzir produtos com a mesma qualidade com materiais veganos. Então, foi necessário não apenas encontrar materiais substitutos, mas processos de produção para obter o melhor destes novos produtos. No entanto, diferente de

inovações normais, estas inovações ficaram na mão do fornecedor e está, segundo palavras da proprietária da marca, disponíveis para que qualquer empresa adote o mesmo processo. Pois, para a marca o diferencial são as estampas. Além disso, conforme observação nas feiras, há muita troca de conhecimento, é comum ver um expositor buscar o outro para trocar ideias de como realizar um determinado processo. Aliás, alinhado com uma lógica de artesanato, há um ganho de ser o ator respeitado, que dissemina informações, quase como um mestre.

Os dados coletados fornecem subsídio para mais uma incursão ao campo e novas entrevistas, pois, ficou presente e clara hibridização e como ela acontece, no entanto, não está claro como isso impacta a criação de e disseminação das inovações dentro de um contexto de GI. Um maior esclarecimento neste caso pode surgir de um aprofundamento das feiras, por meio de observações e entrevistas, inclusive considerando-a como uma manifestação do nicho, vendo como as práticas se disseminam entre os expositores, além disso, diversas das marcas analisadas ainda estão presentes em feiras ou já estiveram.

Considerando que as lógicas institucionais afetam tanto as organizações, quanto os indivíduos ao mesmo tempo, mas de forma diferente (Friedland & Alford, 1991; Thornton et al., 2012), podemos perceber que hibridização, no caso das marcas veganas, funciona para falar um público mais amplo, porém de forma convergente. Assim, vale também analisar como esta hibridização é percebida pelos consumidores. Por exemplo, embora o veganismo se baseie em três pontos principais: a preocupação com os animais, a preocupação com a saúde e a preocupação com a saúde e bem estar (Alloun, 2020; Marletto & Sillig, 2019). Poucos consumidores se preocupam com estes três elementos. Por exemplo, segundo o proprietário da WVegan, é comum ter um vegano que não faz coleta seletiva. Ou ainda, segundo proprietária da Insecta, é comum ter veganos que não conseguem nada de produto animal, mas tem sua alimentação baseada em pouco produtos industrializados que não se posicionam como veganos, mas não tem produtos de origem animal em sua composição, como refrigerantes e “salgadinhos”.

Por este comportamento é possível inferir que, apesar da hibridização de lógicas, a tomada de decisão de compra, ou consumo, pode muitas vezes basear em apenas uma das lógicas, não havendo nenhuma influência das outras. De certo modo, poderíamos falar de um “*decoupling* parcial”. Ou ainda, há o caso do vegano ocasional, que, embora se declare como vegano, em momentos em que não há alimentos veganos, ou outros produtos, ele consome um produto convencional. Ou ainda, o vegano que é vegano apenas em relação a alimentação, mas não em

relação a moda ou cosméticas. Enfim, há possibilidades de análise do resultado da hibridização de lógicas em um nível individual. Permitindo que haja espaço para estudos quantitativos, tão escassos em teoria institucional.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo identificar como as lógicas institucionais para o surgimento, aceitação e disseminação de GI no mercado vegano brasileiro. Embora haja a necessidade de mais dados primários para compreender como os exemplos de GI neste contexto aconteceu, os dados até o momento sugerem que aconteceu e a trajetória de sucesso do mercado vegano a estratégia de hibridização de lógicas como uma das responsáveis para este crescimento.

Embora as inovações não apareçam de forma explícita, elas aconteceram. Tantos os sapatos, como roupas, suplementos e cosméticos precisaram de inovação, seja para adaptar uma forma de produção para que esta fosse mais adequada ao estilo de vida vegano, seja na busca de novos materiais e insumos que tivessem o mesmo desempenho que suas contrapartes não veganas. Além disso, todas as lógicas convergentes que suportam as práticas das empresas veganas, fazem sentido dentro de um contexto de GI. Assim, podemos considerar estas inovações no contexto de GI e podemos considerar que parte do objetivo foi cumprido, pois parte das GI e como elas foi identificado.

Este cumprimento parcial dos objetivos sugere que este estudo tem limitações, talvez a principal delas seja a falta de dados primários para detalhar melhor como aconteceu este surgimento, aceitação e disseminação. No entanto, apesar desta limitação principal, este trabalho abre espaço para que seja investigado, inclusive de forma quantitativa, como os consumidores percebem estas lógicas coexistentes e como elas são responsáveis desde o comportamento de compra a até mesmo a mudança de comportamento para um modo de vida vegano. Por exemplo, uma vez que há espaços para estudos quantitativos em teoria institucional, poderia ser investigado se todas as lógicas influenciam na escolha de uma marca vegana ou apenas uma.

De modo geral este trabalho contribui e ainda tem potencial para contribuir mais profundamente para a prática ao descrever este mecanismo para os praticantes, assim, tornando mais claro o processo pelo qual ocorre o crescimento do mercados, seus componentes e relação

entre eles, contribuimos para que os empreendedores veganos melhorem seu negócio e obtenham maior êxito em sua prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ackroyd, S. (2009). Research designs for realist research. In D. A. Buchanan & A. Bryman (Eds.), *The SAGE Handbook of Organizational Research Methods* (pp. 532–548). London: Sage Publications Ltd.
- Alloun, E. (2020). Veganwashing Israel's Dirty Laundry? Animal Politics and Nationalism in Palestine-Israel. *Journal of Intercultural Studies*, 41(1), 24–41. <https://doi.org/10.1080/07256868.2019.1617254>
- Almandoz, J. (2014). Founding Teams as Carriers of Competing Logics: When Institutional Forces Predict Banks' Risk Exposure. *Administrative Science Quarterly*, 59(3), 442–473. <https://doi.org/10.1177/0001839214537810>
- Archer, M., Bhaskar, R., Collier, A., Lawson, T., & Norrie, A. (1998). *Critical Realism: Essential Readings*. Routledge. <https://doi.org/10.1163/156920601794750701>
- Ashraf, N., Ahmadsimab, A., & Pinkse, J. (2017). From Animosity to Affinity: The Interplay of Competing Logics and Interdependence in Cross-Sector Partnerships. *Journal of Management Studies*, 54(6), 793–822. <https://doi.org/10.1111/joms.12273>
- Bascle, G. (2016). Toward a Dynamic Theory of Intermediate Conformity. *Journal of Management Studies*, 53(2), 131–160. <https://doi.org/10.1111/joms.12155>
- Battilana, J., & Dorado, S. (2010). Building Sustainable Hybrid Organizations: The Case of Commercial Microfinance Organizations. *Academy of Management Journal*, 53(6), 1419–1440. <https://doi.org/10.5465/AMJ.2010.57318391>
- Battilana, Julie, & Casciaro, T. (2012). Change agents, networks, and institutions: A contingency theory of organizational change. *Academy of Management Journal*, 55(2), 381–398. <https://doi.org/10.5465/amj.2009.0891>
- Battilana, Julie, Leca, B., & Boxenbaum, E. (2009). How actors change institutions: Towards a theory of institutional entrepreneurship. *Academy of Management Annals*, 3(1), 65–107. <https://doi.org/10.1080/19416520903053598>
- Battilana, Julie, & Lee, M. (2014). Advancing Research on Hybrid Organizing – Insights from the Study of Social Enterprises. *The Academy of Management Annals*, 8(1), 397–441. <https://doi.org/10.1080/19416520.2014.893615>
- Bednar, M. K. (2012). Watchdog or Lapdog? A Behavioral View of the Media as a Corporate Governance Mechanism. *Academy of Management Journal*, 55(1), 131–150. <https://doi.org/10.5465/amj.2009.0862>
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1966). *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*. New York: Anchor Books.
- Bertels, S., & Lawrence, T. B. (2016). Organizational responses to institutional complexity stemming from emerging logics: The role of individuals. *Strategic Organization*, 14(4),

336–372. <https://doi.org/10.1177/1476127016641726>

- Besharov, M. L., & Smith, W. K. (2014). Multiple institutional logics in organizations: Explaining their varied nature and implications. *Academy of Management Review*, *39*(3), 364–381. <https://doi.org/10.5465/amr.2011.0431>
- Binder, A. (2007). For love and money: Organizations' creative responses to multiple environmental logics. *Theory and Society*, *36*(6), 547–571. <https://doi.org/10.1007/s11186-007-9045-x>
- Bitektine, A., & Haack, P. (2015). The “macro” and the “micro” of legitimacy: Toward a multilevel theory of the legitimacy process. *Academy of Management Review*, *40*(1), 49–75. <https://doi.org/10.5465/amr.2013.0318>
- Bjerregaard, T., & Luring, J. (2012). Entrepreneurship as institutional change: Strategies of bridging institutional contradictions. *European Management Review*, *9*(1), 31–43. <https://doi.org/10.1111/j.1740-4762.2012.01026.x>
- Boxenbaum, E., & Jonsson, S. (2008). Isomorphism, diffusion and decoupling. In R. Greenwood, C. Oliver, R. Suddaby, & K. Sahlin (Eds.), *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 78–98). London: Sage Publications Ltd.
- Bromley, P., & Powell, W. W. (2012). From Smoke and Mirrors to Walking the Talk: Decoupling in the Contemporary World. *The Academy of Management Annals*, *6*(1), 483–530. <https://doi.org/10.1080/19416520.2012.684462>
- Carlsson-Wall, M., Kraus, K., & Messner, M. (2016). Performance measurement systems and the enactment of different institutional logics: Insights from a football organization. *Management Accounting Research*, *32*, 45–61. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2016.01.006>
- Christensen, C. M. (1997). *Innovator's Dilemma: When New Technologies Cause Great Firms to Fail*. Harvard Business Review Press.
- Cloutier, C., & Langley, A. (2013). The Logic of Institutional Logics: Insights From French Pragmatist Sociology. *Journal of Management Inquiry*, *22*(4), 360–380. <https://doi.org/10.1177/1056492612469057>
- Costa, A. D. S. M. Da, Barros, D. F., & Martins, P. E. M. (2010). Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *Revista de Administração de Empresas*, *50*(3), 288–299. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902010000300005>
- Currie, G., & Spyridonidis, D. (2016). Interpretation of Multiple Institutional Logics on the Ground: Actors Position, their Agency and Situational Constraints in Professionalized Contexts. *Organization Studies*, *37*(1), 77–97. <https://doi.org/10.1177/0170840615604503>
- Dalpiaz, E., Rindova, V., & Ravasi, D. (2016). Combining Logics to Transform Organizational Agency. *Administrative Science Quarterly*, *61*(3), 347–392. <https://doi.org/10.1177/0001839216636103>
- Davis, J. L., Love, T. P., & Fares, P. (2019). Collective Social Identity: Synthesizing Identity Theory and Social Identity Theory Using Digital Data. *Social Psychology Quarterly*, *82*(3), 254–273. <https://doi.org/10.1177/0190272519851025>
- Delbridge, R., & Edwards, T. (2013). Inhabiting institutions: Critical realist refinements to

- understanding institutional complexity and change. *Organization Studies*, 34(7), 927–947. <https://doi.org/10.1177/0170840613483805>
- Dimaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147–160. <https://doi.org/10.2307/2095101>
- Doherty, B., Haugh, H., & Lyon, F. (2014). Social Enterprises as Hybrid Organizations: A Review and Research Agenda. *International Journal of Management Reviews*, 16(4), 417–436. <https://doi.org/10.1111/ijmr.12028>
- Douthwaite, B., Beaulieu, N., Lundy, M., & Peters, D. (2009). Understanding how participatory approaches foster innovation. *International Journal of Agricultural Sustainability*, 7(1), 42–60. <https://doi.org/10.3763/ijas.2009.0339>
- Drakopoulou Dodd, S., Wilson, J., Bhaird, C. M. an, & Bisignano, A. P. (2018). Habitus emerging: The development of hybrid logics and collaborative business models in the Irish craft beer sector. *International Small Business Journal: Researching Entrepreneurship*, 36(6), 637–661. <https://doi.org/10.1177/0266242617751597>
- Dunn, M. B., & Jones, C. (2010). Institutional Logics and Institutional Pluralism: The Contestation of Care and Science Logics in Medical Education, 1967–2005. *Administrative Science Quarterly*, 55(1), 114–149. <https://doi.org/10.2189/asqu.2010.55.1.114>
- Durand, R., & Jourdan, J. (2012). Jules or Jim: Alternative conformity to minority logics. *Academy of Management Journal*, 55(6), 1295–1315. <https://doi.org/10.5465/amj.2011.0345>
- Durand, R., & Khaire, M. (2017). Where Do Market Categories Come From and How? Distinguishing Category Creation From Category Emergence. *Journal of Management*, 43(1), 87–110. <https://doi.org/10.1177/0149206316669812>
- Edman, J. (2016a). Cultivating Foreignness: How Organizations Maintain and Leverage Minority Identities. *Journal of Management Studies*, 53(1), 55–88. <https://doi.org/10.1111/joms.12129>
- Edman, J. (2016b). Reconciling the advantages and liabilities of foreignness: Towards an identity-based framework. *Journal of International Business Studies*, 47(6), 674–694. <https://doi.org/10.1057/jibs.2016.29>
- Emirbayer, M., & Mische, A. (1998). What is agency? *The American Journal of Sociology*, 103(4), 962–1023.
- Fan, G. H., & Zietsma, C. (2017). Constructing a Shared Governance Logic: The Role of Emotions in Enabling Dually Embedded Agency. *Academy of Management Journal*, 60(6), 2321–2351. <https://doi.org/10.5465/amj.2015.0402>
- Feola, G., & Butt, A. (2017). The diffusion of grassroots innovations for sustainability in Italy and Great Britain: an exploratory spatial data analysis. *Geographical Journal*, 183(1), 16–33. <https://doi.org/10.1111/geoj.12153>
- Fisher, G., Kotha, S., & Lahiri, A. (2016). Changing with the Times: An Integrated View of Legitimacy and New Venture Life Cycles. *Academy of Management Review*, 41(3), 383–409. <https://doi.org/10.5465/amr.2013.0496>
- Fleetwood, S. (2014). Bhaskar and critical realism. In P. Adler, P. du Gay, G. Morgan, & M.

Reed (Eds.), *The Oxford Handbook of Sociology, Social Theory and Organization Studies*. Oxford: Oxford University Press.

- Fligstein, N., & McAdam, D. (2012). *A theory of fields*. New York: Oxford University Press.
- Friedland, R., & Alford, R. R. (1991). Bringing society back in: Symbols, practices, and institutional contradictions. In W. W. Powell & P. J. DiMaggio (Eds.), *The New Institutionalism in Organization Analysis*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Geng, X., Yoshikawa, T., & Colpan, A. M. (2016). Leveraging foreign institutional logic in the adoption of stock option pay among Japanese firms. *Strategic Management Journal*, 37(7), 1472–1492. <https://doi.org/10.1002/smj.2391>
- Giddens, A. (1984). *The constitution of society: Outline of the theory of structure*. Berkeley.
- Glanzel, W., & Czerwon, H. J. (1996). A new methodological approach to bibliographic coupling and its application to the national, regional and institutional level. *Scientometrics*, 37(2), 195–221. <https://doi.org/10.1007/BF02093621>
- Glynn, M. A., & Lounsbury, M. (2005). From the critics corner: Logic blending, discursive change and authenticity in a cultural production system. *Journal of Management Studies*, 42(July), 1031–1055. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2005.00531.x>
- Goodrick, E., & Reay, T. (2011). *Constellations of Institutional Logics: Changes in the Professional Work of Pharmacists*. *Work and Occupations* (Vol. 38). <https://doi.org/10.1177/0730888411406824>
- Greenwood, R., Diaz, A. M., Li, S. X., & Lorente, J. C. (2010). The Multiplicity of Institutional Logics and the Heterogeneity of Organizational Responses. *Organization Science*, 21(2), 521–539. <https://doi.org/10.1287/orsc.1090.0453>
- Greenwood, R., & Hinings, C. R. (1996). Understanding Radical Organizational Change: Bringing together the Old and the New Institutionalism. *The Academy of Management Review*, 21(4), 1022. <https://doi.org/10.2307/259163>
- Greenwood, R., Oliver, C., Sahlin, K., & Suddaby, R. (2008). Introduction. In R. Greenwood, C. Oliver, K. Sahlin, & R. Suddaby (Eds.), *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 1–46). London: Sage Publications.
- Greenwood, R., Raynard, M., Kodeih, F., Micelotta, E. R., & Lounsbury, M. (2011). Institutional Complexity and Organizational Responses. *Academy of Management Annals*, 5(1), 317–371. <https://doi.org/10.1080/19416520.2011.590299>
- Greve, H. R., & Zhang, C. M. (2017). Institutional Logics and Power Sources: Merger and Acquisition Decisions. *Academy of Management Journal*, 60(2), 671–694. <https://doi.org/10.5465/amj.2015.0698>
- Haveman, H. a. (1993). Follow the Leader: Mimetic Isomorphism and Entry Into New Markets. *Administrative Science Quarterly*, 38(4), 593. <https://doi.org/10.2307/2393338>
- Haveman, H. A., & Gualtieri, G. (2017). *Institutional logics*.
- Haveman, H. A., & Rao, H. (1997). Structuring a Theory of Moral Sentiments: Institutional and Organizational Coevolution in the Early Thrift Industry. *American Journal of Sociology*, 102(6), 1606–1651.

- Hossain, M. (2016). Grassroots innovation: A systematic review of two decades of research. *Journal of Cleaner Production*, 137(September 2015), 973–981. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.07.140>
- Hossain, M. (2018). Grassroots innovation: The state of the art and future perspectives. *Technology in Society*, 55, 63–69. <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2018.06.008>
- Husted, B. W., & Allen, D. B. (2006). Corporate social responsibility in the multinational enterprise: strategic and institutional approaches. *Journal of International Business Studies*, 37(6), 838–849. <https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8400227>
- Jansson, A. (2013). “Real Owners” and “Common Investors”: Institutional Logics and the Media as a Governance Mechanism. *Corporate Governance: An International Review*, 21(1), 7–25. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2012.00932.x>
- Jarneving, B. (2007). Bibliographic coupling and its application to research-front and other core documents. *Journal of Informetrics*, 1(4), 287–307. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2007.07.004>
- Jaskiewicz, P., Heinrichs, K., Rau, S. B., & Reay, T. (2016). To Be or Not to Be: How Family Firms Manage Family and Commercial Logics in Succession. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 40(4), 781–813. <https://doi.org/10.1111/etap.12146>
- Jay, J. (2013). Navigating Paradox as a Mechanism of Change and Innovation in Hybrid Organizations. *Academy of Management Journal*, 56(1), 137–159. <https://doi.org/10.5465/amj.2010.0772>
- Jolly, S., & Raven, R. (2013). Collective institutional entrepreneurship and contestations in wind energy in India. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 42, 47. <https://doi.org/10.1016/j.rser.2014.10.039>
- Joseph, J., Ocasio, W., & McDonnell, M.-H. (2014). The Structural Elaboration of Board Independence: Executive Power, Institutional Logics, and the Adoption of CEO-only Board Structures in US Corporate Governance. *Academy of Management Journal*, 57(6), 1834–1858. <https://doi.org/10.5465/amj.2012.0253>
- Kim, T.-Y., Shin, D., Oh, H., & Jeong, Y.-C. (2007). Inside the Iron Cage: Organizational Political Dynamics and Institutional Changes in Presidential Selection Systems in Korean Universities, 1985–2002. *Administrative Science Quarterly*, 52(2), 286–323. <https://doi.org/10.2189/asqu.52.2.286>
- Kodeih, F., & Greenwood, R. (2014). Responding to Institutional Complexity: The Role of Identity. *Organization Studies*, 35(1), 7–39. <https://doi.org/10.1177/0170840613495333>
- Koskela-Huotari, K., Edvardsson, B., Jonas, J. M., Sörhammar, D., & Witell, L. (2016). Innovation in service ecosystems-Breaking, making, and maintaining institutionalized rules of resource integration. *Journal of Business Research*, 69(8), 2964–2971. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2016.02.029>
- Lampel, J., Bhalla, A., & Ramachandran, K. (2017). Family values and inter-institutional governance of strategic decision making in Indian family firms. *Asia Pacific Journal of Management*, 34(4), 901–930. <https://doi.org/10.1007/s10490-017-9509-0>
- Leca, B., & Naccache, P. (2006). A Critical Realist Approach To Institutional Entrepreneurship. *Organization*, 13(5), 627–651. <https://doi.org/10.1177/1350508406067007>

- Lee, M.-D. P., & Lounsbury, M. (2015). Filtering Institutional Logics: Community Logic Variation and Differential Responses to the Institutional Complexity of Toxic Waste. *Organization Science*, 26(3), 847–866. <https://doi.org/10.1287/orsc.2014.0959>
- Lewis, S. C. (2012). The tension between professional control and open participation: Journalism and its boundaries. *Information, Communication & Society*, 15(6), 836–866. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.674150>
- Loewenstein, J., Ocasio, W., & Jones, C. (2012). Vocabularies and Vocabulary Structure: A New Approach Linking Categories, Practices, and Institutions. *Academy of Management Annals*, 6(1), 41–86. <https://doi.org/10.1080/19416520.2012.660763>
- Lok, J. (2010). Institutional Logics As Identity Projects. *Academy of Management Journal*, 53(6), 1305–1335. Retrieved from 10.5465/AMJ.2010.57317866
- Lounsbury, M. (2002). Institutional Transformation and Status Mobility: the Professionalization of the Field of Finance. *Academy of Management Journal*, 45(1), 255–266.
- Lounsbury, M. (2007). A Tale of Two Cities: Competing Logics and Practice Variation in the Professionalizing of Mutual Funds. *Academy of Management Journal*, 50(2), 289–307. <https://doi.org/10.5465/AMJ.2007.24634436>
- Luo, Y., Xue, Q., & Han, B. (2010). How emerging market governments promote outward FDI: Experience from China. *Journal of World Business*, 45(1), 68–79. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2009.04.003>
- Malsch, B., & Gendron, Y. (2013). Re-theorizing change: Institutional experimentation and the struggle for domination in the field of public accounting. *Journal of Management Studies*, 50(5), 870–899. <https://doi.org/10.1111/joms.12006>
- Manual, O. (2005). *The measurement of scientific and technological activities. Proposed Guidelines for Collecting and Interpreting Technological Innovation Data.*
- Marletto, G., & Sillig, C. (2019). Lost in Mainstreaming? Agrifood and Urban Mobility Grassroots Innovations with Multiple Pathways and Outcomes. *Ecological Economics*, 158(June 2018), 88–100. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2018.12.019>
- Martí, G. (2017). New Concepts for New Dynamics: Generating Theory for the Study of Religious Innovation and Social Change. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 56(1), 6–18. <https://doi.org/10.1111/jssr.12325>
- McPherson, C. M., & Sauder, M. (2013). Logics in Action: Managing Institutional Complexity in a Drug Court. *Administrative Science Quarterly*, 58(2), 165–196. <https://doi.org/10.1177/0001839213486447>
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340–363. <https://doi.org/10.2307/2778293>
- Meyer, R. E., & Höllerer, M. A. (2016). Laying a smoke screen: Ambiguity and neutralization as strategic responses to intra-institutional complexity. *Strategic Organization*, 14(4), 373–406. <https://doi.org/10.1177/1476127016633335>
- Micelotta, E., Lounsbury, M., & Greenwood, R. (2017). Pathways of Institutional Change: An Integrative Review and Research Agenda. *Journal of Management*, 43(6), 1885–1910.

<https://doi.org/10.1177/0149206317699522>

- Miller, D., Le Breton-Miller, I., & Lester, R. H. (2011). Family and Lone Founder Ownership and Strategic Behaviour: Social Context, Identity, and Institutional Logics. *Journal of Management Studies*, 48(1), 1–25. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2009.00896.x>
- Misangyi, V. F. (2016). Institutional complexity and the meaning of loose coupling: Connecting institutional sayings and (not) doings. *Strategic Organization*, 1476127016635481-. <https://doi.org/10.1177/1476127016635481>
- Misangyi, Vilmos F, Weaver, G. R., & Elms, H. (2008). Ending Corruption: The Interplay Among Institutional Logics, Resources, and Institutional Entrepreneurs. *Academy of Management Review*, 33(3), 750–770. <https://doi.org/10.5465/AMR.2008.32465769>
- Monaghan, A. (2009). Conceptual niche management of grassroots innovation for sustainability: The case of body disposal practices in the UK. *Technological Forecasting and Social Change*, 76(8), 1026–1043. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2009.04.003>
- Murray, F. (2010). The Oncomouse That Roared: Hybrid Exchange Strategies as a Source of Distinction at the Boundary of Overlapping Institutions1. *The American Journal of Sociology*, 116(2), 341–388. <https://doi.org/10.1086/653599>
- Nash, A. (1974). Local 1199, Drug and Hospital Union: An Analysis of the Normative and Institutional Orders of a Complex Organization. *Human Relations*, 27(6), 547–566. <https://doi.org/10.1177/001872677402700602>
- Nerur, S. P., Rasheed, A. A., & Natarajan, V. (2008). The intellectual structure of the strategic management field: an author co-citation analysis. *Strategic Management Journal*, 29(3), 319–336. <https://doi.org/10.1002/smj.659>
- Ocasio, W., & Radoynovska, N. (2016). Strategy and commitments to institutional logics: Organizational heterogeneity in business models and governance. *Strategic Organization*, 1476127015625040-. <https://doi.org/10.1177/1476127015625040>
- Ocasio, William, Loewenstein, J., & Nigam, A. (2015). How Streams of Communication Reproduce and Change Institutional Logics: The Role of Categories. *Academy of Management Review*, 40(1), 28–48. <https://doi.org/10.5465/amr.2013.0274>
- OECD and SCImago Research Group (CSIC). (2016). Compendium of Bibliometric Science Indicators. *OECD, Paris*.
- Oliver, C. (1991). Strategic Responses to Institutional Process. *Academy of Management Review*, 16(1), 145–179.
- Owen-Smith, J., & Powell, W. W. (2008). Networks and institutions. In R. Greenwood, C. Oliver, K. Sahlin, & R. Suddaby (Eds.), *Sage Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 596–623). London: Sage Publications Ltd.
- Pache, A.-C., & Santos, F. (2013). Inside the Hybrid Organization: Selective Coupling as a Response to Competing Institutional Logics. *Academy of Management Journal*, 56(4), 972–1001. <https://doi.org/10.5465/amj.2011.0405>
- Pahnke, E. C., Katila, R., & Eisenhardt, K. M. (2015). Who Takes You to the Dance? How Partners' Institutional Logics Influence Innovation in Young Firms. *Administrative Science Quarterly*, 60(4), 596–633. <https://doi.org/10.1177/0001839215592913>

- Patriotta, G., Gond, J.-P., & Schultz, F. (2011). Maintaining Legitimacy: Controversies, Orders of Worth, and Public Justifications. *Journal of Management Studies*, 48(8), 1804–1836. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2010.00990.x>
- Person, O., Danell, R., & Schneider, J. W. (2009). How to use Bibexcel for various types of bibliometric analysis. In F. Åström, R. Danell, B. Larsen, & J. W. Schneider (Eds.), *Celebrating scholarly communication studies: A Festschrift for Olle Persson at his 60th Birthday* (pp. 9–24). Leuven: International Society for Scientometrics and Informetrics.
- Pesquisa de Opinião Pública sobre Vegetarianismo*. (2018).
- Pesquisa do IBOPE aponta crescimento histórico no número de vegetarianos no Brasil. (2018). Retrieved from <https://www.svb.org.br/2469-pesquisa-do-ibope-aponta-crescimento-historico-no-numero-de-vegetarianos-no-brasil>
- Ramos-Rodríguez, A.-R., & Ruíz-Navarro, J. (2004). Changes in the intellectual structure of strategic management research: a bibliometric study of the *Strategic Management Journal*, 1980–2000. *Strategic Management Journal*, 25(10), 981–1004. <https://doi.org/10.1002/smj.397>
- Rao, H., Monin, P., & Durand, R. (2003). Institutional Change in Toque Ville: Nouvelle Cuisine as an Identity Movement in French Gastronomy. *American Journal of Sociology*, 108(4), 795–843.
- Reay, T., Jaskiewicz, P., & Hinings, C. R. (2015). How Family, Business, and Community Logics Shape Family Firm Behavior and “Rules of the Game” in an Organizational Field. *Family Business Review*, 28(4), 292–311. <https://doi.org/10.1177/0894486515577513>
- Reay, T., & Hinings, C. R. (2005). The recomposition of an organizational field: Health care in Alberta. *Organization Studies*, 26(3), 351–384. <https://doi.org/10.1177/0170840605050872>
- Reay, Trish, & Hinings, C. R. R. (2009). Managing the Rivalry of Competing Institutional Logics. *Organization Studies*, 30(6), 629–652. <https://doi.org/10.1177/0170840609104803>
- Reed, M. I. (2009). Critical Realism: Philosophy, Method, or Philosophy in Search of a Method? In D. A. Buchanan & A. Bryman (Eds.), *The SAGE Handbook of Organizational Research Methods* (pp. 430–448). London: Sage Publications Ltd.
- Reinert, M. (1990). Alceste une méthodologie d’analyse des données textuelles et une application: Aurelia De Gerard De Nerval. *Bulletin of Sociological Methodology/Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 26(1), 24–54. <https://doi.org/10.1177/075910639002600103>
- Rossetto, D. E., Bernardes, R. C., Borini, F. M., & Gattaz, C. C. (2018). Structure and evolution of innovation research in the last 60 years: review and future trends in the field of business through the citations and co-citations analysis. *Scientometrics*, 115(3), 1329–1363. <https://doi.org/10.1007/s11192-018-2709-7>
- Salviati, M. E. (2017). Manual do Aplicativo Iramuteq - Versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3. Planaltina.
- Scott, W. R. (2014). *Institutions and Organizations: Ideas, Interests, and Identities* (4^a). London: Sage Publications Ltd.
- Selznick, P. (1949). *TVA and the Grass Roots - A Study in the Sociology of Formal Organization*. University of California Press Berkeley and Los Angeles.

- Selznick, P. (1996). Institutionalism “Old” and “New.” *Administrative Science Quarterly*, 41(2), 270–277. <https://doi.org/10.2307/2393719>
- Seyfang, G., & Haxeltine, A. (2012). Growing grassroots innovations: Exploring the role of community-based initiatives in governing sustainable energy transitions. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 30(3), 381–400. <https://doi.org/10.1068/c10222>
- Seyfang, G., & Longhurst, N. (2016). What influences the diffusion of grassroots innovations for sustainability? Investigating community currency niches. *Technology Analysis and Strategic Management*, 28(1), 1–23. <https://doi.org/10.1080/09537325.2015.1063603>
- Seyfang, G., & Smith, A. (2007). Grassroots innovations for sustainable development: Towards a new research and policy agenda. *Environmental Politics*, 16(4), 584–603. <https://doi.org/10.1080/09644010701419121>
- Skelcher, C., & Smith, S. R. (2015). Theorizing hybridity: Institutional logics, complex organizations, and actor identities: The case of nonprofits. *Public Administration*, 93(2), 433–448. <https://doi.org/10.1111/padm.12105>
- Smets, M., Jarzabkowski, P., Burke, G. T., & Spee, P. (2015). Reinsurance Trading in Lloyd’s of London: Balancing Conflicting-yet-Complementary Logics in Practice. *Academy of Management Journal*, 58(3), 932–970. <https://doi.org/10.5465/amj.2012.0638>
- Smith, A., Fressoli, M., & Thomas, H. (2014). Grassroots innovation movements: Challenges and contributions. *Journal of Cleaner Production*, 63, 114–124. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.12.025>
- Sonpar, K., Pazzaglia, F., & Kornijenko, J. (2009). The Paradox and Constraints of Legitimacy. *Journal of Business Ethics*, 95(1), 1–21. <https://doi.org/10.1007/s10551-009-0344-1>
- Suchman, M. C. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *The Academy of Management Review*, 20(3), 571. <https://doi.org/10.2307/258788>
- Suddaby, R., & Greenwood, R. (2009). Methodological issues in researching institutional change. In D. A. Buchanan & A. Bryman (Eds.), *The SAGE Handbook of Organizational Research Methods* (pp. 176–195). London: Sage Publications Ltd.
- Thijs, B., Zhang, L., & Glänzel, W. (2015). Bibliographic coupling and hierarchical clustering for the validation and improvement of subject-classification schemes. *Scientometrics*, 105(3), 1453–1467. <https://doi.org/10.1007/s11192-015-1641-3>
- Thornton, P. H. (2002). The rise of the corporation in a craft industry: Conflict and conformity in institutional logics. *Academy of Management Journal*, 45(1), 81–101. <https://doi.org/10.2307/3069286>
- Thornton, P. H., & Ocasio, W. (1999). Institutional Logics and the Historical Contingency of Power in Organizations: Executive Succession in the Higher Education Publishing Industry, 1958–1990. *American Journal of Sociology*, 105(3), 801–843. <https://doi.org/10.1086/210361>
- Thornton, P. H., & Ocasio, W. (2008). Institutional Logics. In R. Greenwood, C. Oliver, K. Sahlin, & R. Suddaby (Eds.), *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 99–129). London: Sage Publications Ltd.
- Thornton, P. H., Ocasio, W., & Lounsbury, M. (2012). *The institutional logics perspective: A*

new approach to culture, structure and process. Oxford: Oxford University Press.

- Tolbert, P., & Zucker, L. (1999). A institucionalização da teoria institucional. *Handbook de Estudos Organizacionais*. Retrieved from <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:A+Institucionalização+da+Teoria+Institucional#0>
- Tracey, P., Phillips, N., & Jarvis, O. (2011). Bridging Institutional Entrepreneurship and the Creation of New Organizational Forms: A Multilevel Model. *Organization Science*, 22(1), 60–80. <https://doi.org/10.1287/orsc.1090.0522>
- Tranfield, D., Denyer, D., & Smart, P. (2003). Towards a methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. *British Journal of Management*, 14, 207–222. <https://doi.org/10.1111/1467-8551.00375>
- Urdike, B., & Pasadeos, Y. (1995). Organizational Analysis in North America and Europe: A Comparison of Co-citation Networks. *Organization Studies*, 16(3), 503–526. <https://doi.org/10.1177/017084069501600306>
- van der Waal, E. C., van der Windt, H. J., & van Oost, E. C. J. (2018). How local energy initiatives develop technological innovations: Growing an actor network. *Sustainability (Switzerland)*, 10(12), 1–19. <https://doi.org/10.3390/su10124577>
- van Eck, N. J., & Waltman, L. (2010). Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. *Scientometrics*, 84(2), 523–538. <https://doi.org/10.1007/s11192-009-0146-3>
- Vickers, I., Lyon, F., Sepulveda, L., & McMullin, C. (2017). Public service innovation and multiple institutional logics: The case of hybrid social enterprise providers of health and wellbeing. *Research Policy*, 46(10), 1755–1768. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2017.08.003>
- Vogel, R., & Güttel, W. H. (2013). The dynamic capability view in strategic management: A bibliometric review. *International Journal of Management Reviews*, 15(4), 426–446. <https://doi.org/10.1111/ijmr.12000>
- Westphal, J. D., & Park, S. H. (2012). Unintended agency: Impression management support as a trigger of institutional change in corporate governance. *Research in Organizational Behavior*, 32, 23–46. <https://doi.org/10.1016/j.riob.2012.10.002>
- Wimmer, A. (2008). The Making and Unmaking of Ethnic Boundaries: A Multilevel Process Theory. *American Journal of Sociology*, 113(4), 970–1022. <https://doi.org/10.1086/522803>
- Wry, T., & York, J. G. (2017). An Identity-Based Approach to Social Enterprise. *Academy of Management Review*, 42(3), 437–460. <https://doi.org/10.5465/amr.2013.0506>
- Yan, S., Ferraro, F., & Almandoz, J. (John). (2018). The Rise of Socially Responsible Investment Funds: The Paradoxical Role of the Financial Logic. *Administrative Science Quarterly*, 62(2), 000183921877332. <https://doi.org/10.1177/0001839218773324>
- York, J. G., Hargrave, T. J., & Pacheco, D. F. (2016). Converging winds: Logic hybridization in the Colorado wind energy field. *Academy of Management Journal*, 59(2), 579–610. <https://doi.org/10.5465/amj.2013.0657>
- York, J. G., O’Neil, I., & Sarasvathy, S. D. (2016). Exploring Environmental Entrepreneurship:

Identity Coupling, Venture Goals, and Stakeholder Incentives. *Journal of Management Studies*, 53(5), 695–737. <https://doi.org/10.1111/joms.12198>

Zajac, E. J., & Westphal, J. D. (2004). The Social Construction of Market Value: Institutionalization and Learning Perspectives on Stock Market Reactions. *American Sociological Review*, 69(3), 433–457. <https://doi.org/10.1177/000312240406900306>

Zanin, L. M., Nassif, V. M. J., Cunha, J. A. C. da, & Pedron, C. D. (2015). Aqueles Que Mudam as Regras do Jogo: uma Revisão Sistemática sobre o Empreendedorismo Institucional. In *VII Encontro de Estudos em Estratégia 3Es*. Brasília.

Zucker, L. G. (1989). Combining Institutional Theory and Population Ecology: No Legitimacy, No History. *American Sociological Review*, 54(4), 542. <https://doi.org/10.2307/2095876>

Zupic, I., & Čater, T. (2015). Bibliometric Methods in Management and Organization. *Organizational Research Methods*, 18(3), 429–472. <https://doi.org/10.1177/1094428114562629>

APÊNDICE A – ARTIGOS DA AMOSTRA

Id	Autor	Ano	Título	Periódico	DOI
1	Mitra P; Byrne J; Janssen F	2017	Advantages of Hybrid Organising in Social Entrepreneurship: Evidence from Norway	International Review Of Entrepreneurship	No field
2	Fan GH; Zietsma C	2017	Constructing a shared governance logic: the role of emotions in enabling dually embedded agency	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2015.0402
3	Lampel J; Bhalla A; Ramachandran K	2017	Family values and inter-institutional governance of strategic decision making in Indian family firms	Asia Pacific Journal Of Management	10.1007/s10490-017-9509-0
5	Bouille J; Cornee S	2017	The dynamics of plural 'worth' as a challenge to the governance of social and solidarity-based economy organizations	Annals Of Public And Cooperative Economics	10.1111/apce.12173
6	Roundy PT	2017	Hybrid organizations and the logics of entrepreneurial ecosystems	International Entrepreneurship And Management Journal	10.1007/s11365-017-0452-9
7	Vickers I; Lyon F; Sepulveda L; McMullin C	2017	Public service innovation and multiple institutional logics: The case of hybrid social enterprise providers of health and wellbeing	Research Policy	10.1016/j.respol.2017.08.003
8	Mair J; Reischauer G	2017	Capturing the dynamics of the sharing economy: Institutional research on the plural forms and practices of sharing economy organizations	Technological Forecasting And Social Change	10.1016/j.techfore.2017.05.023
9	Jancsary D; Meyer RE; Hollerer MA; Barberio V	2017	Toward a Structural Model of Organizational-Level Institutional Pluralism and Logic Interconnectedness	Organization Science	10.1287/orsc.2017.1160
14	Miller D; Le Breton-Miller I; Amore MD; Minichilli A; Corbetta G	2017	Institutional logics, family firm governance and performance	Journal Of Business Venturing	10.1016/j.jbusvent.2017.08.001
15	van Wieringen M; Groenewegen P; van Groenou MIB	2017	'We're all Florence Nightingales': Managers and nurses colluding in decoupling through contingent roles	Journal Of Professions And Organization	10.1093/jpo/jox004
16	Hovring CM	2017	Caught in a communicative catch-22? Translating	Business Ethics-A European	10.1111/beer.12

			the notion of CSR as shared value creation in a Danish CSR frontrunner	Review	160
17	Roundy PT; Bonnal M	2017	The Singularity of Social Entrepreneurship: Untangling its Uniqueness and Market Function	Journal Of Entrepreneurship	10.1177/0971355717708068
18	Aparicio G; Basco R; Iturralde T; Maseda A	2017	An exploratory study of firm goals in the context of family firms: An institutional logics perspective	Journal Of Family Business Strategy	10.1016/j.jfbs.2017.08.002
20	Juravich M; Mills BM	2017	Exogenous Policy Shock and Logic Centrality Shift: NBA Policy and NCAA Outcomes	Journal Of Sport Management	10.1123/jsm.2016-0335
21	Dimitriadis S; Lee M; Ramarajan L; Battilana J	2017	Blurring the Boundaries: The Interplay of Gender and Local Communities in the Commercialization of Social Ventures	Organization Science	10.1287/orsc.2017.1144
22	Dai NT; Tan ZS; Tang GL; Xiao JZ	2017	Ipos, institutional complexity, and management accounting in hybrid organisations: A field study in a state-owned enterprise in China	Management Accounting Research	10.1016/j.mar.2016.07.006
24	Ashraf N; Ahmadsimab A; Pinkse J	2017	From Animosity to Affinity: The Interplay of Competing Logics and Interdependence in Cross-Sector Partnerships	Journal Of Management Studies	10.1111/joms.12273
25	Villani E; Greco L; Phillips N	2017	Understanding Value Creation in Public-Private Partnerships: A Comparative Case Study	Journal Of Management Studies	10.1111/joms.12270
26		2017	If Chemists Don't Do It, Who Is Going To?" Peer-driven Occupational Change and the Emergence of Green Chemistry Howard-Grenville J; Nelson AJ; Earle AG; Haack JA; Young DM ADMINISTRATIVE SCIENCE QUARTERLY 2017 4 10.1177/0001839217690530	Administrative Science Quarterly	10.1177/0001839217690530
28	Nite C	2017	Message framing as institutional maintenance: The National Collegiate Athletic Association's institutional work of addressing legitimate threats	Sport Management Review	10.1016/j.smr.2016.10.005
29	Shymko Y; Roulet TJ	2017	When does medici hurt da vinci? Mitigating the signaling effect of extraneous stakeholder relationships in the field of cultural production	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2015.0464
30	Berrone P; Fosfuri A; Gelabert L	2017	Does Greenwashing Pay Off? Understanding the Relationship Between Environmental Actions and Environmental Legitimacy	Journal Of Business Ethics	10.1007/s10551-015-2816-9

31	Pant A; Ramachandran J	2017	Navigating identity duality in multinational subsidiaries: A paradox lens on identity claims at Hindustan Unilever 1959-2015	Journal Of International Business Studies	10.1057/s41267-017-0076-x
33	Lander MW; Heugens PPMAR; van Oosterhout J	2017	Drift or alignment? A configurational analysis of law firms' ability to combine profitability with professionalism	Journal Of Professions And Organization	10.1093/jpo/jow011
34	Wry T; York JG	2017	An identity-based approach to social enterprise	Academy Of Management Review	10.5465/amr.2013.0506
35	Su J; Zhai QH; Karlsson T	2017	Beyond Red Tape and Fools: Institutional Theory in Entrepreneurship Research, 1992-2014	Entrepreneurship Theory And Practice	10.1111/etap.12218
36	Khurram S; Petit SC	2017	Investigating the Dynamics of Stakeholder Saliency: What Happens When the Institutional Change Process Unfolds?	Journal Of Business Ethics	10.1007/s10551-015-2768-0
37	Cetindamar D; Ozkazanc-Pan B	2017	Assessing mission drift at venture capital impact investors	Business Ethics-A European Review	10.1111/beer.12149
38	Nite C; Bopp T	2017	Conflicting prescriptions for "ethical" leadership in complex institutions: Perspectives from US collegiate athletic administrators	Leadership	10.1177/1742715015605878
40	Reay T; Goodrick E; Waldorff SB; Casebeer A	2017	Getting leopards to change their spots: co-creating a new professional role identity	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2014.0802
41	Qiu YX; Gopal A; Hann IH	2017	Logic Pluralism in Mobile Platform Ecosystems: A Study of Indie App Developers on the ios App Store	Information Systems Research	10.1287/isre.2016.0664
44	Mars MM; Schau HJ	2017	Institutional entrepreneurship and the negotiation and blending of multiple logics in the Southern Arizona local food system	Agriculture And Human Values	10.1007/s10460-016-9722-3
45	Wickert C; Vaccaro A; Cornelissen J	2017	Buying Corporate Social Responsibility: Organisational Identity Orientation as a Determinant of Practice Adoption	Journal Of Business Ethics	10.1007/s10551-015-2740-z
47	Kooijman M; Hekkert MP; van Meer PJK; Moors EHM; Schellekens H	2017	How institutional logics hamper innovation: The case of animal testing	Technological Forecasting And Social Change	10.1016/j.techfore.2017.02.003

49	Kyratsis Y; Atun R; Phillips N; Tracey P; George G	2017	Health systems in transition: professional identity work in the context of shifting institutional logics	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2013.0684
50	Greve HR; Zhang CM	2017	Institutional logics and power sources: merger and acquisition decisions	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2015.0698
51	Dahlmann F; Grosvold J	2017	Environmental Managers and Institutional Work: Reconciling Tensions of Competing Institutional Logics	Business Ethics Quarterly	10.1017/beq.2016.65
52	Schildt H; Perkmann M	2017	Organizational Settlements: Theorizing How Organizations Respond to Institutional Complexity	Journal Of Management Inquiry	10.1177/1056492616670756
53	Brandl J; Bullinger B	2017	Individuals' Considerations When Responding to Competing Logics: Insights From Identity Control Theory	Journal Of Management Inquiry	10.1177/1056492616677297
54	Jarvis LC	2017	Feigned versus felt: feigning behaviors and the dynamics of institutional logics	Academy Of Management Review	10.5465/amr.2014.0363
56	Marti G	2017	New Concepts for New Dynamics: Generating Theory for the Study of Religious Innovation and Social Change	Journal For The Scientific Study Of Religion	10.1111/jssr.12325
57	Teixeira MG; Roglio KD; Marcon R	2017	Institutional logics and the decision-making process of adopting corporate governance at a cooperative organization	Journal Of Management & Governance	10.1007/s10997-016-9340-x
59	Svensson PG; Seifried CS	2017	Navigating Plurality in Hybrid Organizing: The Case of Sport for Development and Peace Entrepreneurs	Journal Of Sport Management	10.1123/jsm.2016-0129
60	Manzoni B; Volker L	2017	Paradoxes and management approaches of competing for work in creative professional service firms	Scandinavian Journal Of Management	10.1016/j.scaman.2016.10.002
61	Stubbs W	2017	Sustainable Entrepreneurship and B Corps	Business Strategy And The Environment	10.1002/bse.1920
63	Kjeldgaard D; Askegaard S; Rasmussen JO; Ostergaard P	2017	Consumers' collective action in market system dynamics: A case of beer	Marketing Theory	10.1177/1470593116658197
66	Firsova S	2017	Examining institutional content of the balanced scorecard : logics and translations in ukrainian	Organizations And Markets In Emerging Economies	No field

			business environment		
67	Altman EJ; Tushman ML	2017	Platforms, open/user innovation, and ecosystems: a strategic leadership perspective	Entrepreneurship Innovation And Platforms	10.1108/S0742-332220170000037007
69	Lallemant-Stempak N	2017	Rethinking hybrids' challenges: the case of French mutual insurance companies	Management	No field
70	Roundy PT	2017	Doing good while serving customers Charting the social entrepreneurship and marketing interface	Journal Of Research In Marketing And Entrepreneurship	10.1108/JRME-03-2017-0009
73	Lindqvist K	2017	Art ventures as hybrid organisations: tensions and conflicts relating to organisational identity	International Journal Of Entrepreneurial Venturing	No field
74	Karam CM; Afiouni F	2017	Women and the legitimization of (not) engaging in paid work: logics from Lebanon	Career Development International	10.1108/CDI-09-2016-0148
77	Sarma SK	2017	Rhetorical strategies in Indian commercial microfinance	International Journal Of Sociology And Social Policy	10.1108/IJSSP-05-2016-0057
79	Fellows R; Liu AMM	2017	'What does this mean'? Sensemaking in the strategic action field of construction	Construction Management And Economics	10.1080/01446193.2016.1231409
80	Khurram S; Pestre F	2017	Rethinking the salience of not-for-profit and for-profit stakeholders of a firm	Society And Business Review	10.1108/SBR-09-2016-0051
81	Beer HA; Micheli P	2017	How performance measurement influences stakeholders in not-for-profit organizations	International Journal Of Operations & Production Management	10.1108/IJOPM-08-2015-0481
83	Roundy PT	2017	Social entrepreneurship and entrepreneurial ecosystems Complementary or disjoint phenomena?	International Journal Of Social Economics	10.1108/IJSE-02-2016-0045
84	Huybrechts B; Nicholls A; Edinger K	2017	Sacred alliance or pact with the devil? How and why social enterprises collaborate with mainstream businesses in the fair trade sector	Entrepreneurship And Regional Development	10.1080/08985626.2017.1328905
86	Malik TH; Yun J	2017	Operational complexity of foreign innovation projects and the inter-organisational alliance in the biopharmaceutical industry in China	Technology Analysis & Strategic Management	10.1080/09537325.2016.1243659
87	Zheng Y; Chen CM; Ren HL	2017	Who will keep an eye on government policy? Evidence from Chinese pharmaceutical firms	Chinese Management Studies	10.1108/CMS-04-2016-0072
89	Mongelli L; Rullani	2017	Hybridisation of diverging institutional logics	Industry And Innovation	10.1080/136627

	F; Versari P		through common-note practices - an analogy with music and the case of social enterprises		16.2017.1302793
93	Ryngelblum AL; Vianna N	2017	Accomplishments and relevance of consumer protection organizations	International Journal Of Organizational Analysis	10.1108/IJOA-10-2015-0926
94	Redondo M; Camarero C	2017	Dominant logics and the manager's role in university business incubators	Journal Of Business & Industrial Marketing	10.1108/JBIM-01-2016-0018
95	Basco R	2017	Where do you want to take your family firm? A theoretical and empirical exploratory study of family business goals	Brq-Business Research Quarterly	10.1016/j.brq.2016.07.001
97	Svensson J	2017	Visions and politics in the making of Stockholm's House of Culture: Institutional complexity within extraordinary projects	Culture And Organization	10.1080/14759551.2015.1029926
99	Bresnen M	2017	Being careful what we wish for? Challenges and opportunities afforded through engagement with business and management research	Construction Management And Economics	10.1080/01446193.2016.1270462
100	Martin G; Currie G; Weaver S; Finn R; McDonald R	2017	Institutional Complexity and Individual Responses: Delineating the Boundaries of Partial Autonomy	Organization Studies	10.1177/0170840616663241
101	Fisher G; Kuratko DF; Bloodgood JM; Hornsby JS	2017	Legitimate to whom? The challenge of audience diversity and new venture legitimacy	Journal Of Business Venturing	10.1016/j.jbusvent.2016.10.005
105	Zhao EYF; Wry T	2016	Not all inequality is equal: deconstructing the societal logic of patriarchy to understand microfinance lending to women	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2015.0476
107	Cobb JA; Wry T; Zhao EY	2016	Funding financial inclusion: institutional logics and the contextual contingency of funding for microfinance organizations	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2015.0715
108	Belenzon S; Pataconi A; Zarutskie R	2016	Married to the firm? A large-scale investigation of the social context of ownership	Strategic Management Journal	10.1002/smj.2441
110	Sobhan A	2016	Where Institutional Logics of Corporate Governance Collide: Overstatement of Compliance in a Developing Country, Bangladesh	Corporate Governance-An International Review	10.1111/corg.12163
111	Zhao EY; Lounsbury M	2016	An institutional logics approach to social entrepreneurship: Market logic, religious diversity,	Journal Of Business Venturing	10.1016/j.jbusvent.2016.09.001

			and resource acquisition by microfinance organizations		
113	Pallas J; Fredriksson M; Wedlin L	2016	Translating Institutional Logics: When the Media Logic Meets Professions	Organization Studies	10.1177/0170840616655485
114	Ocasio W; Radoynovska N	2016	Strategy and commitments to institutional logics: Organizational heterogeneity in business models and governance	Strategic Organization	10.1177/1476127015625040
115	Meyer RE; Hollerer MA	2016	Laying a smoke screen: Ambiguity and neutralization as strategic responses to intra-institutional complexity	Strategic Organization	10.1177/1476127016633335
116	Misangyi VF	2016	Institutional complexity and the meaning of loose coupling: Connecting institutional sayings and (not) doings	Strategic Organization	10.1177/1476127016635481
117	Reay T; Jones C	2016	Qualitatively capturing institutional logics	Strategic Organization	10.1177/1476127015589981
119	Pemer F; Skjolsvik T	2016	Purchasing Policy or Purchasing Police? The Influence of Institutional Logics and Power on Responses to Purchasing Formalization	Journal Of Supply Chain Management	10.1111/jscm.12112
122	Bishop S; Waring J	2016	Becoming hybrid: The negotiated order on the front line of public-private partnerships	Human Relations	10.1177/0018726716630389
124	Lander B	2016	Boundary-spanning in academic healthcare organisations	Research Policy	10.1016/j.respol.2016.01.006
127	Currie G; Burgess N; Tuck P	2016	The (un)desirability of hybrid managers as 'controlled' professionals: comparative cases of tax and healthcare professionals	Journal Of Professions And Organization	10.1093/jpo/jow003
129	Zellweger T; Richards M; Sieger P; Patel PC	2016	How Much Am I Expected to Pay for My Parents' Firm? An Institutional Logics Perspective on Family Discounts	Entrepreneurship Theory And Practice	10.1111/etap.12161
130	Dufays F; Huybrechts B	2016	Where do hybrids come from? Entrepreneurial team heterogeneity as an avenue for the emergence of hybrid organizations	International Small Business Journal	10.1177/0266242615585152
132	Meehan J; Ludbrook MN; Mason CJ	2016	Collaborative public procurement: Institutional explanations of legitimised resistance	Journal Of Purchasing And Supply Management	10.1016/j.pursu.p.2016.03.002

133	Carlsson-Wall M; Kraus K; Messner M	2016	Performance measurement systems and the enactment of different institutional logics: Insights from a football organization	Management Accounting Research	10.1016/j.mar.2016.01.006
134	Dalpiaz E; Rindova V; Ravasi D	2016	Combining Logics to Transform Organizational Agency: Blending Industry and Art at Alessi	Administrative Science Quarterly	10.1177/0001839216636103
141	Tracey P	2016	Spreading the Word: The Microfoundations of Institutional Persuasion and Conversion	Organization Science	10.1287/orsc.2016.1061
142	Yin JL; Singhapakdi A; Du YZ	2016	Causes and moderators of corporate social responsibility in China: The influence of personal values and institutional logics	Asian Business & Management	10.1057/s41291-016-0001-3
143	Yang YK; Wu SL	2016	In search of the right fusion recipe: the role of legitimacy in building a social enterprise model	Business Ethics-A European Review	10.1111/beer.12118
144	Jaskiewicz P; Heinrichs K; Rau SB; Reay T	2016	To Be or Not to Be: How Family Firms Manage Family and Commercial Logics in Succession	Entrepreneurship Theory And Practice	10.1111/etap.12146
145	Mason C; Doherty B	2016	A Fair Trade-off? Paradoxes in the Governance of Fair-trade Social Enterprises	Journal Of Business Ethics	10.1007/s10551-014-2511-2
146	Geng XS; Yoshikawa T; Colpan AM	2016	Leveraging foreign institutional logic in the adoption of stock option pay among japanese firms	Strategic Management Journal	10.1002/smj.2391
147	Logue DM; Clegg S; Gray J	2016	Social organization, classificatory analogies and institutional logics: Institutional theory revisits Mary Douglas	Human Relations	10.1177/0018726715614637
148	Yang YK	2016	An exploration of ambiguity logic in organizations	Journal Of Management & Organization	10.1017/jmo.2015.49
149	Fisher G; Kotha S; Lahiri A	2016	Changing with the times: an integrated view of identity, legitimacy, and new venture life cycles	Academy Of Management Review	10.5465/amr.2013.0496
150	Voronov M; Weber K	2016	The heart of institutions: emotional competence and institutional actorhood	Academy Of Management Review	10.5465/amr.2013.0458
151	York JG; O'Neil I; Sarasvathy SD	2016	Exploring Environmental Entrepreneurship: Identity Coupling, Venture Goals, and Stakeholder Incentives	Journal Of Management Studies	10.1111/joms.12198
152	Alt E; Craig JB	2016	Selling Issues with Solutions: Igniting Social Intrapreneurship in for-Profit Organizations	Journal Of Management Studies	10.1111/joms.12200

155	Beritelli P; Buffa F; Martini U	2016	Logics and interlocking directorships in a multi-stakeholder system	Journal Of Destination Marketing & Management	10.1016/j.jdmm.2015.11.005
156	Liu YH; Zhang CJ; Jing RT	2016	Coping with Multiple Institutional Logics: Temporal Process of Institutional Work during the Emergence of the One Foundation in China	Management And Organization Review	10.1017/mor.2015.49
158	Nicholls A; Huybrechts B	2016	Sustaining Inter-organizational Relationships Across Institutional Logics and Power Asymmetries: The Case of Fair Trade	Journal Of Business Ethics	10.1007/s10551-014-2495-y
159	Hafsi T; Hu H	2016	Sectoral innovation through competing logics: The case of antidepressants in traditional Chinese medicine	Technological Forecasting And Social Change	10.1016/j.techfore.2016.03.027
161	Venkataraman H; Vermeulen P; Raaijmakers A; Mair J	2016	Market Meets Community: Institutional Logics as Strategic Resources for Development Work	Organization Studies	10.1177/0170840615613370
162	Albertini S; Muzzi C	2016	Institutional entrepreneurship and organizational innovation: The start-up of a divergent new venture at the periphery of a mature field	International Journal Of Entrepreneurship And Innovation	10.1177/1465750316648578
164	Hua XP; Chen YHL; Prashantham S	2016	Institutional logic dynamics: private firm financing in Ningbo (1912-2008)	Business History	10.1080/00076791.2015.1122707
165	Nelson T; Nelson D; Huybrechts B; Dufays F; O'Shea N; Trasciani G	2016	Emergent identity formation and the co-operative: theory building in relation to alternative organizational forms	Entrepreneurship And Regional Development	10.1080/08985626.2016.1155744
166	York JG; Hargrave TJ; Pacheco DF	2016	Converging winds: logic hybridization in the colorado wind energy field	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2013.0657
167	Desai VM	2016	Under the radar: regulatory collaborations and their selective use to facilitate organizational compliance	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2014.0943
171	Varlander S; Hinds P; Thomason B; Pearce BM; Altman H	2016	Enacting a constellation of logics: how transferred practices are recontextualized in a global organization	Academy Of Management Discoveries	10.5465/amd.2015.0020
172	Krucken G; Serrano-Velarde K	2016	A stranger I remain-a sociological study on management consultancy in universities	Kolner Zeitschrift Fur Soziologie Und	10.1007/s11577-015-0351-4

				Sozialpsychologie	
174	Bascle G	2016	Toward a Dynamic Theory of Intermediate Conformity	Journal Of Management Studies	10.1111/joms.12155
175	Bevort F; Suddaby R	2016	Scripting professional identities: how individuals make sense of contradictory institutional logics	Journal Of Professions And Organization	10.1093/jpo/jov007
177	Nicolini D; Delmestri G; Goodrick E; Reay T; Lindberg K; Adolfsson P	2016	Look What's Back! Institutional Complexity, Reversibility and the Knotting of Logics	British Journal Of Management	10.1111/1467-8551.12156
178	Batista MD; Clegg S; Cunha MPE; Giustiniano L; Rego A	2016	Improvising Prescription: Evidence from the Emergency Room	British Journal Of Management	10.1111/1467-8551.12143
179	Martin G; Farndale E; Paauwe J; Stiles PG	2016	Corporate governance and strategic human resource management: Four archetypes and proposals for a new approach to corporate sustainability	European Management Journal	10.1016/j.emj.2016.01.002
180	Ding Y; Malleret V; Velamuri SR	2016	Institutional complexity and the strategic behaviors of smes in transitional environments	International Journal Of Emerging Markets	10.1108/IJoEM-07-2015-0131
185	Maibom C; Smith P	2016	Symbiosis across institutional logics in a social enterprise	Social Enterprise Journal	10.1108/SEJ-02-2016-0002
186	Bruneel J; Moray N; Stevens R; Fassin Y	2016	Balancing Competing Logics in For-Profit Social Enterprises: A Need for Hybrid Governance	Journal Of Social Entrepreneurship	10.1080/19420676.2016.1166147
188	Kaya C; Behram NK; Ataman G	2016	The effects of logic replacement in coal-mining disaster: the case of Soma	Management Research Review	10.1108/MRR-06-2015-0141
189	Moratis L	2016	Consequences of Collaborative Governance in CSR: An Empirical Illustration of Strategic Responses to Institutional Pluralism and Some Theoretical Implications	Business And Society Review	10.1111/basr.12093
190	Schmitz B; Glanzel G	2016	Hybrid organizations: concept and measurement	International Journal Of Organizational Analysis	10.1108/IJOA-07-2013-0690
193	Ryngelblum A; Vianna N; Onusic	2016	Alternative logics coexistence and collaboration: the consumer protection field	Management Research-The Journal Of The Iberoamerican	10.1108/MRJIAM-06-2015-

	L			Academy Of Management	0599
194	Stewart SA; Castrogiovanni GJ; Hudson BA	2016	A foot in both camps: role identity and entrepreneurial orientation in professional service firms	International Journal Of Entrepreneurial Behaviour & Research	10.1108/IJEBR-09-2015-0201
195	Noordegraaf M; Schneider MME; Van Rensen ELJ; Boselie JPPEF	2016	CULTURAL COMPLEMENTARITY Reshaping professional and organizational logics in developing frontline medical leadership	Public Management Review	10.1080/14719037.2015.1066416
196	Wang FX; Song HJ; Cheng YY; Luo NF; Gan B; Feng JJ; Xie PX	2016	Converging divergence: the effect of China's Employment Contract Law on signing written employment contracts	International Journal Of Human Resource Management	10.1080/09585192.2016.1164223
199	Raviola E; Dubini P	2016	The logic of practice in the practice of logics: practicing journalism and its relationship with business in times of technological changes	Journal Of Cultural Economy	10.1080/17530350.2015.1103773
200	Schott C; van Kleef D; Noordegraaf M	2016	Confused professionals? Capacities to cope with pressures on professional work	Public Management Review	10.1080/14719037.2015.1016094
202	Styhre A; Roth A; Roth J	2016	Who will lead the physicians unwilling to lead? Institutional logics and double-bind situations in health care leadership	Leadership & Organization Development Journal	10.1108/LODJ-10-2012-0137
203	Saka-Helmhout A; Deeg R; Greenwood R	2016	The MNE as a Challenge to Institutional Theory: Key Concepts, Recent Developments and Empirical Evidence	Journal Of Management Studies	10.1111/joms.12172
204	Edman J	2016	Cultivating Foreignness: How Organizations Maintain and Leverage Minority Identities	Journal Of Management Studies	10.1111/joms.12129
205	Currie G; Spyridonidis D	2016	Interpretation of Multiple Institutional Logics on the Ground: Actors' Position, their Agency and Situational Constraints in Professionalized Contexts	Organization Studies	10.1177/0170840615604503
206	Battilana J; Sengul M; Pache AC; Model J	2015	Harnessing productive tensions in hybrid organizations: the case of work integration social enterprises	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2013.0903
210	Reay T; Jaskiewicz P; Hinings CR	2015	How Family, Business, and Community Logics Shape Family Firm Behavior and "Rules of the Game" in an Organizational Field	Family Business Review	10.1177/0894486515577513

211	Pahnke EC; Katila R; Eisenhardt KM	2015	Who Takes You to the Dance? How Partners' Institutional Logics Influence Innovation in Young Firms	Administrative Science Quarterly	10.1177/0001839215592913
214	Smink M; Negro SO; Niesten E; Hekkert MP	2015	How mismatching institutional logics hinder niche-regime interaction and how boundary spanners intervene	Technological Forecasting And Social Change	10.1016/j.techfore2015.07.004
215	Johansen ST; Olsen TH; Solstad E; Torsteinsen H	2015	An insider view of the hybrid organisation: How managers respond to challenges of efficiency, legitimacy and meaning	Journal Of Management & Organization	10.1017/jmo.2015.1
217	Fincham R; Forbes T	2015	Three's a Crowd: The Role of Inter-logic Relationships in Highly Complex Institutional Fields	British Journal Of Management	10.1111/1467-8551.12102
220	Egels-Zanden N; Lindberg K; Hyllman P	2015	Multiple institutional logics in union-NGO relations: private labor regulation in the Swedish Clean Clothes Campaign	Business Ethics-A European Review	10.1111/beer.12091
224	Martin GP; Armstrong N; Aveling EL; Herbert G; Dixon-Woods M	2015	Professionalism Redundant, Reshaped, or Reinvigorated? Realizing the "Third Logic" in Contemporary Health Care	Journal Of Health And Social Behavior	10.1177/0022146515596353
226	Bullinger B; Kieser A; Schiller-Merkens S	2015	Coping with institutional complexity: Responses of management scholars to competing logics in the field of management studies	Scandinavian Journal Of Management	10.1016/j.scaman.2015.02.001
227	Quattrone P	2015	Governing Social Orders, Unfolding Rationality, and Jesuit Accounting Practices: A Procedural Approach to Institutional Logics	Administrative Science Quarterly	10.1177/0001839215592174
229	Roulet T	2015	What Good is Wall Street? Institutional Contradiction and the Diffusion of the Stigma over the Finance Industry	Journal Of Business Ethics	10.1007/s10551-014-2237-1
230	Edwards T; Meliou E	2015	Explaining leadership in family firms: Reflexivity, social conditioning and institutional complexity	Human Relations	10.1177/0018726714554468
232	Kalemci RA; Gokoglu MM; Tuzun IK	2015	The Paradox Between Institutional Logics In Organizational Fields: The Case of Turkish Military Service Field	Eskisehir Osmangazi Universitesi Iibf Dergisi-Eskisehir Osmangazi University Journal Of Economics And	No field

				Administrative Sciences	
233	Biniari MG; Simmons SA; Monsen EW; Moreno MIP	2015	The configuration of corporate venturing logics: An integrated resource dependence and institutional perspective	Small Business Economics	10.1007/s11187-015-9635-3
236	Crucke S; Moray N; Vallet N	2015	Internal representation and factional faultlines as antecedents for board performance in social enterprises	Annals Of Public And Cooperative Economics	10.1111/apce.12076
238	Smets M; Jarzabkowski P; Burke GT; Spee P	2015	Reinsurance trading in lloyd's of london: balancing conflicting-yet-complementary logics in practice	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2012.0638
239	Mohajerani A; Baptista J; Nandhakumar J	2015	Exploring the role of social media in importing logics across social contexts: The case of IT smes in Iran	Technological Forecasting And Social Change	10.1016/j.techfore.2014.06.008
240	Amans P; Mazars-Chapelon A; Vilseque-Dubus F	2015	Budgeting in institutional complexity: The case of performing arts organizations	Management Accounting Research	10.1016/j.mar.2015.03.001
242	Vasudeva G; Alexander EA; Jones SL	2015	Institutional Logics and Interorganizational Learning in Technological Arenas: Evidence from Standard-Setting Organizations in the Mobile Handset Industry	Organization Science	10.1287/orsc.2014.0940
243	Lee MDP; Lounsbury M	2015	Filtering Institutional Logics: Community Logic Variation and Differential Responses to the Institutional Complexity of Toxic Waste	Organization Science	10.1287/orsc.2014.0959
245	Klein VH	2015	Bringing values back in: The limitations of institutional logics and the relevance of dialectical phenomenology	Organization	10.1177/1350508413514786
247	Mangen C; Brivot M	2015	The challenge of sustaining organizational hybridity: The role of power and agency	Human Relations	10.1177/0018726714539524
248	Dolbec PY; Fischer E	2015	Refashioning a Field? Connected Consumers and Institutional Dynamics in Markets	Journal Of Consumer Research	10.1086/680671
251	Ertimur B; Coskuner-Balli G	2015	Navigating the Institutional Logics of Markets: Implications for Strategic Brand Management	Journal Of Marketing	10.1509/jm.13.0218
252	Im J; Sun SL	2015	Profits and outreach to the poor: The institutional	Asia Pacific Journal Of	10.1007/s10490-

			logics of microfinance institutions	Management	014-9398-4
255	Blomgren M; Waks C	2015	Coping with contradictions: hybrid professionals managing institutional complexity	Journal Of Professions And Organization	10.1093/jpo/jou010
257	Wikberg E; Bomark N	2015	Managing competing logics through situational irony	International Journal Of Managing Projects In Business	10.1108/IJMPB-11-2014-0084
260	Elbardan H; Ali M; Ghoneim A	2015	The dilemma of internal audit function adaptation The impact of ERP and corporate governance pressures	Journal Of Enterprise Information Management	10.1108/JEIM-10-2013-0074
263	Bevort F; Poulfelt F	2015	Human Resource Management in Professional Services Firms: Too good to be true? Transcending conflicting institutional logics	Zeitschrift Fur Personalforschung	10.1688/ZfP-2015-02-Bevort
265	Bullinger B; Treisch C	2015	Herding cats - Future professionals' expectations of attractive employers	Zeitschrift Fur Personalforschung	10.1688/ZfP-2015-02-Bullinger
267	Blindheim BT	2015	Institutional Models of Corporate Social Responsibility: A Proposed Refinement of the Explicit-Implicit Framework	Business & Society	10.1177/0007650312443961
268	Lo JYC; Kennedy MT	2015	Approval in Nanotechnology Patents: Micro and Macro Factors That Affect Reactions to Category Blending	Organization Science	10.1287/orsc.2014.0933
271	Ocasio W; Loewenstein J; Nigam A	2015	How streams of communication reproduce and change institutional logics: the role of categories	Academy Of Management Review	10.5465/amr.2013.0274
272	Bitektine A; Haack P	2015	The "macro" and the "micro" of legitimacy: toward a multilevel theory of the legitimacy process	Academy Of Management Review	10.5465/amr.2013.0318
273	Deroy X; Clegg S	2015	Back in the USSR: Introducing Recursive Contingency Into Institutional Theory	Organization Studies	10.1177/0170840614544556
278	Lindberg K	2014	Performing multiple logics in practice	Scandinavian Journal Of Management	10.1016/j.scaman.2013.12.007
279	Smith WK	2014	Dynamic decision making: a model of senior leaders managing strategic paradoxes	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2011.0932
280	Rhee EY; Fiss PC	2014	Framing controversial actions: regulatory focus, source credibility, and stock market reaction to poison pill adoption	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2012.0686

281	Joseph J; Ocasio W; McDonnell MH	2014	The structural elaboration of board independence: executive power, institutional logics, and the adoption of ceo-only board structures in us corporate governance	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2012.0253
282	Souitaris V; Zerbini S	2014	How do corporate venture capitalists do deals? An exploration of corporate investment practices	Strategic Entrepreneurship Journal	10.1002/sej.1178
284	Fine GA; Hallett T	2014	Group Cultures and the Everyday Life of Organizations: Interaction Orders and Meso-Analysis	Organization Studies	10.1177/0170840614546153
285	Stenling C	2014	The emergence of a new logic? The theorizing of a new practice in the highly institutionalized context of Swedish voluntary sport	Sport Management Review	10.1016/j.smr.2013.12.004
287	Greenwood R; Hinings CR; Whetten D	2014	Rethinking Institutions and Organizations	Journal Of Management Studies	10.1111/joms.12070
288	Meyer RE; Hollerer MA	2014	Does institutional theory need redirecting?	Journal Of Management Studies	10.1111/joms.12089
289	Kern T	2014	The Environmental Movement and the Rise of a New Institutional Logic on the Electricity Market	Zeitschrift Fur Soziologie	No field
290	Besharov ML	2014	The relational ecology of identification: how organizational identification emerges when individuals hold divergent values	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2011.0761
291	Hahn T; Preuss L; Pinkse J; Figge F	2014	Cognitive frames in corporate sustainability: managerial sensemaking with paradoxical and business case frames	Academy Of Management Review	10.5465/amr.2012.0341
292	Bjerregaard T; Jonasson C	2014	Organizational Responses to Contending Institutional Logics: The Moderating Effect of Group Dynamics	British Journal Of Management	10.1111/1467-8551.12014
293	Doherty B; Haugh H; Lyon F	2014	Social Enterprises as Hybrid Organizations: A Review and Research Agenda	International Journal Of Management Reviews	10.1111/ijmr.12028
295	Westermann-Behaylo M; Berman SL; Van Buren HJ	2014	The Influence of Institutional Logics on Corporate Responsibility Toward Employees	Business & Society	10.1177/0007650313476934

298	Arman R; Liff R; Wikstrom E	2014	The hierarchization of competing logics in psychiatric care in Sweden	Scandinavian Journal Of Management	10.1016/j.scaman.2014.01.001
299	Almandoz J	2014	Founding Teams as Carriers of Competing Logics: When Institutional Forces Predict Banks' Risk Exposure	Administrative Science Quarterly	10.1177/0001839214537810
301	Chandler GN; Broberg JC; Allison TH	2014	Customer value propositions in declining industries: differences between industry representative and high-growth firms	Strategic Entrepreneurship Journal	10.1002/sej.1181
302	Mair J; Hehenberger L	2014	Front-stage and backstage convening: the transition from opposition to mutualistic coexistence in organizational philanthropy	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2012.0305
303	Gray GC; Silbey SS	2014	Governing Inside the Organization: Interpreting Regulation and Compliance	American Journal Of Sociology	10.1086/677187
304	Hayes N; Introna L; Petarakaki D	2014	Imbrications of institutional logics: the case of an e-government initiative in Greece	New Technology Work And Employment	10.1111/ntwe.12029
305	Hudson BA; Okhuysen GA	2014	Taboo Topics: Structural Barriers to the Study of Organizational Stigma	Journal Of Management Inquiry	10.1177/1056492613517510
312	Hultin L; Mahrng M	2014	Visualizing institutional logics in sociomaterial practices	Information And Organization	10.1016/j.infoandorg.2014.05.002
313	Howells JRL; Karatas-Ozkan M; Yavuz C; Atiq M	2014	University management and organisational change: a dynamic institutional perspective	Cambridge Journal Of Regions Economy And Society	10.1093/cjres/rsu005
315	Vanharanta M; Chakrabarti R; Wong P	2014	Institutional life of intuitive insights: Legitimacy of virtuoso intuitive marketing management	Industrial Marketing Management	10.1016/j.indman.2014.04.006
316	Soleimani A; Schneper WD; Newburry W	2014	The Impact of Stakeholder Power on Corporate Reputation: A Cross-Country Corporate Governance Perspective	Organization Science	10.1287/orsc.2013.0889
317	Friedland R; Mohr JW; Roose H; Gardinali P	2014	The institutional logics of love: measuring intimate life	Theory And Society	10.1007/s11186-014-9223-6
318	Besharov ML; Smith WK	2014	Multiple institutional logics in organizations: explaining their varied nature and implications	Academy Of Management Review	10.5465/amr.2011.0431

320	Wirth S	2014	Communities matter: Institutional preconditions for community renewable energy	Energy Policy	10.1016/j.enpol.2014.03.021
326	Jung J	2014	Political Contestation at the Top: Politics of Outsider Succession at U.S. Corporations	Organization Studies	10.1177/0170840613508398
327	Fuenfschilling L; Truffer B	2014	The structuration of socio-technical regimes- Conceptual foundations from institutional theory	Research Policy	10.1016/j.respol.2013.10.010
329	Shin D; Lee K; Lee H	2014	Neoliberal marketization of art worlds and status multiplexity: Price formation in a Korean art auction, 1998-2007	Poetics	10.1016/j.poetic.2014.01.006
331	Stal HI; Bonnedahl KJ; Eriksson J	2014	The challenge of introducing low-carbon industrial practices: Institutional entrepreneurship in the agri-food sector	European Management Journal	10.1016/j.emj.2013.06.005
335	Anthony DL; Appari A; Johnson ME	2014	Institutionalizing HIPAA Compliance Organizations and Competing Logics in US Health Care	Journal Of Health And Social Behavior	10.1177/0022146513520431
338	Ebrahim A; Battilana J; Mair J	2014	The governance of social enterprises: Mission drift and accountability challenges in hybrid organizations	Research In Organizational Behavior: An Annual Series Of Analytical Essays And Critical Reviews, Vol 34	10.1016/j.riob.2014.09.001
340	van den Broek J; Boselie P; Paauwe J	2014	MULTIPLE INSTITUTIONAL LOGICS IN HEALTH CARE 'Productive Ward: Releasing Time to Care'	Public Management Review	10.1080/14719037.2013.770059
341	Kodeih F; Greenwood R	2014	Responding to Institutional Complexity: The Role of Identity	Organization Studies	10.1177/0170840613495333
344	Voronov M; De Clercq D; Hinings CR	2013	Institutional complexity and logic engagement: An investigation of Ontario fine wine	Human Relations	10.1177/0018726713481634
347	Nite C; Singer JN; Cunningham GB	2013	Addressing competing logics between the mission of a religious university and the demands of intercollegiate athletics	Sport Management Review	10.1016/j.smr.2013.03.002
349	Zhang JJ; Luo XR	2013	Dared to Care: Organizational Vulnerability, Institutional Logics, and mncs' Social Responsiveness in Emerging Markets	Organization Science	10.1287/orsc.1120.0813
350	Kent D; Dacin MT	2013	Bankers at the gate: Microfinance and the high cost of borrowed logics	Journal Of Business Venturing	10.1016/j.jbusvent.2013.03.002

351	Ollier-Malaterre A; McNamara T; Matz-Costa C; Pitt-Catsouphes M; Valcour M	2013	Looking up to regulations, out at peers or down at the bottom line: How institutional logics affect the prevalence of age-related HR practices	Human Relations	10.1177/0018726713478244
352	Cloutier C; Langley A	2013	The Logic of Institutional Logics: Insights From French Pragmatist Sociology	Journal Of Management Inquiry	10.1177/1056492612469057
353	Greenman A	2013	Everyday entrepreneurial action and cultural embeddedness: an institutional logics perspective	Entrepreneurship And Regional Development	10.1080/08985626.2013.829873
354	Waldorff SB	2013	Accounting for organizational innovations: Mobilizing institutional logics in translation	Scandinavian Journal Of Management	10.1016/j.scaman.2013.03.010
355	Jain S; Sharma D	2013	Institutional logic migration and industry evolution in emerging economies: the case of telephony in india	Strategic Entrepreneurship Journal	10.1002/sej.1160
357	Pache AC; Santos F	2013	Inside the hybrid organization: selective coupling as a response to competing institutional logics	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2011.0405
359	Gawer A; Phillips N	2013	Institutional Work as Logics Shift: The Case of Intel's Transformation to Platform Leader	Organization Studies	10.1177/0170840613492071
360	Helfen M; Sydow J	2013	Negotiating as Institutional Work: The Case of Labour Standards and International Framework Agreements	Organization Studies	10.1177/0170840613492072
361	Ansari S; Wijen F; Gray B	2013	Constructing a Climate Change Logic: An Institutional Perspective on the "Tragedy of the Commons"	Organization Science	10.1287/orsc.1120.0799
362	Delbridge R; Edwards T	2013	Inhabiting Institutions: Critical Realist Refinements to Understanding Institutional Complexity and Change	Organization Studies	10.1177/0170840613483805
363	Empson L; Cleaver I; Allen J	2013	Managing Partners and Management Professionals: Institutional Work Dyads in Professional Partnerships	Journal Of Management Studies	10.1111/joms.12025
364	Ramirez C	2013	'We are being Pilloried for Something, We Did Not Even Know We Had Done Wrong!' Quality Control and Orders of Worth in the British Audit Profession	Journal Of Management Studies	10.1111/joms.12011
365	Singh J; Jayanti RK	2013	When Institutional Work Backfires: Organizational Control of Professional Work in the Pharmaceutical	Journal Of Management Studies	10.1111/joms.12022

			Industry		
368	Wry T; Cobb JA; Aldrich HE	2013	More than a Metaphor: Assessing the Historical Legacy of Resource Dependence and its Contemporary Promise as a Theory of Environmental Complexity	Academy Of Management Annals	10.1080/19416520.2013.781862
371	McPherson CM; Sauder M	2013	Logics in Action: Managing Institutional Complexity in a Drug Court	Administrative Science Quarterly	10.1177/0001839213486447
372	Vasudeva G; Zaheer A; Hernandez E	2013	The Embeddedness of Networks: Institutions, Structural Holes, and Innovativeness in the Fuel Cell Industry	Organization Science	10.1287/orsc.1120.0780
376	Scaraboto D; Fischer E	2013	Frustrated Fatshionistas: An Institutional Theory Perspective on Consumer Quests for Greater Choice in Mainstream Markets	Journal Of Consumer Research	10.1086/668298
378	Sharma G; Good D	2013	The Work of Middle Managers: Sensemaking and Sensegiving for Creating Positive Social Change	Journal Of Applied Behavioral Science	10.1177/0021886312471375
379	McLaren PG; Mills AJ	2013	Internal Cohesion in Response to Institutional Plurality: The Administrative Sciences Association of Canada	Canadian Journal Of Administrative Sciences-Revue Canadienne Des Sciences De L Administration	10.1002/cjas.1236
380	Chung CN; Luo XR	2013	Leadership succession and firm performance in an emerging economy: Successor origin, relational embeddedness, and legitimacy	Strategic Management Journal	10.1002/smj.2011
381	Jay J	2013	Navigating paradox as a mechanism of change and innovation in hybrid organizations	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2010.0772
384	Baum JAC; McGahan AM	2013	The reorganization of legitimate violence: The contested terrain of the private military and security industry during the post-cold war era	Research In Organizational Behavior: An Annual Series Of Analytical Essays And Critical Reviews, Vol 33	10.1016/j.riob.2013.10.004
386	Lu Y; Hu SD; Liang Q; Lin DM; Peng CG	2013	Exit, voice and loyalty as firm strategic responses to institutional pressures A comparative case study of Google and Baidu in mainland China	Chinese Management Studies	10.1108/CMS-Nov-2011-0095
390	Yu KH	2013	Institutionalization in the Context of Institutional Pluralism: Politics as a Generative Process	Organization Studies	10.1177/0170840612464755
391	Jansson A	2013	Real Owners and "Common Investors":	Corporate Governance-An	10.1111/j.1467-

			Institutional Logics and the Media as a Governance Mechanism	International Review	8683.2012.0093 2.x
392	Alon A	2013	Complexity and Dual Institutional: The Case of IFRS Adoption in Russia	Corporate Governance-An International Review	10.1111/j.1467-8683.2012.00927.x
393	McGaughey SL	2013	Institutional entrepreneurship in North American lightning protection standards: Rhetorical history and unintended consequences of failure	Business History	10.1080/00076791.2012.687537
394	Durand R; Jourdan J	2012	Jules or jim: alternative conformity to minority logics	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2011-0345
395	Almandoz J	2012	Arriving at the starting line: the impact of community and financial logics on new banking ventures	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2011.0361
396	Lefsrud LM; Meyer RE	2012	Science or Science Fiction? Professionals' Discursive Construction of Climate Change	Organization Studies	10.1177/0170840612463317
397	Jones C; Maoret M; Massa FG; Svejenova S	2012	Rebels with a Cause: Formation, Contestation, and Expansion of the De Novo Category "Modern Architecture," 1870-1975	Organization Science	10.1287/orsc.1110.0701
401	Berente N; Yoo YJ	2012	Institutional Contradictions and Loose Coupling: Postimplementation of NASA's Enterprise Information System	Information Systems Research	10.1287/isre.1110.0373
402	Berman EP	2012	Explaining the move toward the market in US academic science: how institutional logics can change without institutional entrepreneurs	Theory And Society	10.1007/s11186-012-9167-7
403	Ozen S; Akkemik KA	2012	Does Illegitimate Corporate Behaviour Follow the Forms of Polity? The Turkish Experience	Journal Of Management Studies	10.1111/j.1467-6486.2011.01007.x
404	Souitaris V; Zerbinati S; Liu G	2012	Which iron cage? Endo- and exoisomorphism in corporate venture capital programs	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2009.0709
405	Bjerregaard T; Lauring J	2012	Entrepreneurship as Institutional Change: Strategies of Bridging Institutional Contradictions	European Management Review	10.1111/j.1740-4762.2012.01026.x
407	Brown AD; Ainsworth S; Grant D	2012	The Rhetoric of Institutional Change	Organization Studies	10.1177/0170840611435598

408	Bednar MK	2012	Watchdog or lapdog? A behavioral view of the media as a corporate governance mechanism	Academy Of Management Journal	10.5465/amj.2009.0862
409	Westphal JD; Park SH	2012	Unintended agency: Impression management support as a trigger of institutional change in corporate governance	Research In Organizational Behavior: An Annual Series Of Analytical Essays And Critical Reviews, Vol 32	10.1016/j.riob.2012.10.002
413	Loewenstein J; Ocasio W; Jones C	2012	Vocabularies and Vocabulary Structure: A New Approach Linking Categories, Practices, and Institutions	Academy Of Management Annals	10.1080/19416520.2012.660763
414	Bromley P; Powell WW	2012	From Smoke and Mirrors to Walking the Talk: Decoupling in the Contemporary World	Academy Of Management Annals	10.1080/19416520.2012.684462
417	Hinings B	2012	Connections Between Institutional Logics and Organizational Culture	Journal Of Management Inquiry	10.1177/1056492611419798
418	Styhre A	2011	Competing Institutional Logics in the Biopharmaceutical Industry: The Move away from the Small Molecules Therapies Model in the Post-Genomic Era	Creativity And Innovation Management	10.1111/j.1467-8691.2011.00615.x
419	Washington M; McKay S	2011	The Controversy over Montreal: The creation of the Outgames in the field of gay and lesbian sports	Canadian Journal Of Administrative Sciences-Revue Canadienne Des Sciences De L Administration	10.1002/cjas.183
420	Patriotta G; Gond JP; Schultz F	2011	Maintaining Legitimacy: Controversies, Orders of Worth, and Public Justifications	Journal Of Management Studies	10.1111/j.1467-6486.2010.00990.x
421	Styhre A	2011	Institutionalizing technoscience: Post-genomic technologies and the case of systems biology	Scandinavian Journal Of Management	10.1016/j.scaman.2011.06.001
424	Jagd S	2011	Pragmatic sociology and competing orders of worth in organizations	European Journal Of Social Theory	10.1177/1368431011412349
425	De Clercq D; Voronov M	2011	Sustainability in entrepreneurship: A tale of two logics	International Small Business Journal	10.1177/0266242610372460
426	Goodrick E; Reay T	2011	Constellations of Institutional Logics: Changes in the Professional Work of Pharmacists	Work And Occupations	10.1177/0730888411406824
427	Skirstad B; Chelladurai P	2011	For 'Love' and Money: A Sports Club's Innovative Response to Multiple Logics	Journal Of Sport Management	10.1123/jsm.25.4.339

430	Kilduff M; Mehra A; Dunn MB	2011	From blue sky research to problem solving: a philosophy of science theory of new knowledge production	Academy Of Management Review	No field
431	Mitchell RK; Agle BR; Chrisman JJ; Spence LJ	2011	Toward a Theory of Stakeholder Salience in Family Firms	Business Ethics Quarterly	10.5840/beq201121215
433	Hoffman AJ	2011	Talking Past Each Other? Cultural Framing of Skeptical and Convinced Logics in the Climate Change Debate	Organization & Environment	10.1177/1086026611404336
436	Lee MDP; Lounsbury M	2011	Domesticating Radical Rant and Rage: An Exploration of the Consequences of Environmental Shareholder Resolutions on Corporate Environmental Performance	Business & Society	10.1177/0007650310394640
437	Tan J; Wang LA	2011	MNC Strategic Responses to Ethical Pressure: An Institutional Logic Perspective	Journal Of Business Ethics	10.1007/s10551-010-0553-7
439	van Gestel N; Hillebrand B	2011	Explaining Stability and Change: The Rise and Fall of Logics in Pluralistic Fields	Organization Studies	10.1177/0170840610397475
444	Greenwood R; Raynard M; Kodeih F; Micelotta ER; Lounsbury M	2011	Institutional Complexity and Organizational Responses	Academy Of Management Annals	10.1080/19416520.2011.590299
445	Miller D; Le Breton-Miller I; Lester RH	2011	Family and Lone Founder Ownership and Strategic Behaviour: Social Context, Identity, and Institutional Logics	Journal Of Management Studies	10.1111/j.1467-6486.2009.00896.x
446	Tracey P; Phillips N; Jarvis O	2011	Bridging Institutional Entrepreneurship and the Creation of New Organizational Forms: A Multilevel Model	Organization Science	10.1287/orsc.1090.0522
447	Lok J	2010	Institutional logics as identity projects	Academy Of Management Journal	10.5465/AMJ.2010.57317866
448	Battilana J; Dorado S	2010	Building sustainable hybrid organizations: the case of commercial microfinance organizations	Academy Of Management Journal	10.5465/AMJ.2010.57318391
450	Murray F	2010	The Oncomouse That Roared: Hybrid Exchange Strategies as a Source of Distinction at the Boundary of Overlapping Institutions	American Journal Of Sociology	10.1086/653599

451	Spicer A; Sewell G	2010	From National Service to Global Player: Transforming the Organizational Logic of a Public Broadcaster	Journal Of Management Studies	10.1111/j.1467-6486.2010.00915.x
452	Swan J; Bresnen M; Robertson M; Newell S; Dopson S	2010	When Policy meets Practice: Colliding Logics and the Challenges of 'Mode 2' Initiatives in the Translation of Academic Knowledge	Organization Studies	10.1177/0170840610374402
454	Shipilov AV; Greve HR; Rowley TJ	2010	When do interlocks matter? Institutional logics and the diffusion of multiple corporate governance practices	Academy Of Management Journal	10.5465/AMJ.2010.52814614
455	Nigam A; Ocasio W	2010	Event Attention, Environmental Sensemaking, and Change in Institutional Logics: An Inductive Analysis of the Effects of Public Attention to Clinton's Health Care Reform Initiative	Organization Science	10.1287/orsc.1090.0490
457	Dunn MB; Jones C	2010	Institutional Logics and Institutional Pluralism: The Contestation of Care and Science Logics in Medical Education, 1967-2005	Administrative Science Quarterly	10.2189/asqu.2010.55.1.114
458	Greenwood R; Diaz AM; Li SX; Lorente JC	2010	The Multiplicity of Institutional Logics and the Heterogeneity of Organizational Responses	Organization Science	10.1287/orsc.1090.0453
460	Bjerregaard T	2010	Industry and academia in convergence: Micro-institutional dimensions of R&D collaboration	Technovation	10.1016/j.technovation.2009.11.002
461	Vurro C; Dacin MT; Perrini F	2010	Institutional Antecedents of Partnering for Social Change: How Institutional Logics Shape Cross-Sector Social Partnerships	Journal Of Business Ethics	10.1007/s10551-011-0778-0
466	Ferraro F; Gurses K	2009	Building architectural advantage in the us motion picture industry: Lew Wasserman and the Music Corporation of America	European Management Review	10.1057/emr.2009.24
467	Sonpar K; Handelman JM; Dastmalchian A	2009	Implementing New Institutional Logics in Pioneering Organizations: The Burden of Justifying Ethical Appropriateness and rustworthiness	Journal Of Business Ethics	10.1007/s10551-009-0045-9
468	Lyytinen K; Newman M; Al-Muharfi ARA	2009	Institutionalizing enterprise resource planning in the Saudi steel industry: a punctuated socio-technical analysis	Journal Of Information Technology	10.1057/jit.2009.14

470	Friedland R	2009	The Endless Fields of Pierre Bourdieu	Organization	10.1177/1350508409341115
471	Herremans IM; Herschovis MS; Bertels S	2009	Leaders and Laggards: The Influence of Competing Logics on Corporate Environmental Action	Journal Of Business Ethics	10.1007/s10551-008-0010-z
473	Reay T; Hinings CR	2009	Managing the Rivalry of Competing Institutional Logics	Organization Studies	10.1177/0170840609104803
475	Luo XW; Chung CN; Sobczak M	2009	How do corporate governance model differences affect foreign direct investment in emerging economies?	Journal Of International Business Studies	10.1057/jibs.2008.66
478	Jones C; Livne-Tarandach R	2008	Designing a frame: rhetorical strategies of architects	Journal Of Organizational Behavior	10.1002/job.556
479	Southall RM; Nagel MS; Amis JM; Southall C	2008	A Method to March Madness? Institutional Logics and the 2006 National Collegiate Athletic Association Division I Men's Basketball Tournament	Journal Of Sport Management	10.1123/jsm.22.6.677
480	Symon G; Buehring A; Johnson P; Cassell C	2008	Positioning qualitative research as resistance to the institutionalization of the academic labour process	Organization Studies	10.1177/0170840607086552
482	Chung CN; Luo XW	2008	Institutional Logics or Agency Costs: The Influence of Corporate Governance Models on Business Group Restructuring in Emerging Economies	Organization Science	10.1287/orsc.1070.0342
483	Green SE; Babb M; Alpaslan CM	2008	Institutional field dynamics and the competition between institutional logics - The role of rhetoric in the evolving control of the modern corporation	Management Communication Quarterly	10.1177/0893318908318430
484	Misangyi VF; Weaver GR; Elms H	2008	Ending corruption: The interplay among institutional logics, resources, and institutional entrepreneurs	Academy Of Management Review	No field
491	Zilber TB	2007	Stories and the discursive dynamics of institutional entrepreneurship: The case of Israeli high-tech after the bubble	Organization Studies	10.1177/0170840607078113
493	Luo XW	2007	Continuous learning: The influence of national institutional logics on training attitudes	Organization Science	10.1287/orsc.1060.0230

497	Leca B; Naccache P	2006	A critical realist approach to institutional entrepreneurship	Organization	10.1177/1350508406067007
504	Reay T; Hinings CR	2005	The recomposition of an organizational field: Health care in Alberta	Organization Studies	10.1177/0170840605050872
509	Zajac EJ; Westphal JD	2004	The social construction of market value: Institutionalization and learning perspectives on stock market reactions	American Sociological Review	10.1177/000312240406900306
513	Sine WD; David RJ	2003	Environmental jolts, institutional change, and the creation of entrepreneurial opportunity in the US electric power industry	Research Policy	10.1016/S0048-7333(02)00096-3
515	Thornton PH	2002	The rise of the corporation in a craft industry: Conflict and conformity in institutional logics	Academy Of Management Journal	10.2307/3069286
516	Lounsbury M	2002	Institutional transformation and status mobility: The professionalization of the field of finance	Academy Of Management Journal	10.2307/3069295
524	Thornton PH; Ocasio W	1999	Institutional logics and the historical contingency of power in organizations: Executive succession in the higher education publishing industry, 1958-1990	American Journal Of Sociology	10.1086/210361